

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

GIUVANE DE SOUZA KLÜPPEL

NAS FRONTEIRAS DA NAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E
DISCURSOS SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL CONSTRUÍDOS POR JOVENS DA
CIDADE DE PONTA GROSSA – PR

PONTA GROSSA

2021

GIUVANE DE SOUZA KLÜPPEL

NAS FRONTEIRAS DA NAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E
DISCURSOS SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL CONSTRUÍDOS POR JOVENS DA
CIDADE DE PONTA GROSSA – PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem, Área de Concentração Linguagem, Identidade e Subjetividade; Linha de Pesquisa Pluralidade, Identidade e Ensino

Orientadora: Profa. Dra. Ione da Silva Jovino

Coorientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri

PONTA GROSSA

2021

Klüppel, Giuvane de Souza
K66 Nas fronteiras da nação: relações entre identidade nacional e discursos sobre a história do Brasil construídos por jovens da cidade de Ponta Grossa - PR / Giuvane de Souza Klüppel. Ponta Grossa, 2021.
160 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Ione da Silva Jovino.

Coorientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri.

1. Identidade nacional. 2. Análise de discurso crítica. 3. Brasil - história. 4. Jovens - sexo. 5. Pertencimento étnico-racial. I. Jovino, Ione da Silva. II. Cerri, Luis Fernando. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. IV.T.

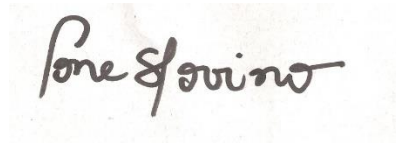
CDD: 981.62

GIUVANE DE SOUZA KLÜPPEL

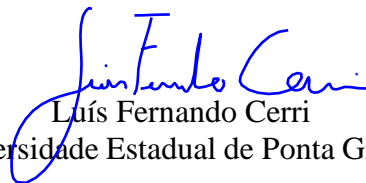
**NAS FRONTEIRAS DA NAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E
DISCURSOS SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL CONSTRUÍDOS POR JOVENS DA
CIDADE DE PONTA GROSSA - PR**

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de
Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 17 de setembro de 2021.



Ione da Silva Jovino
Universidade Estadual de Ponta Grossa



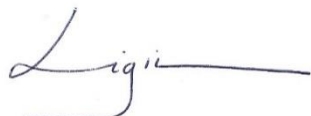
Luís Fernando Cerri
Universidade Estadual de Ponta Grossa

CAROLINE
PACIEVITCH:

03096849943

Caroline Pacievitch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Assinado digitalmente por CAROLINE
PACIEVITCH 03096849943
DN: CN=CAROLINE PACIEVITCH,
03096849943, OU=UFRGS - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, O=CPEdu,
C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sem localização de assinatura
Data: 2021.09.21 09:02:21-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 11.0.1



Lígia Paula Couto
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Em memória de minha querida avó, Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Aos meus orientadores, Cerri e Ione, pelas conversas e pelas orientações, em especial por sempre terem me orientado, e nunca determinado; por terem feito sugestões, apontamentos, recomendações, observações, por terem dialogado, argumentado, debatido, mas nunca imposto.

Aos demais professores, a todas elas e a todos eles, em especial a Aparecida, Daniel, Erivan, Jean, Joana e Ligia.

Aos amigos do Gedhi, em especial Matheus, Méris, Janaína, Wilian, que muito contribuíram com esta dissertação a partir das discussões e reflexões que partilhamos.

Aos servidores da UEPG, em especial à Vilma, sempre disposta quando das minhas dúvidas, por diversas vezes bastante banais.

Aos colegas e amigos que fiz no PPGEL e nos programas de pós-graduação em História da UEPG e da UERJ, e também àqueles que nestes espaços reencontrei, em especial Tom, Boa, Henrique, Alisson, Geane e Priscila.

A todos os estimados amigos, em especial ao Hugo, ao Marcelo e ao Rato, Duzão e John, que me abrigaram fisicamente e em afeto, e sem os quais o mestrado certamente não seria possível. Também agradeço à dona Maria e ao seu Osvaldo.

Aos amores, sem os quais nada seria possível. Minha avó, vó Maria, e meus avôs, vô inho e vô Ademir, Meu pai e minha mãe, Giuliano e Eliane. Meus irmãos, Giuliane e Gustavo. Minha companheira, Amanda.

À universidade pública, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou essa pesquisa.

À vida, agora mais importante do que nunca celebrar e agradecer.

Ao universo e tudo mais.

aos que não têm mais pátria
seja porque se exilaram
seja porque o país se exilou de nós
e toma a forma dos nossos pesadelos
seja porque na realidade não há países
mas extensões variáveis de terra
que nuvens sem passaporte
atravessam

(Ana Martins Marques)

RESUMO

Esta dissertação investiga elementos relacionados à identidade nacional a partir de discursos que constroem a história do Brasil. O objetivo geral foi investigar as relações entre a identidade nacional e os discursos sobre a história do Brasil construídos por jovens de 12-24 anos da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, tendo em conta as variáveis de sexo e pertencimento étnico-racial. Os objetivos específicos foram: 1. Entender como determinados elementos como conceitos, personagens e acontecimentos interagem e são organizados dentro de diferentes conjuntos discursivos, organizados através das variáveis de sexo e pertencimento étnico-racial; 2. Identificar elementos que estejam relacionados à identidade nacional, tendo em conta os referentes da vida em comunidade, além das categorias de identificação, pertencimento e agência; 3. Compreender se existem e quais são as relações estabelecidas para com o discurso canônico sobre a história do Brasil, e se há direcionamentos específicos dentro de grupos organizados em torno das variáveis sexo e pertencimento étnico-racial. Tendo-se em conta os objetivos, foram analisados 277 discursos coletados no ano de 2018 em três instituições formais públicas de nível fundamental, médio e superior da cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Jovens de idade entre 12 e 24 anos responderam a um instrumento impresso que continha, dentre outras informações como sobre seu sexo e pertencimento étnico-racial, a consigna “por favor, conte a história do seu país”. As respostas foram sistematizadas a partir de softwares de uso livre para a criação de grafos para análise em rede. A análise de um primeiro grafo, composto por palavras, permitiu o levantamento de hipóteses preliminares e a criação de categorias para marcar os textos com o intuito de criar um segundo grafo, composto por categorias de análise. O campo da Análise de Discurso Crítica (ADC) balizou, junto aos objetivos da pesquisa, a criação das categorias de análise e, posteriormente, a marcação e a análise dos discursos e dos grafos. As categorias são organizadas a partir de três elementos-chave que integram a identidade nacional: identificação, pertencimento e agência. Em um primeiro momento a atenção foi dedicada à análise do conjunto geral, composto pelos 277 discursos. Depois, os discursos foram separados em subconjuntos, um organizado através dos dados sobre o sexo (masculino e feminino), e outro através do pertencimento étnico-racial declarado pelos jovens, esta última girando apenas em torno de brancos e negros, em virtude da pouca expressão quantitativa das demais respostas. Os resultados da análise se dividem em múltiplos níveis, gravitando em torno de três tópicos centrais: o coletivo nacional, a nação e a história. No que diz respeito ao conteúdo, foi possível averiguar que os discursos se concentram no passado, em especial no evento fundador da história do país, que os jovens chamam de “descobrimento”. As diferenças entre os subconjuntos são diversas. Entre os jovens negros e brancos há uma diferença quantitativa: ambos constroem uma história semelhante, mas estes últimos trazem mais nuances. Entre os jovens do sexo feminino e masculino há uma diferença qualitativa: os jovens dão ênfase à história política, e as jovens a aspectos sociais e econômicos, dando mais atenção a coletivos ligados à diversidade e a temas relacionados à exploração. Enquanto os jovens estabelecem uma relação mais intensa com o passado distante, recheado de personagens, as jovens, na ausência de personagens mulheres em sua história, estabelecem relações com o coletivo nacional, dando mais espaço em seu discurso para o presente e a prospecção de futuro. Essas diferenças tensionam a relação de identidade nacional nos termos da identificação, do pertencimento e da agência individual dos jovens, que variam junto à esfera temporal que dá enredo aos discursos.

Palavras-chave: Identidade nacional. Análise de Discurso Crítica. História do Brasil. Jovens. Sexo e Pertencimento étnico-racial.

ABSTRACT

This dissertation investigates elements related to national identity from discourses that build the history of Brazil. The general objective was to investigate the relationship between national identity and discourses about the history of Brazil constructed by young people aged 12-24 in the city of Ponta Grossa, Paraná, taking into account the variables of gender and ethnic-racial belonging. The specific objectives were: 1. To understand how certain elements such as concepts, characters and events interact and are organized within different discursive sets, organized through the variables of gender and ethnic-racial belonging; 2. Identify elements that are related to national identity, taking into account the references of community life, in addition to the categories of identification, belonging and agency; 3. Understand if there are and what are the relationships established with the canonical discourse on the history of Brazil, and if there are specific directions within groups organized around the variables of sex and ethnic-racial belonging. Taking into account the objectives, a total of 277 discourses collected in 2018 in three formal public institutions of elementary, middle and higher education in the city of Ponta Grossa, Paraná were analyzed. Young people aged between 12 and 24 years responded to a printed instrument that contained, among other information such as their gender and ethnic-racial belonging, the issue “please tell the story of your country”. The answers were systematized using free software for the creation of graphs for network analysis. The analysis of a first graph, composed of words, allowed the raising of preliminary hypotheses and the creation of categories to mark the texts in order to create a second graph, composed of analysis categories. The field of Critical Discourse Analysis (CDA) guided, together with the research objectives, the creation of analysis categories and, later, the marking and analysis of discourses and graphs. The categories are organized based on three key elements that make up national identity: identification, belonging and agency. At first, attention was devoted to the analysis of the general set, consisting of 277 discourses. After that, the discourses were separated into subsets, one organized through data on sex (male and female), and the other through the ethnic-racial belonging declared by young people, the latter revolving only around whites and blacks, in due to the little quantitative expression of the other answers. The results of the analysis are divided into multiple levels, revolving around three central topics: the national collective, the nation and history. With regard to content, it was possible to verify that the speeches focus on the past, especially on the founding event in the country's history, which young people call “discovery”. The differences between the subsets are manifold. Between young blacks and whites there is a quantitative difference: both build a similar story, but the latter bring more nuances. There is a qualitative difference between young women and men: young men emphasize political history, and young women focus on social and economic aspects, giving more attention to groups linked to diversity and issues related to exploitation. While young men establish a more intense relationship with the distant past, full of characters, young women, in the absence of female characters in their history, establish relationships with the national collective, giving more space in their discourse to the present and prospecting for the future. These differences stress the relationship of national identity in terms of identification, belonging and individual agency of young people, which vary along with the temporal sphere that plots the discourses.

Keywords: National Identity. Critical Discourse Analysis. History of Brazil. Youth. Sex and Ethnic-racial belonging.

LISTA DE GRAFOS

Grafo 1: Conjunto Geral contendo 135 nós (relação entre palavras). _____	47
Grafo 2: Conjunto Geral contendo 152 nós (relação entre palavras). _____	49
Grafo 3: Conjunto Geral contendo 169 nós (relação entre categorias de sentido). _____	66
Grafo 4: Conjunto Geral contendo 142 nós (relação entre conceito-palavra). _____	73
Grafo 5: Conjunto Geral – Grupo modular ‘Presente’ contendo 91 nós (relação entre categorias de sentido). _____	76
Grafo 6: Grafo dividido por pertencimento étnico-racial contendo 70 nós. _____	92
Grafo 7: Grafo referente às categorias de sentido do grupo de jovens negros e negras, contendo 37 nós. _____	94
Grafo 8: Grafo referente às categorias de sentido do grupo de jovens brancas e brancos, contendo 49 nós. _____	95
Grafo 9: Grafo referente ao conjunto de jovens brancas/os, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem). _____	100
Grafo 10: Grafo referente ao conjunto de jovens negros/as, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem). _____	101
Grafo 11: Grafo dividido por sexo contendo 153 nós. _____	107
Grafo 12: Grafo referente às categorias de sentido do conjunto feminino, contendo 51 nós. _____	109
Grafo 13: Grafo referente às categorias de sentido do conjunto masculino, contendo 55 nós. _____	110
Grafo 14: Grafo referente ao conjunto feminino, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem). _____	117
Grafo 15: Grafo referente ao conjunto masculino, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem). _____	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Fundamental. _____	38
Tabela 2: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Médio. _____	39
Tabela 3: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Superior – Graduação. _____	40
Tabela 4: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Superior - Pós-Graduação. _____	40
Tabela 5: Palavras mais significativas do conjunto de jovens autodeclaradas/os brancas/os. _____	93
Tabela 6: Categorias mais significativas do conjunto de jovens autodeclaradas/os brancas/os. _____	96
Tabela 7: Diferença da soma de tipos de categoria do recorte de brancas/os em relação ao de negros/as. _____	98
Tabela 8: Quantidade total, média e diferença relativa a personagens e eventos/acontecimentos únicos. _____	98
Tabela 9: Espaço de cada tipo de personagem em cada um dos conjuntos (em porcentagem). _____	99
Tabela 10: Conjunto contendo as 19 palavras mais significativas do conjunto feminino. _____	108
Tabela 11: Conjunto contendo as 46 palavras mais significativas do conjunto masculino. _____	108
Tabela 12: Categorias mais significativas do conjunto feminino. _____	111
Tabela 13: Categorias mais significativas do conjunto masculino. _____	113
Tabela 14: Espaço dado a cada tipo de personagem (em porcentagem). _____	116
Tabela 15: Espaço destinado aos tempos históricos (em porcentagem). _____	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEH	Associação Brasileira de Ensino de História
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADC	Análise de Discurso Crítica
ADTO	Análise do Discurso Textualmente Orientada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COVID-19	Coronavirus Disease – 2019
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem
PPP	Projeto Político Pedagógico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SARS-COV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome – Coronavirus – 2
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VUE	Virtual Understanding Environment

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO PRIMEIRO: NAÇÃO	22
1.1 O TEMPO VAZIO E HOMOGÊNEO DA NAÇÃO	22
1.2 A INVENÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA	26
1.3 A PEDAGOGIA DA NAÇÃO E A NARRATIVA DA NAÇÃO HOMOGÊNEA.....	28
1.4 DIFERENTES FORMAS DE IMAGINAR A NAÇÃO OU O QUE FAZ DO BRASIL, BRASIL?	32
CAPÍTULO SEGUNDO: METODOLOGIA	35
2.1 MATERIAIS, INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS	35
2.1.1 Materiais utilizados na coleta dos textos.....	36
2.1.2 Métodos e critério de aplicação do instrumento e de coleta dos textos	36
2.1.3 Perfil dos jovens e das instituições participantes da pesquisa.....	37
2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS.....	41
2.2.1 Entre dois universos	42
2.2.2 Criação de redes	43
2.2.3 No caminho das redes	45
2.2.4 Em busca dos sentidos.....	57
CAPÍTULO TERCEIRO: ANÁLISE DE DISCURSO	62
3.1 ANÁLISE DOS DISCURSOS – CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE SENTIDO	62
3.2 ANÁLISE DOS DISCURSOS – CATEGORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SENTIDO	65
3.3 A NAÇÃO COMO UM MOLUSCO	82
CAPÍTULO QUARTO: SEXO E PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL	89
4.1 PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL	89
4.2 SEXO	105
4.3 QUEM CONTA O ESTADO-NAÇÃO?.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	141
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	149
ANEXO B – MODELO DO INSTRUMENTO APLICADO AOS JOVENS	154
ANEXO C – TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO	156
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	158

INTRODUÇÃO

Não existe outra maneira de começar este texto senão mencionando a pandemia de COVID-19. Numa versão preliminar deste texto, que foi encaminhado para a banca de qualificação, eu mencionava perguntas e tormentos que me acompanham durante a pesquisa e a escrita. Não podia imaginar como em tão pouco tempo muito daquilo seria subvertido, deixaria de fazer sentido, ou se transformaria. Apesar de parte do texto anterior ter sido escrito durante a pandemia e o isolamento, o contexto de reescrita já não é mais o mesmo, apesar de o vírus ainda não ter sido superado. E o contexto era, junto com as crises, perguntas e tormentos, outro elemento que iniciava esta dissertação. Assim como o contexto, que em determinados aspectos mudou significativamente e em outros foi acentuado, as crises, perguntas e tormentos passaram pelo mesmo processo.

Aquilo que achava ser pouco significativo para o desenvolvimento da pesquisa, se mostrou, no pico da exaustão, bastante expressivo, culminando na prorrogação dos prazos desta pesquisa em 6 meses. Imagino que não só minha relação com a pesquisa tenha sido transformada pelo contexto pandêmico, mas também que os resultados desta pesquisa seriam drasticamente diferentes se as fontes que foram analisadas nela fossem coletadas com dois anos de atraso, durante a pandemia. Entendo que dado esse contexto dramático, essas rápidas palavras iniciais são mais do que necessárias para demarcar o contexto pelo qual pesquisa e pesquisador foram arrastados.

Infelizmente, pouco mais de um ano depois do surgimento do SARS-CoV-2, a ilusão de um “novo normal” parece – em aspectos específicos que se relacionam com esta pesquisa – coincidir com o recente “velho normal” ao qual relutantemente insistíamos em não nos acostumar. Mais do que coincidir, talvez o verbo seja intensificar; ao menos no que diz respeito a temas que são significativos para este trabalho, como a categoria de identidade nacional. Aliás, o fenômeno do nacionalismo, parece manter-se – ou melhor, transformar-se – e acentuar-se nos últimos anos, mesmo no contexto pandêmico – apesar dos posicionamentos contrários¹ –, haja vista, por exemplo, as manobras de determinados governantes nos primeiros meses de

¹ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 215, por exemplo, escreve que “o fenômeno já passou do seu apogeu”.

pandemia para garantir insumos e equipamentos necessários para prevenir e proteger os cidadãos de seu país em detrimento da privação de outros países².

É o contexto de “ressurgimento dos nacionalismos” – em especial a partir dos acontecimentos que se seguiram às chamadas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, cuja sombra se arrasta até os dias de escrita desta dissertação – que motiva esta pesquisa. Tem particular importância para isso o quadro que antecede a eleição de 2018, quando estava graduando em História. Isso porque esta pesquisa começa alguns anos antes do meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), ainda como uma pesquisa de iniciação científica iniciada no ano de 2017, a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)³, com continuidade como Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2018 como requisito para obtenção de título do curso de Licenciatura em História⁴.

² Vide, por exemplo, os casos paradigmáticos ocorridos nos EUA, na França e a operação realizada no estado do Maranhão como reação à prática que ficou conhecida como “guerra das máscaras”, e marcada como pirataria. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52166245>>, <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-02/na-guerra-das-mascaras-global-franceses-acusam-norte-americanos-de-pagar-mais-para-ficar-com-seus-pedidos.html>> e <<https://exame.com/brasil/a-operacao-de-guerra-no-maranhao-para-driblar-a-receita-e-ter-respiradores/>>. Acesso em: 10 jun. 2021. Outros casos envolvem ainda outros países, como a República Tcheca, a Itália, a Alemanha e a Tailândia: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/04/03/covid-19-apos-denuncia-da-franca-contra-eua-surgem-revelacoes-sobre-confiscos-de-mascaras-entre-paises-europeus.htm>>.

³ Parte dos resultados do trabalho de iniciação científica se encontram nas seguintes referências: KLÜPPEL, Giuvane de Souza. Aprendizagem Histórica nas narrativas sobre a Nação. Em: XXVII Encontro Anual de Iniciação Científica; IV Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior, 2018, Ponta Grossa, PR. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2018, p. 1-4; Disponível em: <https://www.academia.edu/50280397/Aprendizagem_historica_nas_narrativas_sobre_a_nacao>. Acesso em: 26 jul. 2021. KLÜPPEL, Giuvane de Souza. A história do Brasil na narrativa de jovens do Ensino Médio pontagrossense: sujeitos, cenários e acontecimentos. Em: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; ZARBATO, Jaqueline (Orgs.). **Aprendendo História: Ensino.** União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019, p. 211-214. Disponível em: <https://www.academia.edu/38896267/APRENDENDO_HISTORIA_ENSINO>. Acesso em: 26 jul. 2021. KLÜPPEL, Giuvane de Souza. O processo de construção de narrativas de jovens do Ensino Médio sobre sua nação e o mundo. Em: XVI Encontro Regional de História – ANPUH PR: Tempos de Transição, 2018, Ponta Grossa, PR. **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa: UEPG, 2018, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFteyI7czozNDoiYT oxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSZPIjtzOjM6IjQzNSI7fSI7czoxOiJoIjtzOjMyOiI1NW3Y2JhMjgyOTZkZjg3O TM2ZjRiNjc4YzgzZjliZSI7fQ%3D%3D>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

⁴ KLÜPPEL, Giuvane de Souza. **O Estado contra a Sociedade:** nação e democracia na narrativa de jovens pontagrossenses graduandos em História. 2018, 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/50280947/O_Estado_contra_a_Sociedade_nacao_e_democracia_na_narrativa_de_jovens_ponta_grossenses_graduandos_em_Historia>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Mas a intenção nunca foi partir acriticamente da ideia de “ressurgimento dos nacionalismos” – expressão que Zygmunt Bauman chama de “errônea”⁵ – e sim buscar entender como os jovens se relacionam com a nação, por meio de uma pesquisa sobre discursos históricos e identidade nacional. Para isso, no ano de 2018 jovens de idade entre 12 e 24 anos, inseridos em instituições de ensino formal públicas da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, foram incitados – a partir de um instrumento com a questão “por favor, conte a história do seu país” – a construir discursos sobre a história do Brasil. Essas fontes são o objeto da análise dessa dissertação, e foram coletadas junto ao projeto coordenado pela professora doutora Caroline Pacievitch, intitulado “O país e o mundo em poucas palavras: narrativas de jovens sobre seus pertencimentos – implicações para o ensino de Ciências Humanas” (aprovado no Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no dia 27 de julho de 2017 a partir do parecer consubstanciado de número 2.132.527 (conforme anexo A)), do qual este trabalho parte inicialmente, mas que se distância em decorrência dos caminhos que foram tomados.

Se a fronteira *física* tem um lugar de destaque para a nação e para o desenvolvimento dos nacionalismos⁶, a *ideia* de fronteira – já bem desenvolvida no campo de onde esse trabalho parte⁷ – é estruturante dessa pesquisa e perpassa este trabalho em vários âmbitos, desde a metodologia, que o coloca entre o qualitativo e o quantitativo, mas também, e em especial, no que diz respeito à identidade específica desse trabalho. De um lado as demandas, objetivos e

⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Identidade** – entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. Apesar de a crítica no livro em questão ter sido formulada ainda em 2004 e ter feito referência especialmente aos movimentos de autonomia e independência que se seguiram à desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Entendemos que parte dela também se deve ao que escreve Eric Hobsbaw, 1990, p. 215: “‘nação’ e ‘nacionalismo’ não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras”.

⁶ Vide ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. que menciona que o mapa e o mapa-logos (a ideia da fronteira da nação) formavam um “poderoso emblema para os nacionalismos anticoloniais” (p. 242), o que podemos generalizar para os nacionalismos no geral, haja vista o lugar que o território tem para a formação da identidade nacional. Nesse sentido, a pesquisa de Cosme Freire Marins é significativa, ao estudar as representações imagéticas produzidas em formato de desenho por jovens ao se deparar com a questão “o que é o Brasil e como ele pode ser representado?”. Em: MARINS, Cosme Freire. As representações do Brasil entre alunos de uma escola pública paulista. Em: Seminário Internacional Escola e Cultura, 3. 2008, São Paulo. **Anais** [...], São Paulo, 2008 e MARINS, Cosme Freire. O Brasil dos estudantes: as representações da identidade nacional entre alunos de uma escola pública. Em: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5. 2008, Aracaju. **Anais** [...], Aracaju, 2008. Aproveito para agradecer o autor por ter liberado o acesso a estes e outros artigos de sua autoria.

⁷ CERRI, Luis Fernando. **Didática da História**: uma geografia do saber histórico na sociedade. Disponível em: <<http://www.oocities.org/br/lfcronos/texDH1geogr.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2021 e MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011 falam do Ensino de História respectivamente como um campo e um objeto/prática localizados em lugar de fronteira.

problemas ligados à História e à Educação; de outro as ferramentas teóricas e analíticas provenientes dos Estudos da Linguagem. Essa localização em lugar de fronteiras não acontece por acaso. Ela está relacionada à trajetória mencionada ligeiramente em linhas anteriores, e à maneira como o trabalho foi então desenvolvido.

Os procedimentos metodológicos que fundamentam esta pesquisa, propostos por Edson Armando Silva, Joseli Maria Silva et al.⁸, são baseados na utilização de softwares, usados para a transformação dos textos escritos pelos jovens em grafos para análise de conteúdo em rede. Essa maneira de conduzir a análise, que esteve presente também em etapas anteriores a esta dissertação, trouxe uma demanda de diálogo com os Estudos da Linguagem, em especial no sentido da problematização dos discursos, o que foi formalmente encontrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), em especial na linha de pesquisa que nosso trabalho integra, “Pluralidade, Identidade e Ensino”. O caminho para isso foi o da Análise de Discurso Crítica (ADC), a partir de uma miríade de referenciais, como Maria Izabel Magalhães⁹, Norman Fairclough¹⁰, Teun Van Dijk¹¹, e Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho¹², que nos auxiliaram a observar os discursos a partir das múltiplas dimensões que o compõem, perspectivando, por exemplo, as práticas discursiva e social que permeiam o texto, e que são fundamentais para as análises desenvolvidas nessa dissertação. É o encontro desse espaço, o PPGEL, com essa teoria, a ADC, que motivaram o caminho escolhido para as análises: as variáveis de pertencimento étnico-racial e sexo. Junto a isso está o fato de que essas duas variáveis eram as únicas, dentre as demais, com expressão quantitativa para que as análises pudessem ser realizadas.

Mas o caminho sobre fronteiras, não é um trajeto livre de obstáculos. Já no mestrado, os primeiros encontros foram com referenciais que se debruçam sobre a reflexão a respeito do

⁸ SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. *Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos*. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132-154, jan./jul. 2016; SILVA, Edson Armando et al. *Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais*. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 401-425, ago./dez. 2017.

⁹ MAGALHÃES, Maria Izabel. *Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso*. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 2, p. 181-205, 1986; MAGALHÃES, Maria Izabel. *Introdução: a Análise de Discurso Crítica*. **D.E.L.T.A.**, v. 21, n. 3, p. 1-9, 2005a; MAGALHÃES, Maria Izabel. *Teoria Crítica do Discurso e Texto*. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2005b.

¹⁰ FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

¹¹ VAN DIJK, Teun. *Principles of critical discourse analysis*. **Discourse & Society**, London, Newbury Park and New Delhi, v. 4, n.2, 1993, p. 249-283.

¹² RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

conceito de Identidade, como, Stuart Hall¹³, Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward¹⁴, e Zygmunt Bauman¹⁵. Entretanto, esses estudos foram de pouca utilidade para pensar a identidade nacional na análise de nossas fontes. A maior contribuição desses referenciais está relacionada a concepções mais gerais acerca do conceito de Identidade, a saber, a) a ideia de Stuart Hall de usar o conceito “sob rasura”, dado o caráter problemático que adquire, haja vista ser “uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas”¹⁶, bem como sua substituição por “identificação”, expressão que enfatiza o processo de subjetivação e que se relaciona com a ideia de prática discursiva, ressaltando seu caráter contingente: “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção”¹⁷; e, a partir disso, b) a ideia de que a identificação é um processo em constante construção, sendo condicionada por marcadores sociais – como aqueles originários do pertencimento étnico-racial e do sexo, aos quais essa dissertação se debruça –, e pressupondo a diferença.

O segundo encontro foi com referenciais que se direcionaram ao estudo das nações e dos nacionalismos, como Benedict Anderson¹⁸ e Eric Hobsbawm¹⁹. Entretanto, tampouco estes trabalhos nos ajudaram especificamente na discussão em torno da identidade nacional. Isso porque estas obras se debruçam ao estudo do desenvolvimento histórico dos nacionalismos. Além disso, entendemos que também há uma diferença entre os conceitos de nacionalismo e de identidade nacional; nesse ponto, Hobsbawm é certo: “‘nação’ e ‘nacionalismo’ não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras”²⁰. Por sua vez, Maria Luís Rovisco pontua que “a categoria do «nacionalismo» constitui um receptáculo demasiado grande para fazer justiça à diversidade e variação de sentimentos colectivos dentro dos limites do Estado-nação e, pelo menos no contexto actual, a «identidade nacional», como termo

¹³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p. Assim como o texto presente no livro organizado por Silva e Woodward, na nota a seguir.

¹⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

¹⁵ Bauman, 2005 e BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

¹⁶ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Em: Silva; Woodward, 2000, p. 104.

¹⁷ Ibid., p. 106.

¹⁸ Anderson, 2011.

¹⁹ Hobsbawm, 1997.

²⁰ Ibid., p. 215.

analítico, pode ser de utilidade potencial”²¹. E se, conforme Anderson comenta, o conceito de nacionalismo é um conceito não muito bem definido²², o de identidade nacional o é ainda menos.

De maneira geral, os estudos sobre Identidade e sobre Nacionalismos parecem se distanciar da reflexão sobre identidade nacional que procuramos desenvolver – até mesmo na prática, como um objeto de análise: recentemente, quando direcionados a essa questão, os estudos tem se debruçado ao lugar daquele que se encontra na fronteira da nação, como é o caso dos imigrantes e dos refugiados, vide, por exemplo o livro de Judit Butler e Gayatri Spivak²³. Entre os estudos que utilizam especificamente a categoria “identidade nacional”, a preocupação se volta à análise dos elementos que caracterizam o Brasil e/ou os brasileiros, seja a partir da concepção dos próprios cidadãos, ou das ideias que circulam no exterior e/ou a partir das propagandas públicas sobre o país, ou mesmo a partir de entidades privadas, como, por exemplo os estudos de Renato Ortiz²⁴ e Cosme Freire Marins²⁵. Nesse sentido, em uma pesquisa de revisão bibliográfica, Cecília Marques e Eliane Domingues²⁶ mostram que um dos principais focos das pesquisas que usam o termo “identidade nacional” são os símbolos que estão associados a ela.

Esse não é o caso desse trabalho. Fazemos a análise das *relações que são estabelecidas para com* um discurso que serve como símbolo da nacionalidade, que é a história da nação. Nosso objeto, entretanto, não é apenas o discurso como símbolo, mas sim a identidade nacional. Ou seja, a análise não se limita à investigação dos discursos que são construídos pelos jovens a respeito da história do Brasil, mas também à relação que os jovens estabelecem mediante o

²¹ ROVISCO, Maria Luis. Reavaliando as narrativas da nação – identidade nacional e diferença cultural. Em: Congresso Português de Sociologia, 4., 2003, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, dez. 2003, p. 7.

²² Ao comentar sobre alguns paradoxos com os quais teóricos do nacionalismo se deparam, escreve: “(3) O poder ‘político’ dos nacionalismos *versus* a sua pobreza e até a sua incoerência filosófica. Em outras palavras, o nacionalismo, ao contrário da maioria dos outros ‘ismos’, nunca gerou grandes pensadores próprios: nenhum Hobbes, Tocqueville, Marx ou Weber”. Em: Anderson, 2011., p. 31, grifo do autor.

²³ BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento.** Tradução de Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora UnB, 2018. 102 p.

²⁴ ORTIZ, Renato. Anexo: imagens do Brasil. Em: **Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo.** São Paulo: Boitempo, 2015, p. 139-164.

²⁵ MARINS, Cosme Freire. Identidade nacional e cultura brasileira no Ensino de História. Em: Semana da Educação: ensinar e aprender – formação, percursos e projetos, 4. 2006, São Paulo, **Anais [...]**, São Paulo, 2006; MARINS, Cosme Freire. A construção da identidade nacional e o ensino de História. Em: Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, 8. 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2008.; MARINS, Cosme Freire. As representações do Brasil entre alunos e professores: uma comparação. Em: Semana de Educação: Identidade e Diversidade, 6. 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2008. Além dos textos citados anteriormente, na nota número 5.

²⁶ MARQUES, Cecília Baruki da Costa; DOMINGUES, Eliane. A identidade nacional brasileira em teses e dissertações: uma revisão bibliográfica. **Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 465-480, set./dez. 2014.

discurso que organizam. Isso porque entendemos que apenas a análise dos elementos que compõem os discursos não é o suficiente para fazer conclusões a respeito de relações relacionadas à identidade nacional. Diante disso, uma delimitação própria precisou ser estabelecida. Dessa maneira, para os propósitos desse trabalho, entendemos o conceito de identidade nacional como uma convergência das categorias de identificação (em substituição à de identidade, conforme descrito linhas acima), pertencimento (haja vista que a identidade pressupõe pertencimento) e agência (já que a identidade nacional é uma identidade que se relaciona à cultura política e aos conceitos de cidadania; agência, portanto, diz respeito à posição do(s) sujeito(s) em relação à ação no discurso) - conceitos através dos quais nos orientamos durante a análise.

Essa definição traz implicações para a condução da análise, que se divide em duas, seguindo mais ou menos a análise tridimensional apregoada pela Análise de Discurso Crítica. A primeira parte diz respeito à dimensão textual, trazendo elementos mais relacionados à análise de conteúdo, haja vista a especificidade metodológica do trabalho. A segunda parte tem relação com as dimensões discursiva e social. Mas existem ainda dois esclarecimentos que são importantes. Primeiro que, apesar do uso da palavra “parte” anteriormente, durante a análise não há uma divisão rígida dessas duas análises, bem como não o há com relação às dimensões do discurso. Depois que, embora entendamos que a maior parte das reflexões relacionadas à identidade nacional seja alcançada com maior amplitude na segunda “parte”, o conteúdo é um elemento importante nessa equação.

Nesse sentido, Maria Luís Rovisco aponta a importância do que chama de “referentes da vida em comunidade” – que segundo ela têm sido ignorados –, como os acontecimentos, eventos e indivíduos, que, “sendo frequentemente apropriados e objecto de representação nas ‘histórias nacionais’, se afiguram, portanto, susceptíveis de influenciar, ainda que irreflectidamente, as pertenças colectivas e muito especialmente as pertenças nacionais”²⁷. A divisão mencionada no parágrafo anterior diz respeito à necessidade, entendida por essa autora, de uma “situação de compromisso” entre os níveis ontológico e epistemológico para a análise teórica da identidade nacional, o que segundo ela não é possível fora da análise discursiva, já que a construção de significados para a nação só acontece dentro dos limites específicos do discurso, e que são as formas narrativas que permitem compreender como damos sentido à nossa existência, individual e coletiva.

²⁷ ROVISCO, 2003, p. 13.

Essa análise dos referentes da vida em comunidade, evocados nos discursos sobre a história do país também está relacionada aos recortes que foram realizados para a análise nessa dissertação, e que tem forte relação com a delimitação da linha de pesquisa seguida no mestrado: os recortes em pertencimento étnico-racial e sexo. No instrumento utilizado para coleta dos discursos, além da consigna principal, haviam algumas questões cujo objetivo era traçar posteriormente o perfil dos jovens que participaram da pesquisa. Nos estudos anteriores que foram mencionados, trabalhávamos com a variável escolaridade – isso porque entre os jovens que participaram da pesquisa haviam integrantes do Ensino Fundamental, Médio, Superior e de Pós-Graduações, estes dois últimos em áreas diversas do conhecimento.

Essa dissertação analisa os discursos sobre a história do país e as relações de identificação, pertencimento e agência que são atribuídas a ele, a partir desse recorte utilizando os dados sobre sexo e pertencimento étnico-racial, traçando como objetivo entender se existem diferenças na relação para com a identidade nacional a partir do discurso organizado por cada grupo. Daí a importância dos estudos em história sobre as nações e os nacionalismos citados anteriormente, além de outros trabalhos que põe luz especificamente à construção da identidade nacional no Brasil, do discurso canônico sobre a história do Brasil, e à circulação desse discurso, em especial a partir do ambiente escolar, que é o espaço onde foram coletados os discursos analisados nessa pesquisa. Trata-se de entender como é construído o discurso sobre a história, em termos de apropriações, resistências, exclusões e inclusões ao discurso oficial – que é excludente para alguns dos grupos investigados na análise – e, além disso, se são efetivamente estabelecidas relações de identidade nacional para com o discurso, e se existem variações em decorrência da maneira como a história é organizada.

Esse caminho leva a outro obstáculo, que se relaciona ao lugar de fronteira, onde nos entendemos com este trabalho. Não apenas com outros estudos sobre identidade, identidade nacional e nacionalismo havia uma falta de afinidade no desenvolvimento da análise. Uma ausência de correspondência com outros trabalhos também foi sentida em distintos direcionamentos definidos por nós. Isso tanto em um aspecto geral, de um trabalho que tenha sido encaminhado na correlação entre o mesmo tipo de fonte, metodologia e análise, como também especificamente o trabalho de investigação de discursos organizados sobre a história do Brasil a partir dos recortes realizados neste trabalho.

No que diz respeito a este último ponto – especificamente em relação ao recorte sobre sexo – um dos caminhos sugeridos pela banca de qualificação para refinar a análise relacionada ao recorte de sexo foi a discussão de gênero. Tomamos esse caso como um exemplo das

dificuldades no diálogo com outros estudos: como, no nosso caso, as discussões das áreas de Estudo da Linguagem, e do Ensino de História. Conforme mostram Francis Fonseca Oliveira e Claudiene Santos²⁸, na discussão relacionada às masculinidades – que se mostrou como um dos caminhos possíveis dentro do debate de gênero –, os estudos que entrelaçam esta categoria junto com a de juventudes dentro de um debate voltado à educação são escassos, e mesmo aqueles existentes caminham em direções diversas daquelas seguidas neste trabalho, como por exemplo, a discussão sobre a abordagem de temas relativos a gênero e sexualidade em sala de aula, caso do texto de Fernando Seffner²⁹.

Diante disso, um dos encaminhamentos tomados foi o de estabelecer diálogo com pesquisas que não se dedicaram aos mesmos problemas e questões dos campos de onde partimos, mas que trilham algum caminho semelhante àqueles que tomamos. Todas essas dificuldades não são por acaso; para além das fronteiras, elas estão relacionadas ao problema e aos objetivos da pesquisa, que já foram mais ou menos delineados nos parágrafos anteriores, mas que estão sintetizados a seguir:

Objetivo Geral: Investigar as relações entre a identidade nacional e os discursos sobre a história do Brasil construídos por jovens de 12-24 anos da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, tendo em conta as variáveis de sexo e pertencimento étnico-racial.

Objetivos específicos:

- Entender como determinados elementos como conceitos, personagens e acontecimentos interagem e são organizados dentro de diferentes conjuntos discursivos, organizados através das variáveis de sexo e pertencimento étnico-racial;

- Identificar elementos que estejam relacionados à identidade nacional, tendo em conta os referentes da vida em comunidade, além das categorias de identificação, pertencimento e agência;

- Compreender se existem e quais são as relações estabelecidas para com o discurso canônico sobre a história do Brasil, e se há direcionamentos específicos dentro de grupos organizados em torno das variáveis sexo e pertencimento étnico-racial.

O texto que se segue é organizado em quatro capítulos. No primeiro, procuramos entender os arranjos que envolvem a construção da identidade nacional, primeiro por meio das

²⁸ OLIVEIRA, Francis Fonseca; SANTOS, Claudiene. Entrelaçando masculinidades e juventudes no Portal de Periódicos CAPES entre 2000 e 2017. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 105-128, jul./dez. 2019.

²⁹ SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, mai./ago. 2011, p. 561-572.

estruturas que possibilitaram a imaginação da nação moderna, e depois os meios através dos quais o Estado-nação se valeu – numa relação de mútua dependência – para a disseminação do sentimento nacional através da invenção de tradições e da organização de um passado nacional comum repleto de mitos fundadores e lendas de origem. No segundo capítulo, traçamos o perfil geral dos jovens que participaram da pesquisa em termos de idade, sexo, pertencimento étnico-racial, religião, e escolaridade, além de adentrar às questões metodológicas pertinentes ao nosso objeto, explicitando os procedimentos metodológicos que seguimos, ao passo que realizamos a análise de um primeiro grafo composto de palavras que integram o conjunto geral dos discursos, através do qual levantamos as hipóteses preliminares para criação das categorias de análise.

No terceiro capítulo, foram discutidas as categorias de análise e marcação dos discursos; nesse momento também foi realizada a análise do grupo geral, composto por todo o conjunto discursivo. No quarto capítulo, fizemos uma análise comparativa em dois momentos: primeiro a partir de subgrupos organizados por pertencimento étnico-racial (brancos e negros, apenas, já que os demais não tinham expressão quantitativa), e depois por sexo (masculino e feminino; não tendo sido coletadas informações sobre gênero no momento de aplicação de instrumento). Por fim, nas considerações finais, fazemos um balanço à guisa de conclusão.

Em tempo, um último ponto, relacionado aos encaminhamentos desse texto, deve ser comentado. Pode soar estranho aos colegas da área da Linguagem o tipo de referenciação utilizado até aqui, por meio das notas de rodapé. Apesar de pouco comum nos Estudos da Linguagem³⁰, essa opção foi uma escolha que se baseia nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme presentes no Manual de Normalização Bibliográfica para Trabalhos Científicos³¹, e se deve, dentre outros motivos de caráter individual, ao fato de entendermos ser mais funcional e mais adequada a esta dissertação.

³⁰ A título de exemplo, todas as citações anteriores defendidas no PPGEL optaram pelo sistema autor-data.

³¹ OLIVEIRA, Angela Maria et al (orgs.). **Manual de normalização de bibliográfica para trabalhos científicos**. 4 ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019.

CAPÍTULO PRIMEIRO: NAÇÃO

Neste capítulo foi esboçado brevemente um panorama histórico sobre alguns temas que são importantes para as análises realizadas nos próximos capítulos. De maneira geral, dialogamos com o surgimento da nação e do nacionalismo, da escola, do ensino de história escolar, da História e do discurso oficial sobre a história do Brasil, tendo como pano de fundo a realidade brasileira e os projetos de criação de uma identidade nacional brasileira homogênea e da criação do cidadão. Nessa perspectiva, fizemos um esboço da discussão sobre nação e nacionalismo, identificando suas gêneses e seu desenvolvimento na história do Brasil, procurando entender como a História, por meio da criação de um passado comum, e das contribuições para a criação de uma memória e uma cultura nacional comuns, tensionou a formação de uma identidade nacional homogênea, afastando determinadas identidades, culturas e sujeitos do discurso nacional. A aproximação com esses temas não é casual. Tomamo-la como necessária na medida que entendemos – junto com nosso referencial teórico – que os discursos sobre a história do Brasil construídos pelos jovens são tensionados por esses textos que os antecedem, estabelecendo relações de intertextualidade que são objetos de investigação pertinentes dentro da dimensão da prática discursiva na perspectiva tridimensional de análise da ADC. Trata-se, portanto, de entender as raízes do discurso que os jovens reproduzem.

1.1 O TEMPO VAZIO E HOMOGÊNEO DA NAÇÃO

Não obstante a persistência de uma parte da historiografia ainda bastante eurocêntrica, que entende ser a Europa o palco onde teria surgido o nacionalismo moderno, ele teve as primeiras manifestações no “Novo Mundo”³² a partir de fins do século XVIII e começo do século XIX, sendo possibilitado pela existência de um aparato burocrático-administrativo localizado, por onde circulavam e se relacionavam habitantes de uma mesma unidade

³² Quem vai de acordo a esse pensamento é Benedict Anderson, em sua obra “Comunidades Imaginadas”, lançada originalmente em 1983. No prefácio à segunda edição do livro, ele comenta que “Em meu plano original, pretendia enfatizar as origens do nacionalismo no Novo Mundo. Achava que havia certo provincianismo inconsciente deformando e distorcendo, por muito tempo, a teorização sobre o assunto. Os estudiosos europeus, acostumados à ideia de que tudo o que há de importante no mundo moderno começou na Europa, assumiram descuidadamente a ‘segunda geração’ dos nacionalismos etnolinguísticos (húngaro, tcheco, grego, polonês etc.) como ponto de partida para suas modelagens, fossem estas ‘contra’ ou ‘a favor’ do nacionalismo. Fiquei espantado ao ver, em vários comentários sobre Comunidades imaginadas, que esse provincianismo eurocêntrico se mantinha inabalado, e que o capítulo fundamental sobre as origens americanas do nacionalismo era em grande parte ignorado.” Em: ANDERSON, 2011. p. 21-22.

administrativa colonial, e – talvez o mais importante –, pela circulação de impressos, o que permitiu o surgimento da noção de simultaneidade por parte dos estratos letrados das populações, criando um “tempo vazio e homogêneo” da nação, e, conseqüentemente, a possibilidade da nação ser “imaginada”³³.

Mas, por mais que existissem diversos elementos protonacionais anteriores à nação e ao próprio nacionalismo, (como língua, religião, território, ascendências, costumes e/ou traços culturais em comum) – o que dava suporte a ideia de “paralelismo” entre habitantes de um mesmo espaço – nenhum deles foi o suficiente, por si só, para a criação do sentimento nacional ou da nação, sendo todos eles, para análise do surgimento da condição nacional, “[...] ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto os são as formas das nuvens [...]”, para trazer à tona as palavras de Hobsbawm³⁴. De qualquer maneira, após ou durante a gestação do sentimento nacional³⁵ (no caso do Brasil, ainda em um momento anterior), e, depois de o espaço físico que constitui e no qual é constituído o Estado ter sido delineado, foi necessário angariar legitimidade para o novo *status quo* que estava sendo formado. Afinal, como mostra Hobsbawm, mesmo onde o sentimento nacional era uma força estabelecida, havia ainda assim a necessidade de legitimar o Estado³⁶.

Mesmo que a nação seja uma condição do Estado moderno, há em sua gênese – mas não apenas na gênese – uma diferença importante entre o sentimento nacional e o sentimento de pertencimento. Ou, em outras palavras, o nacionalismo e o sentimento de pertença a um Estado-nação não são necessariamente coexistentes ou coincidentes. Dessa maneira, do ponto de vista

³³ ANDERSON, 2011, p. 84-106.

³⁴ HOBSBAWM, 1997, p. 15.

³⁵ E nesse ponto existe uma questão na historiografia que substitui o popular “o que veio antes, o ovo ou a galinha?”. Há discordância sobre se é o Estado-nação quem antecede o nacionalismo, ou o contrário. Hobsbawm, vai de encontro à primeira afirmação: “Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto;” (ibid., p 19). Já Anderson, 2011, p. 266 entende que o Estado nacional é anterior ao nacionalismo, e que coube a uma segunda geração de pessoas “resgatar” a consciência nacional num cenário onde o Estado-nação já existia. Acredito que, mais do que isso, há uma falta geral de definição nos estudos relacionados à temática, com relação a conceitos relevantes. Hobsbawm parece dar um passo nessa questão, introduzindo em sua obra a noção de “protonacionalismos”, mas penso que exista uma diferença fundamental entre “nacionalismo” e “identidade nacional”, que não é levada em conta. De qualquer maneira, no tocante à primeira questão, em âmbito geral a postura mais cética é a de José Murilo de Carvalho “a relação entre os dois assume formas diversas: às vezes o Estado cria a nação, às vezes é o oposto que se dá, às vezes criam-se os dois mutuamente. A natureza da relação e a maior ou menor força do ingrediente nacional poderão favorecer ou dificultar a imaginação das novas formas sociais.”. Em: CARVALHO, José Murilo de. **Nação Imaginária: memória, mito e heróis**. Em: artepensamento, 2003. Disponível em: <<https://artepensamento.com.br/item/nacao-imaginaria-memoria-mitos-e-herois/>>.

³⁶ Segundo Hobsbawm, 1997, p. 113-114, a identificação de um Estado com uma nação era politicamente arriscada pois poderia gerar contranacionalismos. “[...] o tipo de nacionalismo que emergiu no final do século XIX não tinha nenhuma semelhança básica com o patriotismo estatal, mesmo se estivesse a ele ligado. Sua lealdade básica não era, paradoxalmente, ao ‘país’, mas sim à sua versão particular do país: com um construto ideológico”.

dos dirigentes e dos interessados no surgimento da estrutura formal do Estado-nação, havia ainda uma tarefa a ser realizada: a promoção da coesão nacional. Isso era necessário na medida que sentimentos e projetos alternativos (e conflitantes) coexistiam em um mesmo espaço. No caso brasileiro é possível entender melhor essa relação olhando para os movimentos separatistas que se desenrolaram a partir do século XVIII, que, mesmo que não se fundamentassem em bases nacionalistas (senão, talvez, em protonacionalismos, à moda do que descreve Hobsbawm), eram projetos que colocavam em risco a unidade nacional.

A forma desenvolvida para garantir a coesão nacional na maioria dos novos Estados nacionais modernos em formação, inclusive no Brasil, foi através da propagação – ou, nos termos de Homi Bhabha, da “DissemiNação”³⁷ – da *ideia* de coesão; de uma unidade enquanto povo, a partir da criação de uma coletividade, um “nós”. Isso se dava por meio dos aparatos de Estado, como a educação e o exército, e também pelos meios modernos de comunicação de massa, como a circulação de impressos num momento anterior, e os novos meios de comunicação, como o rádio, o cinema e a televisão, posteriormente. Em linhas gerais, a unidade baseava-se na construção e na difusão de uma comunidade cultural nacional, como acentua a seu tempo Otto Bauer, em um dos célebres textos sobre a nação³⁸. Para isso, tem especial relevância a esfera temporal, afinal, a legitimidade da nação está em sua naturalização, na ideia de que “as nações, como narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo, apenas realizando completamente seus horizontes nos olhos da mente”³⁹.

Dessa maneira, a legitimação da nação, se encontra, antes de tudo, na história; numa relação consensual entre memória e esquecimento, este último, apontado por Ernst Renan – em

³⁷ A ideia de “DissemiNação”, segundo Bhabha, provém da noção de que o “povo” e a “nação” são produções narrativas que partem de um tempo duplo: “o povo consiste em ‘objetos’ históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída *no passado*; o povo consiste também em ‘sujeitos’ de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo”. Em: BHABHA, Homi. *DissemiNação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna*. Em: **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998a, p. 206-2017, grifo do autor.

³⁸ O autor entende como “comunidade cultural” a sujeição a influências culturais similares, que é o que explica, segundo ele, a característica que é a essência de uma nação, a “comunhão de caráter”, ou seja, “a totalidade das características físicas e mentais que são peculiares a uma nação, que unem seus diferentes membros e os separam de outras nações”. Em: BAUER, Otto. *A nação*. Em: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-83.

No tocante ao caráter “célebre” de sua obra, Anthony Smith comenta que “O trabalho de Bauer talvez seja o primeiro estudo integral do nacionalismo a partir de um ponto de vista histórico”. O nacionalismo e os historiadores. Em: BALAKRISHNAN, 2000, p. 192.

³⁹ Nations, like narratives, lose their origins in the myths of time and only fully realize their horizons in the mind's eye.” Em: BHABHA, Homi. Introduction: narrating the nation. Em: BHABHA, Homi (edi.). **Nation and narration**. Routledge, 1998b, p.1, tradução nossa.

sua ilustre conferência “Que é uma nação?”, realizada na Sorbonne, em 1882 – como um dever cívico⁴⁰. Mas trata-se, como acentua Anderson, de uma relação de memória/esquecimento que foi construída sobre o signo do “nosso”: mesmo as mortes, as tragédias, os massacres tornam-se, nesse sentido, “fratricídios tranquilizadores”, “histórias de família”⁴¹. No caso do Brasil é sintomático dessa tendência o fato de que uma das mais significativas figuras alçadas à condição de “herói” nacional – senão o único, como entende José Murilo de Carvalho⁴² – seja um personagem que esteve ligado a um movimento separatista, que é o caso de Tiradentes⁴³. Isso porque a reinterpretação e a modelagem de acontecimentos e personagens históricos, assim como o “erro histórico” fazem parte desse processo.

Aquela simultaneidade no presente, que é condição para a imaginação da comunidade, é corroborada pela construção de uma simultaneidade no passado, que em si encampa uma projeção de futuro, o que garante a coesão da nação no devir, a partir da promessa de simultaneidade futura em tempos anunciadamente gloriosos: as glórias do passado refletem nas glórias anunciadas pela comunidade de destino. Enquanto no futuro isso é assegurado como promessa, no passado é ressaltado pela criação de mitos: “A criação de uma memória nacional, de mitos e de heróis ajuda as nações a desenvolver uma unidade de sentimentos e de propósito, a organizar o passado, a tornar o presente inteligível e a encarar o futuro”⁴⁴. Isso tem o efeito de uma “pedagogia da nação”, como coloca Elza Nadai⁴⁵, já que, enquanto discurso, “Estas histórias fornece-nos a razão de quem somos como condição prévia para saber o que devemos fazer”⁴⁶.

Mas, se no contexto americano, em especial nos territórios de tradição hispânica, as revoltas por independência tinham um caráter nacional, no Brasil, cuja independência não foi gestada por meio de uma insurgência popular ou crioula, e nem mesmo desembocou em um regime republicano, a criação do “tempo nacional”, que pressupõe a inserção do tempo vivido no tempo histórico (a simultaneidade no passado), teve que buscar recursos na “criação do fato”.

⁴⁰ RENAN, Ernest. Que é uma nação?. Tradução de Samuel Titan Jr. **Revista Plural**, São Paulo, v.4, 1 sem. 1997, p. 154-175.

⁴¹ RENAN, 1997, p. 274-275.

⁴² CARVALHO, 2020.

⁴³ É pertinente anotar que essa não é uma constatação minha. Devo ela a algum dos referenciais com que tomei contato ao longo das leituras para dissertação. No momento de revisão para encontrar quem havia a formulado, não consegui o encontrar mais uma vez.

⁴⁴ CARVALHO, 2020.

⁴⁵ NADAI, Elza. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”. Em: PINSKY, Jaime (org.). **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 23-30

⁴⁶ COLOM GONZÁLEZ, Francisco. A nação como relato: a estrutura narrativa da imaginação nacional. Tradução de Rubem Barboza. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun. 2013, p. 109.

E aí reside a importância da história disciplinar, e da figura do historiador, que age de maneira a “escovar a história a contrapelo”, fazendo referência à elegante expressão de Walter Benjamin⁴⁷. Dessa maneira, a utilização de figuras tropicais e dos povos originários na criação da imagem nacional, ou a celebração do “descobrimento”, por exemplo, dissimulam a barbárie da história, assim como a quimera que representa o Grito do Ipiranga e o Dia do Fico, simula uma catarse heroica. Esses e outros eventos são inseridos no interior de um discurso organizado em torno de trajetórias epopeicas, como percebe Francisco Colóm Gonzáles, onde, “[...] a imaginação costuma se projetar predominantemente para o futuro, como vontade, eleição ou destino providencial”⁴⁸.

A criação de imagens relacionadas à grandeza da nação, mediante a história, passa a ser um empreendimento conscientemente ordenado nas décadas que se seguem após 1822, momento em que o Estado brasileiro é constituído. Segundo István Jancsó e João Paulo Pimenta, até o ano de 1815, quando é criado o Reino do Brasil, uma entidade como uma “nação brasileira” nem mesmo poderia ser pensada, já que até então esse território era constituído de um conglomerado de capitanias cujo único elemento que as unia eram as mesmas relações de subordinação para com o mesmo Império e a mesma monarquia: “A partir daí, a *nação brasileira* tornava-se pensável se referida ao Estado – o Reino do Brasil – que definia seus contornos como uma comunidade politicamente imaginável”⁴⁹. Mas, conforme ressaltam os autores, “Tratava-se de uma entidade política emergente que ainda não era depositária de adesão emocional, de algum tipo de patriotismo a ele referido”⁵⁰.

1.2 A INVENÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

No contexto da criação do Estado, na esteira da revolução Liberal de 1820, um dos elementos que foi decisivo para o rompimento com Portugal foi a questão da manutenção do regime escravista. Desde esse momento, dois regimes de alteridade foram estabelecidos, um externamente, para com Portugal, a partir de onde a identidade nacional brasileira seria refletida, e outra internamente, que reafirmava a identidade nacional brasileira para a minoria

⁴⁷ BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. **Obras escolhidas**, vol. 1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3a. ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 225.

⁴⁸ COLOM GONZÁLEZ, 2013, p. 116.

⁴⁹ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, 2000, p. 418-419, grifo dos autores.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 431.

da população que gozava da prerrogativa da cidadania, de onde se excluíam os negros, livres ou escravizados: “a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com o todo corpo social do país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno”⁵¹.

Se a figura do negro não faria parte da construção da identidade nacional brasileira nesse momento, é possível ver que nas décadas que se seguem – com maior ênfase a partir do Segundo Reinado, quando são criadas a Academia Imperial de Belas-Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob tutela e financiamento do Império, em especial na pessoa de Dom Pedro II, que participou ativamente de ambas as instituições – passa a ser vinculada a figura do indígena como expoente da nacionalidade⁵². Ao lado do indígena, ainda, eram ressaltados elementos naturais ligados à fauna e à flora brasileiras, e a própria ideia relacionada à dimensão, à riqueza e à beleza do território, que já fazia parte do imaginário popular desde os primeiros contatos dos portugueses com a região⁵³.

O período imperial é significativo porque é o contexto primeiro de criação da nação, uma que vez, no Brasil, o Estado precipitou-se à formação da nacionalidade. Além disso, segundo Lilia Moritz Schwarcz⁵⁴, os legados imperiais se encontram preservados e se fazem presentes na tradição republicana brasileira atual, na condição das formas de participação política e na concepção de cidadania. Os personagens e os eventos históricos então idealizados seriam aproveitados pelos próximos projetos nacionais de construção da identidade nacional. O elemento central em todas as manifestações culturais e políticas inseridas no projeto de criação da nacionalidade era a gênese da memória e da história nacional. Entretanto a identidade nacional apenas seria sedimentada a partir da década de 1930 quando a mestiçagem foi ressignificada como um elemento positivo e marca da brasilidade.

Mas, se a identidade nacional é difundida tardiamente no Brasil, adentrando o século XX, a criação do passado via mitos e heróis é um programa que o antecede em algumas décadas, como já aludido. Em todos os momentos em que o projeto de disseminação do sentimento nacional brasileiro intensificou-se⁵⁵, teve centralidade a História, enquanto disciplina

⁵¹ JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 440.

⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Estado sem nação**: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. Em: artepensamento, 2003. Disponível em: <<https://www.artepensamento.com.br/item/estado-sem-nacao-a-criacao-de-uma-memoria-oficial-no-brasil-do-segundo-reinado/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

⁵³ CARVALHO, 2020.

⁵⁴ SHWARCZ, 2003.

⁵⁵ Lilia Schwarcz, 2003 entende que a questão da nacionalidade no Brasil foi privilegiada em circunstâncias de transformação política; nesse sentido ela cita os marcos que representam 1822, 1888 e 1889 e 1930, com a

acadêmica encarregada de “resgatar” o panteão de heróis e de acontecimentos fundadores da nação, a partir do trabalho dos historiadores, mas também enquanto disciplina escolar, com a finalidade de difundir perante a juventude o sentimento nacional através do reconhecimento de um passado comum, de mitos e heróis, e da vulgarização de uma sorte de outras “tradições inventadas” da nação, para utilizar do termo de Hobsbawm⁵⁶.

1.3 A PEDAGOGIA DA NAÇÃO E A NARRATIVA DA NAÇÃO HOMOGÊNEA

Apesar de a história como conhecimento acadêmico e da história como conhecimento escolar terem divergências, conforme aponta Thais Nívia de Lima Fonseca⁵⁷ – não se constituindo esta como uma mera transposição daquela –, a história da história enquanto disciplina acadêmica e enquanto disciplina escolar convergem em diversos momentos, tensionadas por conjunturas temporais específicas. Este é o caso, por exemplo, do início da história acadêmica, cujos objetivos, comum àqueles da história escolar, estavam relacionados à formação do cidadão, por meio da criação da identidade nacional, processo que está ligado à constituição da história enquanto conceito mestre moderno, conforme mostra Reinhart Koselleck⁵⁸.

O processo de disciplinarização da história se estabelece a partir da ideia de repressão de seu caráter ideológico, e do estabelecimento de uma postura neutra de estudo do passado. O conceito passa, então, por uma multiplicidade semântica, fundamentando-se entre a factibilidade e o poder, da história-come-passado e da história-come-palavra-de-ordem. Nesse contexto há uma cisão entre passados: o que Hayden White⁵⁹ vem a chamar de “passado histórico” – aquela história dos historiadores – e o “passado prático” – aquele da retórica, relacionada em especial à vida política e à vida cotidiana⁶⁰. Entretanto, a pretensão de

Independência, a Abolição, a República e o contexto da Revolução de 1930, sucessivamente. Penso ser pertinente acrescentar, também, o contexto do golpe militar de 1964, além do contexto em que vivemos após o as Jornadas de Junho e o Golpe de 2016.

⁵⁶ HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. Em: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

⁵⁷ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. “História” como conceito mestre moderno. Em: **O conceito de História**. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 185-222.

⁵⁹ WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Em: *The Practical Past*. **The practical past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 3-24. Entretanto, como adverte o autor, a separação entre os passados deve ser vista como tipificações ideais, e não pontos de vista ou ideologias.

⁶⁰ No que diz respeito à diferença entre passado histórico e passado prático, Arthur de Ávila escreve que “O passado histórico se constituiu, assim, através do recalque da questão ‘o que devemos fazer’ em prol da

neutralidade da história dissimula sua relação com uma ideia específica – e ideológica – de Razão, que, como comenta Sanjay Seth⁶¹, naturaliza uma ideia específica e ideológica de Homem⁶².

As especificidades da formação da história disciplinar têm implicações na qualidade do discurso histórico que passa a ser disseminado oficialmente através das estruturas do Estado brasileiro como forma de circulação de um passado comum. Essas implicações estão diretamente relacionadas às ideias de identidade, pertencimento, agência e tempo. A começar pela naturalização da história como forma universal de relação e de representação do passado. Esse processo está associado à exclusão de subjetividades outras – já que entendidas a partir do regime de Razão moderno⁶³ –, se estendendo em duas direções: no sentido de outras formas de constituição do passado que não a historiografia⁶⁴, e no de exclusão de indivíduos como sujeitos na expressão de suas identidades.

Mas não se trata somente de uma violência epistêmica, já que o processo de construção da identidade nacional está atrelado à constituição da cidadania, de maneira que “a invenção do outro” define os indivíduos que pertencem e os que não pertencem à nação, no sentido de controle do outro a partir da definição das subjetividades que constituem os sujeitos de direito, que, nesse contexto, para além dos recortes de sexo e raça, também se constitui a partir de um

interrogação ‘isso é verdadeiro?’ e, com isso, minimizou indagações mais amplas sobre os aspectos práticos que poderiam ser derivados do conhecimento histórico”. Em: AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à cultura. **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 39, jan./jun. 2018.

⁶¹ SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.11, p.173-189, abr. 2013.

⁶² Quanto à ideia de Homem, o filósofo indígena Ailton Krenak comenta que “É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho”. Em: KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Careli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 10.

⁶³ Essa chave de leitura, entretanto, não é a única. Outros autores, como, por exemplo, Jörn Rüsen, entendem que o projeto da modernidade tem potencial emancipador, e que tais violências seriam um desvio do objetivo inicial, um humanismo universal. Cf. MORENO, Jean Carlos. Didática da História e currículos para o Ensino de História: relacionando passado, presente e futuro na discussão sobre eurocentrismo. **Transversos: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 16, ago. 2019a, p. 125-147.

⁶⁴ E daí, como expressão mais clara disso, a normalização por muito tempo do termo “descobrimento” para se referir ao evento do primeiro contato entre os europeus e os povos originários de nossa territorialidade; ao lado disso, KOPENAWA, David Yanomami. Descobrimo os brancos. Tradução do francês de Maria Lucia Machado. Em: NOVAES, Adalto (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 18 fala, nos mesmos termos, do “descobrimento dos brancos” pelos nativos da terra, destacando a agência destes últimos: “Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Makuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavante, os Kayapó e os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos!”

recorte de classe: o cidadão homem branco burguês⁶⁵. Trata-se, dessa maneira, de um processo de definição do sujeito que pertence e dos sujeitos que não pertencem à nação como cidadãos, mas também de um processo de alijamento da agência daqueles que detém o status de cidadão.

No contexto de formação das identidades nacionais, isso significa múltiplas exclusões: de identidades, de sujeitos, de futuros e de outras formas de relação com o passado⁶⁶. O objetivo da escola, afinal, não era apenas o de formação da identidade nacional, mas também de formação do cidadão, e, para isso, de formação e exclusão do outro. A história, afinal, estava atrelada ao Estado-nação, e sua “utilidade prática” se limitava aos interesses dessa instituição, qual seja, o de criação da identidade nacional, de formação da elite nacional e de salvaguarda da genealogia da nação. Conforme Koselleck ⁶⁷, a história também teve caráter contrarrevolucionário: “Tão logo as massas estamentalmente desarticuladas desafiaram para uma nova organização social e política, cresceu o papel do ensino de História”.

Mas a formação da identidade nacional, como já argumentamos, não era o único objetivo atrelado à criação e à circulação de uma história nacional. E embora o discurso histórico não seja o único elemento que define a identidade nacional, há uma relação de variação mútua entre o discurso histórico e a identidade nacional, de maneira que um determina o outro, e ambos determinam a relação entre o sujeito, o Estado, a comunidade nacional, o passado, e o futuro⁶⁸. Esse último aspecto – o tempo – também é significativo para nosso trabalho, na medida que o discurso histórico é tensionado pelo tempo e pela temporalidade, conforme dissertamos na seção seguinte.

Antes disso, para finalizar esta seção, é necessário mencionar que os mesmos processos que afligem a história têm efeito sobre a relação estabelecida entre o discurso histórico e o tempo – e, em específico, e talvez de maneira mais dramática, entre o tempo e o discurso sobre a história da nação, haja vista que o futuro é uma dimensão fundante da nação, conforme já descrevemos linhas acima, ao mesmo tempo que ele é de certa forma castrado nesse mesmo

⁶⁵ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. Em: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, 2005.

⁶⁶ Haja vista que, conforme SETH, 2013, p. 185 “Viver na história, e desejar escrevê-la, não é um postulado antropológico universal [...] ao invés disso, é uma maneira específica de conceber o mundo e estar nele, ao mesmo tempo uma tradição de raciocínio, um jeito de ser, e uma prática específica da subjetividade” (p.185).

⁶⁷ KOSELLECK, 2013, p. 212.

⁶⁸ Nesse aspecto, vale trazer à tona a provocação de Michel Foucault: “O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes?”. Em: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 44.

discurso, tendo-se em conta seu caráter excludente e contrarrevolucionário. Esse fenômeno é o que Paulo Freire⁶⁹ chama de “burocratização da mente”:

Um estado refinado de estranheza, de ‘autodemissão’ da mente, do corpo consciente, do conformismo do indivíduo, de acomodação diante de situações consideradas fatalistamente como imutáveis. É a posição de quem encara os fatos como algo consumado, como algo que se deu porque tinha que se dar da forma como se deu, é a posição, por isso mesmo, de quem entende e vive a história como *determinismo* e não como *possibilidade*. É a posição de quem assume como *fragilidade* total diante do todo-poderosismo dos fatos que não podem ser ‘reorientados’ ou alterados. Não há, nesta maneira mecanicista de compreender a história, lugar para a decisão humana. Na medida mesma em que a desproblematização do tempo, de que resulta que o amanhã ora é a perpetuação do hoje, ora é algo que será porque está dito que será, não há lugar para a escolha, mas para a acomodação bem comportada ao que está aí ou ao que virá.

O tempo está relacionado às mesmas bases epistêmicas que fundamentam a história disciplinar, em dois sentidos: no de sua colonização, a partir de processos de padronização e universalização e condensação, que tem como base uma linha do tempo progressiva e evolucionista⁷⁰; no de manutenção dessas bases – e, invariavelmente – da própria história, e da exclusão do outro a partir do sentido implicado ao tempo, que tem como horizonte a modernidade ocidental⁷¹.

Essas características conformam uma homogeneização do discurso da nação, em múltiplos aspectos e dimensões. O discurso sobre a história da nação, bem como a história escolar, entretanto, não são imutáveis. Apesar de haver algum tempo desde que a história – escolar e acadêmica – se voltava à formação da identidade nacional – tarefa que foi superada com a descentralização do Estado-nação na vida dos indivíduos no interior do processo de mundialização⁷² – existe dentro da escola o que Raimundo Cuesta⁷³ chama de código

⁶⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016, p. 111-112, grifo do autor.

⁷⁰ PEREIRA, Nilton Mullet. O que se faz em uma aula de história? Pensar sobre a colonialidade do tempo. **Revista Pedagógica**, v.20, n. 45, p. 16-35, set./dez. 2018.

⁷¹ Com relação ao tema do “outro”, PEREIRA, 2018, p. 29 entende que essa estrutura impossibilita sua representação, já que essa estrutura narrativa o prende nos limites dessa representação.

⁷² Cf. BAUMAN, 2005, p. 26-38; HALL, 2006, p. 67-76.

⁷³ “Código disciplinar” é um instrumento heurístico que o autor define como “o conjunto de ideias, valores, suposições, regulamentações, e rotinas práticas (de caráter expresso ou tácito) que orientam a prática profissional dos docentes [...] se configura como parte integrante da cultura escolar, e materializa uma longa e duradoura tradição social que abrange os discursos, conteúdos e práticas da educação histórica; é um produto social que, por sua vez, produz realidades socioculturais específicas.”. CUESTA, Raimundo. El código disciplinar de la historia escolar en España: algunas ideas para la explicación de la sociogénesis de una materia de enseñanza. **Encounters on Education**, v. 3, p. 29, 2002, tradução nossa. No original: “Se puede definir como el conjunto de ideas, valores, suposiciones, reglamentaciones y rutinas prácticas (de carácter expreso o tácito) que orientan la práctica profesional de los docentes [...] se configura como parte integrante de la cultura escolar, y plasma una larga y duradera tradición social que cobija los discursos, los contenidos y las prácticas de la educación histórica; es un producto social que, a su vez, produce realidades socioculturales específicas”.

disciplinar, que contribui para a manutenção da forma, dos conteúdos e dos sentidos do discurso histórico escolar.

1.4 DIFERENTES FORMAS DE IMAGINAR A NAÇÃO OU O QUE FAZ DO BRASIL, BRASIL?⁷⁴

Entretanto, não é só de continuidades que se constitui a história, mas também de mudanças. Os objetivos da história escolar são um exemplo. Se ela esteve, em sua gênese, ligada à formação da identidade nacional e à definição dos sujeitos de direito – ou, e outras palavras, à formação do cidadão – mais recentemente houve um deslocamento, e a história passou a ter como objetivo não mais a formação do cidadão, mas a formação voltada à cidadania; ou então, os objetivos passaram por um deslocamento de uma formação voltada à nação, a uma formação voltada à relação com o Estado⁷⁵. Contudo, as mudanças no interior da história enquanto disciplina escolar não se limitam aos seus objetivos, indo em direção à própria reestruturação do discurso histórico.

Isso porque a “história única” vem carregada de perigos, como alerta Chimamanda Ngozi Adichie⁷⁶. Selva Guimarães Fonseca utiliza o mesmo termo, “história única”, para se referir especificamente àquela História “globalizante que privilegia os vieses heróicos e os mitos nacionalistas [mas que] passa a ser combatida, especialmente após as novas propostas curriculares, em favor de uma prática de ensino que enfatiza a História como uma construção”⁷⁷.

⁷⁴ Faço referência, nesse momento, ao título da obra de Roberto DaMatta, pensando-a no mesmo que sentido que o autor: “será preciso estabelecer uma distinção radical entre um ‘brasil’ escrito com letra minúscula, nome de um tipo de madeira de lei ou de uma feitoria interessada em explorar uma terra como outra qualquer, e o Brasil que designa um povo, uma nação, um conjunto de valores, escolhas e ideais de vida. O ‘Brasil’ com b minúsculo é apenas um objeto sem vida, autoconsciência ou pulsação anterior, pedaço de coisa que morre e não tem a menor condição de se reproduzir como sistema [...] Mas o Brasil com B maiúsculo é algo muito mais complexo. É país, cultura, local geográfico, fronteira e território reconhecidos internacionalmente, e também casa, pedaço de chão calçado com o calor de nossos corpos, lar memória e consciência de um lugar com o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada. [...] Não se trata de algo inerte, mas de uma entidade viva, cheia de autorreflexão e consciência: algo que se soma e se alarga para o futuro e o passado, num movimento próprio que se chama história. DAMATTA, Roberto. **O que faz do brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 11-12.

⁷⁵ Nesse sentido, Judith Butler diz que “O estado não é sempre o Estado-nação”, e que “o termo estado pode ser dissociado do termo ‘nação’ e os dois podem ser aglutinados com a ajuda de um hífen”, mas que especificamente, “O estado diz respeito às estruturas legais e institucionais que delimitam certo território (embora nem todas as estruturas permaneçam ao aparato do estado). Assim, do estado, espera-se que forneça a matriz que estabelece as obrigações e prerrogativas da cidadania”. BUTLER; SPIVAK, 2018, p. 15-16.

⁷⁶ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Discurso disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.

⁷⁷ FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 5a ed. Campinas: Papyrus, 1993, p. 155.

Essa perspectiva entra em conflito com os avanços dentro da dimensão escolar, tanto na perspectiva da inclusão de novos sujeitos à escola, com a expansão do acesso à educação básica, quanto no sentido do esgotamento do projeto da modernidade, cuja produção de alteridades e supressão de diferenças é um aspecto central⁷⁸.

Conforme Jean Moreno⁷⁹, “são as narrativas-mestras que dão forma às identificações de grupos, nações e culturas. Como todo discurso identitário as narrativas-mestras renunciam a uma parte da experiência histórica, marginalizando as culturas que não estão no centro da representação”. Apesar de as mudanças no discurso histórico não alterarem profundamente a narrativa mestra da história⁸⁰, elas se projetam em direção à superfície dela, no sentido da inclusão de outros personagens, eventos e cenários, mas que, entretanto, se situam no interior de um encadeamento espacial e cronológico previamente definido, o que está relacionado a outra faceta da colonização do tempo na história, em específico, neste caso, à da temporalidade⁸¹. No que diz respeito especificamente ao discurso sobre a história da nação, essas mudanças estão relacionadas à ambivalência da nação como discurso, em dois tempos.

Segundo Bhabha⁸², o esgotamento do projeto da modernidade, significa um interstício, um entre-lugar, onde as experiências intersubjetivas e coletivas das culturas nacionais homogêneas estão em negociação e em redefinição, abrindo espaço para as “minorias destituídas”. Dessa maneira, é a disjunção – e a ambivalência – da modernidade o que abre brecha para o questionamento da nação homogênea e horizontal. O discurso nacional – ou a nação como narração – é também ambivalente, e sua força está justamente nessa ambivalência: de se constituir como estratégia narrativa de interpelação discursiva e identificação cultural.

Em outros termos, o discurso nacional é formado a partir de um tempo-duplo, na cisão entre a temporalidade do pedagógico, que funda sua autoridade na ideia do povo, da nação, da

⁷⁸ CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 84. Por “projeto de modernidade” o autor entende “uma série de práticas orientadas ao controle racional da vida humana, entre as quais figuram a institucionalização das ciências sociais, a organização capitalista da economia, a expansão colonial da Europa e, acima de tudo, a configuração jurídico-territorial dos estados nacionais”.

⁷⁹ MORENO, 2018a, p. 135.

⁸⁰ “Narrativa mestra” é uma unidade de análise que diz respeito a “[...] padrões gerais de interpretação que tem a função de produzir sentido para o passado, o presente, e o futuro de uma comunidade [...] que supostamente age orientando muitas representações sobre o passado [...]”. Em: CARRETERO, Maria; VAN ALPHEN, Floor. Do master narratives change among high school students? A characterization of how nation history is represented. **Cognition and Instruction**, n. 32, v. 3, 2014, p. 291. No original: “[...] general interpretation patterns which have the function of making sense of the past, present, and future of a cultural community [...] supposed to act as a narrative underlying many representations of the past [...]”.

⁸¹ MORENO, Jean Carlos. O tempo colonizado: um debate central para o ensino de História no Brasil. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 25, n.49.1, p. 97-117, 2019b.

⁸² BHABHA, 2006.

tradição, da memória, como um *à priori*, a partir do signo da continuidade, e a temporalidade do performativo, que questiona a ideia de autogeração a partir do contraste entre a nação como imagem e sua significação. O tempo performativo contradiz os princípios da cultura nacional que insiste em retornar a um passado nacional “verdadeiro” (o pedagógico). Essa instabilidade, característica do performativo, faz com que a cultura nacional seja sempre correlata ao presente do povo, e, dessa maneira, constantemente instável. Essa instabilidade deixa espaço para a contestação, que, por sua vez, abre brecha para o estabelecimento de novas formas e estratégias de identificação.

Nesse sentido, nos últimos tempos esforços têm sido direcionados no sentido de circular outras histórias do Brasil, seja a partir da criação de novos mitos e heróis nacionais específicos de grupos antes excluídos da história, seja no sentido dos negacionismos históricos, ou, no limite da pretensão de retorno a uma historiografia já desatualizada, porque incompatível aos avanços da história acadêmica e aos atuais objetivos da história escolar. Esse fenômeno acontece porque, apesar de a História não traduzir a identidade nacional em sua totalidade, o discurso histórico, a partir dos referentes da vida em comunidade, pode – conforme já comentamos – tensionar a relação de identificação, pertencimento e agência das pessoas para com o país⁸³, na medida das interfaces entre a cultura histórica e a cultura política⁸⁴.

O exercício realizado neste capítulo se posiciona no interior do esforço de desvelação dos mecanismos e dos intertextos que constituem o discurso histórico, e que balizam o estabelecimento de identificações, pertencimentos e posicionamentos, se constituindo como parte integrante da Análise de Discurso Crítica. Este primeiro capítulo servirá de suporte para análise dos discursos sobre a história do Brasil praticados pelos jovens, entendendo seus significados como anteriores a sua prática discursiva. No próximo capítulo, serão discutidas questões teóricas e metodológicas que estão relacionadas à análise promovida nessa dissertação.

⁸³ Quanto a isso, COLOM GONZÁLES, 2013, p. 114, menciona que “[...] quando a disposição dos acontecimentos no enredo de uma narração é alterada de forma decisiva, a identidade de quem conta e participa da narração sofre uma mutação fundamental”

⁸⁴ CERRI, Luis Fernando. Interfaces entre a cultura histórica e a cultura política. **Topoi (online): revista de história**, v. 22, p. 55-76, 2021.

CAPÍTULO SEGUNDO: METODOLOGIA

Para este segundo capítulo da dissertação serão importantes as problematizações decorrentes dos trabalhos realizados anteriormente em torno do “grupo geral”, que compreende todos os 277 textos coletados. O que faremos ao longo dos próximos parágrafos é revisitar os resultados a que chegamos anteriormente a partir de novos olhares, que foram possibilitados pelas leituras, discussões e reflexões realizadas ao longo do mestrado. Serão importantes para nossa análise sobretudo questões incitadas pelo campo da Análise de Discurso Crítica (ADC) e as problematizações relacionadas à consciência do tempo, tomadas em relação com a identidade nacional. Começaremos este capítulo discutindo os aspectos metodológicos relacionados à metodologia utilizada para a coleta, a organização, e a investigação de nossas fontes. Depois disso, passamos para a análise.

2.1 MATERIAIS, INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

Conforme Cassab, “muitos têm sido os equívocos conceituais sobre as posturas epistemológicas, os procedimentos metodológicos, os instrumentos e as análises dos dados, no âmbito da pesquisa qualitativa e quantitativa”⁸⁵. Ainda segundo ela, na combinação das diferentes metodologias, “é importante distinguir entre o método de abordagem e os procedimentos de investigação e análise”⁸⁶. Se nossa investigação – como será melhor explicitado na próxima seção – faz uso do quantitativo e do qualitativo nos procedimentos analíticos, nossa coleta de dados obedeceu a critérios e utilizou de instrumentos do universo do qualitativo.

Nas próximas seções, descreveremos os materiais utilizados para obtenção de dados, o processo de sua aplicação, e as características gerais do grupo de jovens que participou da pesquisa e dos espaços onde os discursos foram coletados. É importante voltar a mencionar neste momento que alguns dos elementos descritos abaixo seguiram modelos e orientações do projeto em rede de onde esta pesquisa parte, intitulado “o país e o mundo em poucas palavras: narrativas de jovens sobre seus pertencimentos – implicações para o ensino de Ciências Humanas”, coordenado pela professora doutora Caroline Pacievitch.

⁸⁵ CASSAB, Latif Antonia. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 10, 2007, p. 58.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 59.

2.1.1 Materiais utilizados na coleta dos textos

Para a coleta dos textos escritos pelos/as jovens participantes da pesquisa foi utilizado um instrumento de caráter qualitativo contendo duas consignas. São elas: “por favor, conte a história do seu país” e “por favor, escreva o que você sabe sobre a história da democracia”⁸⁷. Além disso, no instrumento havia um espaço para a obtenção de dados básicos: sexo, idade, renda familiar, pertencimento étnico-racial e religião. Todas essas perguntas foram colocadas em uma página impressa, frente e verso, conforme pode ser visto no Anexo B.

No momento de aplicação do instrumento utilizado para coleta dos textos, as/os participantes foram orientados a responder as questões da maneira que desejassem. Por conta do espaço disposto para a elaboração das respostas – assim dimensionado devido a questões técnicas e burocráticas –, houve quem extrapolou as linhas disponíveis na folha que lhes foi entregue. Isso não foi um problema, já que a coleta das respostas não estava comprometida com o estudo da capacidade de sintetizar ou de estender um texto. Por sinal, houve tanto os que elaboraram a resposta de uma ou outra das consignas em poucas frases, ou então com um simples “não sei”, como aqueles para quem as linhas disponíveis não foram suficientes. Para estes últimos foi sugerido que continuassem a escrever em uma outra folha à parte e a entregassem junto à folha do instrumento, no final.

2.1.2 Métodos e critério de aplicação do instrumento e de coleta dos textos

Alguns critérios estipulados pelo projeto guarda-chuva foram seguidos para a seleção dos participantes da pesquisa. Tendo em vista certos obstáculos pelo caminho, em alguns casos fizemos uma adaptação à nossa realidade. Seguindo tais critérios, realizamos a pesquisa com jovens pertencentes aos seguintes grupos e às seguintes faixas-etárias:

- Matriculados no Ensino Fundamental com média de idade de 12 anos;
- Matriculados no Ensino Médio, com idade aproximada de 16 anos;
- Ingressantes de cursos de graduação nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências da Saúde e/ou Engenharias com idade próxima a 18 anos;

⁸⁷ Durante a fase em que a pesquisa se desenvolvia como etapa de Iniciação Científica uma terceira pergunta – não prevista no projeto guarda-chuva – foi formulada: “por favor, conte a história da democracia *em seu país*”.

- Ingressantes de cursos de pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências da Saúde e/ou Engenharia com idade aproximada de 24 anos.

Foi estabelecido um número mínimo de 80 coletas para cada faixa etária, totalizando, no conjunto, 320 textos. Para esta pesquisa foram coletados 277 ao todo. Esse número, inferior ao estipulado, se deveu à dificuldade de conseguir acesso a programas de pós-graduação; ao número diminuto de alunos matriculados nos programas acessíveis; e, além disso, de muitos dos alunos não se enquadrarem na faixa etária estipulada, ou optarem por não participar da pesquisa⁸⁸.

Tendo definido estes critérios, partimos para a procura de instituições de ensino que concordassem com a pesquisa e aceitassem participar dela. O primeiro contato que estabelecemos em cada instituição foi a partir de professores colegas. Com seu aceite prévio, fomos buscar a autorização da equipe de direção das escolas e dos coordenadores de curso, solicitando do respectivo responsável a assinatura do Termo de Concordância da Instituição (Anexo C).

O próximo passo foi explicar o projeto aos jovens e propor que respondessem ao instrumento. Aos estudantes da Educação Básica foi delimitado um prazo de 45 minutos para este exercício. Para os alunos do Ensino Superior, além do instrumento foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), e estabelecido o máximo de 90 minutos para que lessem atentamente ao TCLE e respondessem às questões. Com exceção das informações a respeito de sexo e idade, todas as outras questões presentes no instrumento eram optativas, a serem respondidas da maneira que os participantes preferissem.

2.1.3 Perfil dos jovens e das instituições participantes da pesquisa

A pesquisa ocorreu em três instituições de ensino formais públicas da cidade de Ponta Grossa, Paraná, entre abril e agosto de 2018. Em cada uma dessas instituições foram recolhidos discursos organizados por jovens em uma fase diferente da vida escolar. Nesse sentido, na escola A a pesquisa foi realizada com alunos e alunas do 6º ano do Ensino Fundamental. Na escola B o instrumento foi aplicado a jovens do 3º ano do Ensino Médio. Já na instituição de Ensino Superior C o trabalho foi realizado com os primeiros anos de três cursos de graduação

⁸⁸ Um último motivo, ainda, é que 30 questionários, coletados em um curso de graduação em Engenharia de Alimentos, não foram somados ao montante, isso já desde as primeiras fases da análise.

(Engenharia de Materiais, Farmácia e Licenciatura em História), e duas turmas de dois programas de pós-graduação (Engenharia de Materiais e História).

A escola A é uma instituição pública de periferia, em funcionamento há mais de 70 anos, que atende alunos de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Profissional, nos turnos da manhã, tarde e noite. Segundo os dados do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), de 2017, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a escola está classificada como grupo 4 numa escala de 1 a 6 que mede o nível socioeconômico dos estudantes.

Nesta escola, fizemos a pesquisa com quatro turmas de 6º ano do turno da tarde. O instrumento foi respondido por 88 alunos e alunas, ao todo. A partir das informações referentes ao perfil dos jovens, podemos traçar rapidamente um desenho geral de quem são essas pessoas que participaram da pesquisa.

Tabela 1: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Fundamental.

Idade		Sexo		Renda Familiar			
11 anos	49	Feminino	48	Inferior a R\$ 700,00	5		
12 anos	19	Masculino	38	R\$ 700,00 a 3.500,00	18		
13 anos	3	Não declarado	2	R\$ 3501,00 a 6.999,00	10		
14 anos	5			R\$ 7.000,00 a 10.000,00	2		
15 anos	1			Acima de R\$ 10.000,00	-		
Não declarado	11			Não declarado	53		
Pertencimento étnico-racial				Religião			
Amarelo	1	“Normal”	1	Adventista	1	Espírita	1
Branco	23	“Não”	1	Ateu/agnóstico*	5	Evangélico	31
Pardos*	43	Não declarado	17	Católico/Cristão	33	Não declarado	16
Preto	2			Deísta	1		

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Conforme podemos ver na Tabela 1⁸⁹, a maior parte deles e delas (71) tinha, no momento da resposta, entre 11 e 13 anos, divididos entre jovens do sexo masculino (38) e feminino (48), mas com preponderância das últimas, e com maioria de pardos/as (43), seguido de brancas/os (23). A maioria dos jovens que responderam às questões se enquadra no que é

⁸⁹ É importante mencionar um direcionamento metodológico que realizamos. Como as respostas eram abertas, optamos, com fins de sistematização, por juntar respostas diferentes, mas que continham um mesmo significado em categorias únicas. Nos lugares onde isso ocorreu há um asterisco ao lado da resposta sinalizando essa junção. Demais respostas que não se enquadraram em nenhuma categoria são acompanhadas de aspas. No tocante ao pertencimento étnico-racial seguimos as opções utilizadas atualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sem desconsiderar as nuances enfatizadas em PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. A cor nos censos brasileiros. *Revista USP*, São Paulo, n.40, p. 122-137, dez./fev. 1998-99. Por conta disso, variamos as categorias dispostas na tabela conforme as respostas dos jovens, como nos casos onde ora apenas “negro” ou “pretos” foi escrito.

chamado de classe média⁹⁰ (30) e segue alguma vertente do cristianismo (65). O perfil esboçado no parágrafo acima, com algumas exceções pontuais, como poderemos ver, é típico para todos os espaços onde a coleta foi realizada.

A escola B é uma instituição pública localizada em um bairro próximo ao centro da cidade, estando próxima também a bairros com população de baixo poder aquisitivo. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), os alunos são oriundos de outros bairros e até mesmo de municípios vizinhos, de famílias de classe média e classe baixa ligadas ao setor de serviço, comércio e indústria. Segundo o INSE, a escola está no grupo 4. Essa instituição funciona há mais de 90 anos, e oferta Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico, funcionando nos períodos da manhã, tarde e noite. Neste espaço, o instrumento foi respondido por jovens de quatro turmas do 3º ano de Ensino Médio do período matutino. Ao todo 104 alunos responderam às questões. Na Tabela 2 é possível visualizar o que dissemos acima: com a evidente exceção da idade, e também do pertencimento étnico racial (existem mais brancos do que pardos, os primeiros são 35, e os últimos, 25), existe também aqui uma maioria de jovens do sexo feminino (60) comparado aos do sexo masculino (43), todos eles majoritariamente de classe média, e de religião cristã.

Tabela 2: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Médio.

Idade		Sexo		Renda Familiar	
17 anos	30	Feminino	60	Inferior a R\$ 700,00	-
18 anos	61	Masculino	43	R\$ 700,00 a 3.500,00	26
19 anos	7	Não declarado	1	R\$ 3501,00 a 6.999,00	15
20 anos	1			R\$ 7.000,00 a 10.000,00	2
21 anos	1			Acima de R\$ 10.000,00	2
Não declarado	4			Não declarado	59
Pertencimento étnico-racial		Religião			
Branco	35	Ateu/agnóstico*	17	Mórmon	1
Pardos*	25	Católico/Cristão	46	Testemunha de Jeová	1
Negro*	3	Deísta*	1	Ocultista	1
“Bugre”	1	Espírita	1	“Sou de deus”	1
“Nenhum”	1	Evangélico	17	Não declarado	18
Não declarado	39				

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

⁹⁰ Para fazer essa categorização seguimos o critério definido pelo IBGE, que divide a população brasileira em cinco classes sociais a partir da renda. As classes B, C e D – o que poderia ser chamado de alta classe média, classe média-média e baixa classe média – são aquelas cuja renda mensal familiar figura entre 2 e 20 salários mínimos. Segundo o decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017, o salário mínimo em 2018 foi fixado em R\$ 954,00, o que quer dizer que, segundo o IBGE, no referido ano o estrato médio da população seria aquele cuja renda familiar mensal varia entre R\$ 1.908,00 e R\$ 19.080.

No Ensino Superior, o quadro não é muito diferente como podemos ver na Tabela 3. A coleta foi realizada na instituição de Ensino Superior pública C, que tem mais de 50 anos de existência, se localiza em uma região distante do centro, mas que agrega estudantes de todas as classes sociais. O conceito dos cursos de graduação estão todos acima de 3 segundo os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) dos anos de 2016 e 2017. Na graduação foram coletadas 73 respostas. Nesse recorte, o número de jovens do sexo feminino (34) é pouco menor do que os do sexo masculino (39); majoritariamente marcado por brancos (40), de classe média, cristãos, de idade entre 18 e 20 anos.

Tabela 3: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Superior – Graduação.

Idade		Sexo		Renda Familiar	
17 anos	1	Feminino	34	Inferior a R\$ 700,00	-
18 anos	43	Masculino	39	R\$ 700,00 a 3.500,00	23
19 anos	14	Não declarado	-	R\$ 3501,00 a 6.999,00	12
20 anos	7			R\$ 7.000,00 a 10.000,00	4
21 anos	3			Acima de R\$ 10.000,00	1
22 anos	1			Não declarado	33
23 anos	1				
Não declarado	3				
Pertencimento étnico-racial		Religião			
Branco	40	Ateu/agnóstico*	13	Jainista	1
Pardo	7	Budista	1	Protestante	1
Negro	1	Católico/Cristão	35	“Cético”	1
“Alemão-polonês/indígena”	1	Deísta	1	Não declarado	16
Não declarado	24	Evangélico	4		

Fonte: Dados do projeto *o país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Por fim, 12 discursos foram produzidos por jovens integrantes de cursos de pós-graduação, também na instituição de Ensino Superior C. Neste último grupo existe uma predominância de jovens do sexo feminino (9), de classe média, brancos e cristãos. Podemos visualizar os dados da coleta na Tabela 4, abaixo.

Tabela 4: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Superior - Pós-Graduação.

(continua)

Idade		Sexo		Renda Familiar	
22 anos	5	Feminino	9	Inferior a R\$ 700,00	-
23 anos	3	Masculino	3	R\$ 700,00 a 3.500,00	1
24 anos	3			R\$ 3501,00 a 6.999,00	4
25 anos	1			R\$ 7.000,00 a 10.000,00	1
				Acima de R\$ 10.000,00	-
				Não declarado	6

Tabela 4: Dados básico relativos aos estudantes do Ensino Superior - Pós-Graduação.

(conclusão)

Pertencimento étnico-racial		Religião			
Branco*	7	Católico/Cristão	6	Luterano	1
Pardo	2	Espírita	1	Protestante	1
Não declarado	3	Evangélico	1	Não declarado	2

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

De maneira geral, como já antecipamos, o perfil dos jovens que participaram da pesquisa é constante: jovens na média de idade entre 12 e 24 anos, com predominância do sexo feminino, brancos de classe média e cristãos. Há ainda um número significativo de jovens do sexo masculino, e de pessoas que se identificam como negros e pardos. É importante que tenhamos esse quadro em mente para que não dissociemos a análise dos sujeitos que elaboraram os discursos que foram analisados. É importante também que não se perca de vista os grupos minoritários que aparecem, no intuito de não os desprezar nem os marginalizar.

Na próxima seção abordamos aspectos da metodologia que envolvem as fontes principais de nossa análise. Estabeleceremos também uma análise preliminar a partir do grupo geral, já mencionado acima, que agrega os 277 textos coletados em todos os espaços descritos nessa seção.

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS

Começamos então pelos aspectos metodológicos, sem os quais não conseguiríamos seguir adiante, dadas as características de nossas fontes. Na medida que alguns elementos relacionados ao que chamamos de “aspectos metodológicos” fazem parte da metodologia de análise, trazemos junto a essa seção parte da análise de nossas fontes. Importante frisar, além disso, que as particularidades metodológicas que descreveremos ao longo deste tópico servem também para a leitura das fontes trazidas no próximo capítulo, já que seguimos a mesma metodologia⁹¹ para a sistematização dos elementos textuais em grafos. Algumas questões trazidas na introdução podem, eventualmente, ser repetidas aqui para que não se perca de vista os contornos gerais do nosso objeto de análise.

⁹¹ Trata-se da sequência de procedimentos metodológicos desenvolvida nos seguintes artigos SILVA; SILVA, 2016, p. 132-154, e SILVA, et al., 2017, p. 401-425.

2.2.1 Entre dois universos

Na medida que trabalhamos com a sistematização de materiais coletados em forma de texto a partir de ferramentas computacionais – criando redes semânticas para análise de aspectos da estrutura discursiva produzida no interior de grupos focais específicos – a divisão tradicionalmente atribuída entre os modelos de investigação quantitativo e qualitativo deixam de fazer sentido de maneira que cabe esboçar algumas linhas para dissertar a respeito do terreno, num ponto de interseção que agrega elementos dois universos, do qualitativo e do quantitativo, onde nossa análise se situa.

Essa característica de se situar num lugar médio acontece não apenas na direção apontada por Roberto Briceño-León, para quem “toda ciência é qualitativa, no sentido que pretende estabelecer uma qualidade a um objeto de estudo ao reproduzi-lo ou reconstruí-lo, ao explica-lo ou compreendê-lo”⁹², e nem mesmo seguindo tão somente a ideia a respeito do modelo quantitativo concebida por Gilles-Gaston Granger⁹³, que o entende como aquele que, não obstante a presença de números, se caracteriza por fazer uso de operações empíricas de cálculo pertinentes ao objeto estudado. Entendemos que por si só essas definições podem caracterizar qualquer dos modelos sem o rigor que cada um deles necessita.

O encontro do quali e do quanti neste trabalho de pesquisa se dá na medida que os *softwares* que compõem a metodologia de análise de redes disponibilizam ferramentas analíticas que proporcionam a articulação entre procedimentos quantitativos e qualitativos. Tendo em vista a reflexão de Briceño-León⁹⁴, de que a fronteira entre os dois modos de investigação está cada vez mais difusa, sobretudo levando em conta o desenvolvimento da computação e a possibilidade de tratamento quantitativo dos dados qualitativos, e vice-versa, entendemos, então, que nosso trabalho – se houver a necessidade de tal categorização – pode ser categorizado como quali-quantitativo na medida que fazemos uso de métodos qualitativos e quantitativos de análise.

⁹² BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais. Em: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p. 157.

⁹³ GINGER, Gilles-Gaston. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance scientifique. **Sociologie et sociétés**, v. 14, n. 1, p. 7-13, abr. 1982.

⁹⁴ BRICEÑO-LEÓN, 2003, p. 167-168.

Apesar de ainda haver resquícios, dentro das Ciências Humanas e Sociais, de um antagonismo entre o qualitativo e o quantitativo⁹⁵, compreendemos que eles não podem ser entendidos como oposição, contraditórios, e muito menos gradativos em termo de valor⁹⁶. O que eles são, de fato, é diferente. Diante disso podemos afirmar – dialogando novamente com Briceño-León – que “Essa mesma diferença é que confere valor à integração de ambas as aproximações em um projeto de investigação [...]”⁹⁷. Tendo isso em conta, Latif Antonia Cassab menciona que “a combinação adequada de formas metodológicas enriquece e ilustra muitíssimo um trabalho de pesquisa”⁹⁸. Ainda nesse sentido, Leiah Santiago Bufrem comenta que “a complementaridade quantitativo-qualitativa transcende o maniqueísmo entre, por um lado, uma atitude totalmente liberta de valores como critério para obtenção da verdade e, por outro, uma situação de busca do conhecimento subjugada por escolhas ideológicas ou valorativas”⁹⁹.

Essas concepções vão ao encontro do que os autores¹⁰⁰ da sequência de procedimentos metodológicos que seguimos entendem como benefícios trazidos pelo uso desse tipo de metodologia na pesquisa com dados qualitativos. Na próxima seção explicitamos justamente estes procedimentos, as nuances que os permeiam, e as vantagens que sua utilização trouxe para nosso trabalho.

2.2.2 Criação de redes

Quando falamos em “criação de rede” podemos estar expressando erroneamente o movimento que realizamos ao utilizar esta metodologia, afinal, a rede idealmente já está previamente definida pelo conjunto discursivo, de maneira que sua “criação” dispensa a intervenção do pesquisador. O que é necessário é que sejam conduzidos os procedimentos adequados para sua transformação. Como uma pepita, que em essência já é ouro, mas que

⁹⁵ Ignacio Cano reflete sobre como isso se perpetua em Ciências Sociais a partir das matérias de metodologia nas graduações e pós-graduações, e de divisões no interior de departamentos e de correntes teóricas. Em: CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, set./dez. 2012, p. 94-119.

⁹⁶ Quem desperta luz a esta questão é MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set. 1993, p. 239-262.

⁹⁷ BRICEÑO-LEÓN, 2003, p. 168.

⁹⁸ CASSAB, 2007, p. 59.

⁹⁹ BUFREM, Leiah Santiago. Complementaridade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação. **Transinformação**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2001, p. 54.

¹⁰⁰ SILVA; SILVA, 2016, p. 144 e SILVA et al., 2017, p. 407, 408.

precisa ser refinada pelo profissional capacitado para que se retirem dali as “impurezas” que impedem que aquele material seja visto da forma desejada¹⁰¹. Nesse sentido, por exemplo,

Pensar a frequência do uso das palavras utilizadas pelo grupo que colaborou com a pesquisa não é apenas uma contagem estatística. É perceber a incorporação [d]as relações existentes entre os termos utilizados no conjunto discursivo e simultaneamente preservar a integridade dos dados, deixando que a fonte fale por si mesma.¹⁰²

Enfim, a expressão “rede de palavras”, a que nos referimos ao falar de criação de rede, é uma maneira de se referir à forma de organização e disposição de dados discursivos para análise de conteúdo. A partir desse tipo de metodologia, diferentes palavras evocadas em um conjunto textual são dispostas em uma rede semântica. Nesta rede, diversos elementos podem ser analisados, como a própria frequência de utilização de palavras e termos, assim como as relações que eles estabelecem uns com os outros, e também a formação de comunidades, centralidades, etc. Com a palavra “comunidades”, nos referimos à relação mais forte que se estabelece entre determinadas palavras no interior do conjunto analisado. São palavras que costumam aparecer juntas num mesmo contexto; que se repetem, formando subgrupos. A análise desses subgrupos pode revelar estruturas de sentido dentro do conjunto textual. Assim, “Ao tomar o discurso considerando a relação entre as palavras, a análise de redes poderá revelar as tendências de sentido produzidas em um conjunto discursivo”¹⁰³.

Tendo em conta as características descritas acima, concordamos com os autores quando eles mencionam que, a análise de rede, como ferramenta informacional, apresenta vantagens à pesquisa com fontes qualitativas:

Inicialmente, elas permitem a percepção de tendências de sentido em grandes quantidades de documentos; ademais, diminuem a necessidade de intervenção manual do pesquisador, aumentando sua produtividade e sua capacidade de realizar 'mudanças de rumos' quando a dinâmica da pesquisa exigir.¹⁰⁴

Isso acontece na medida que são as etapas metodológicas – em conjunto com o problema e as perguntas da pesquisa, é claro – que vão traçar os caminhos a serem seguidos na análise. De maneira que “A grande vantagem da aplicação dessa técnica é que esses sentidos são produzidos apenas a partir das falas dos depoentes ou entrevistados, sem intervenção do pesquisador e, portanto, sem pressupostos teóricos pré-formulados”¹⁰⁵. No caso dessa pesquisa, por exemplo,

¹⁰¹ Em uma posterior revisão de referências, me deparei com a seguinte citação, que possivelmente orientou a escrita dessa frase: “Embora não existam fórmulas mágicas, é útil conhecer procedimentos que, comparando com ferramentas nas mãos de um lapidador, permitem revelar aspectos da realidade, que não obstante lá estivessem, necessitavam de lapidação para deixar ver sua beleza” Em: SILVA; SILVA, 2016, p. 134.

¹⁰² SILVA et al., 2017, p. 408.

¹⁰³ SILVA; SILVA, 2016, p. 140.

¹⁰⁴ Ibid., p. 134.

¹⁰⁵ Ibid., p. 144.

os objetivos foram tensionados pelas hipóteses concebidas pela análise do grafo preliminar, de palavras.

2.2.3 No caminho das redes

Para esta pesquisa, a primeira ação necessária foi a transcrição dos textos do papel para o computador. Essas informações precisavam estar disponíveis eletronicamente para que pudessem ser devidamente tratadas a partir dos softwares de criação de redes. Para isso, utilizamos o processador de texto *Writer* do pacote *LibreOffice*¹⁰⁶. A partir dele foi copiado integralmente o conteúdo de todos os discursos que até então só existiam em papel. Para registrar as informações relativas ao perfil de cada participante, foi utilizada a planilha *Calc* do mesmo pacote.

Depois de feita toda a transcrição, foram realizados procedimentos para preparar o texto para o trato a partir de um segundo *software*, o *OpenRefine*¹⁰⁷. Estes procedimentos dizem respeito à transformação de cada frase transcrita em parágrafo, e, depois disso, com a ajuda do *Calc*, a transformação de cada parágrafo em uma linha dentro de uma tabela. Essa tabela foi salva e importada pelo segundo programa. A partir dele foi realizado o processo de “limpeza” dos textos. Com limpeza queremos nos referir à exclusão de elementos que não fazem sentido para a análise, ou ainda que podem atrapalhá-la. Estes elementos são, de maneira geral, as pontuações e as chamadas *stop words*.

As *stop words* são as palavras que não fazem sentido se analisados fora do contexto da frase: “Normalmente são artigos, preposições, conjunções, pronomes e advérbios”¹⁰⁸. Tanto estes elementos como as pontuações poluiriam o grafo, impedindo sua leitura. Outro trabalho que tivemos foi a de padronização de determinados termos que guardavam um mesmo significado, mas cuja grafia estava diferente. Dessa forma, por exemplo, diversas evocações que poderiam estar relacionadas à figura do ex-presidente Lula, como “Lula”, “Luiz Inácio Lula da Silva” ou “Presidente Lula”, foram todas sintetizadas em um mesmo termo.

O mesmo ocorreu com palavras de mesmo radical e com mesmo significado, mas que apareciam nos textos ao mesmo tempo no singular e no plural, no masculino e no feminino, ou

¹⁰⁶ THE DOCUMENT FOUNDATION. **LibreOffice**, [s.l.: 4.3.], 2014. Disponível em: <<https://www.libreoffice.org>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

¹⁰⁷ HUYNH, David. **OpenRefine**. [s.l.: Open-Source Community, 2014. Disponível em: <<https://openrefine.org/>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

¹⁰⁸ SILVA; SILVA, 2016, p. 138.

em tempos verbais diferentes. Além dessa radicalização, a etapa de padronização demandou a transformação de todas as letras em minúsculas e a junção de palavras compostas com um traço baixo “_”. Tudo isso foi necessário porque o próximo programa, o *Gephi*¹⁰⁹, reconhece essas pequenas diferenças em palavras relacionadas como se fossem de fato palavras diferentes. Nesse sentido, “Brasil”, “brasil” e “brazil” seriam lidas como três elementos diferentes, do mesmo modo que “pau Brasil” seria interpretado como se fossem duas palavras e não como uma só.

O produto de todas as etapas da padronização foi então importado ao *Gephi*. Este programa é destinado à criação, visualização e análise de rede. É a partir dele, com auxílio do plug-in *Multimode Networks Transformations*¹¹⁰, que os grafos que utilizamos nesse trabalho foram criados. Depois da importação da tabela no *Gephi*, as estatísticas gerais da rede foram calculadas pelas ferramentas disponibilizadas dentro do programa. A rede passou por um processo de distribuição, o *Force Atlas* um algoritmo que usa a força das relações da rede como base para a disposição dos elementos na rede; também foram calculadas as informações a respeito do grau e da modularidade¹¹¹.

A rede inicial criada pelo *Gephi* é organizada a partir de dois elementos distintos: as palavras resultantes do processamento na etapa anterior, e um identificador das frases, que é o elemento que dá ligação entre as palavras. O número das frases, entretanto, é uma informação que cumpriu seu papel depois de criada a rede, de maneira que se faz necessário o plug-in citado anteriormente para a eliminação do identificador da frase, transformando a rede então baseada na relação frase-palavra, para uma relação palavra-palavra. Por fim, alguns pequenos ajustes foram criados para tornar possível a exportação do grafo e a inserção nesse texto, como o ajuste dos rótulos das palavras e das dimensões da rede.

Depois de seguidos os procedimentos expostos acima, um primeiro grafo foi criado. Podemos vê-lo abaixo. Nele, assim como nos próximos grafos, quatro elementos devem ser destacados. É a partir deles que pudemos estabelecer a análise. O primeiro elemento são os diversos círculos que podem ser vistos distribuídos na imagem. Eles são chamados de “nós”.

¹⁰⁹ BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. **Gephi**: an Open-Source Software for Exploring and Manipulating Networks, [s.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<https://gephi.org/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

¹¹⁰ KUCCHAR, Jaroslav. **Multimode Networks** plugin for Gephi. [s.l.]: Open-Source Community, 2014.

¹¹¹ Três tutoriais do próprio *Gephi* ajudam na compreensão do processo de criação da rede, visualização e layout da rede. Disponível em: <https://gephi.org/tutorials/gephi-tutorial-quick_start.pdf>; <<https://gephi.org/tutorials/gephi-tutorial-visualization.pdf>>; <<https://gephi.org/users/tutorial-layouts/>>. Acesso em 27 jul. 2021.

revisão sistemática da transcrição dos discursos, da exclusão das *stop words* e da padronização de termos. Essa revisão resultou na confecção do Grafo 2. Para ele foram selecionadas 152 palavras, que correspondem aos 152 nós, os quais podemos visualizar abaixo. Não obstante a diferença dos dois grafos apresentados, a maior parte das características presentes no primeiro, pode também ser averiguada no segundo. Aliás, a diferença entre os dois consiste em poucos nós. Do primeiro para o segundo 5 palavras foram excluídas, 23 foram adicionadas, 11 tiveram a grafia alterada, e foram realizadas 3 junções¹¹³. O motivo dessa transformação se deve ao processo de revisão, à mudança nos objetivos da pesquisa desde a criação do primeiro grafo, e à padronização da grafia de alguns dos termos do grafo.

Os próximos elementos que fizeram parte da análise podem ser vistos de maneira mais clara no segundo grafo, já que estão mais nítidos ali. Estamos nos referindo, em especial, ao tamanho dos nós e às linhas que ligam um nó a outro, chamadas de arestas. O primeiro deles diz respeito à frequência de relação: quanto maior o nó, mais ligações ele estabelece com outros nós no interior do conjunto discursivo. Além disso, o título de cada nó varia de acordo com seu tamanho. No caso dessa amostra, “brasil” é o mais repetido, 581 vezes. Outros 13 nós, dentre os quais “1889”, “dilma” e “preconceito” são os menos frequentes, repetindo-se 10 vezes. As arestas ligam os nós que têm relação entre si no discurso. Quanto mais espessa a aresta, mais forte é a relação entre as palavras que são ligadas por ela.

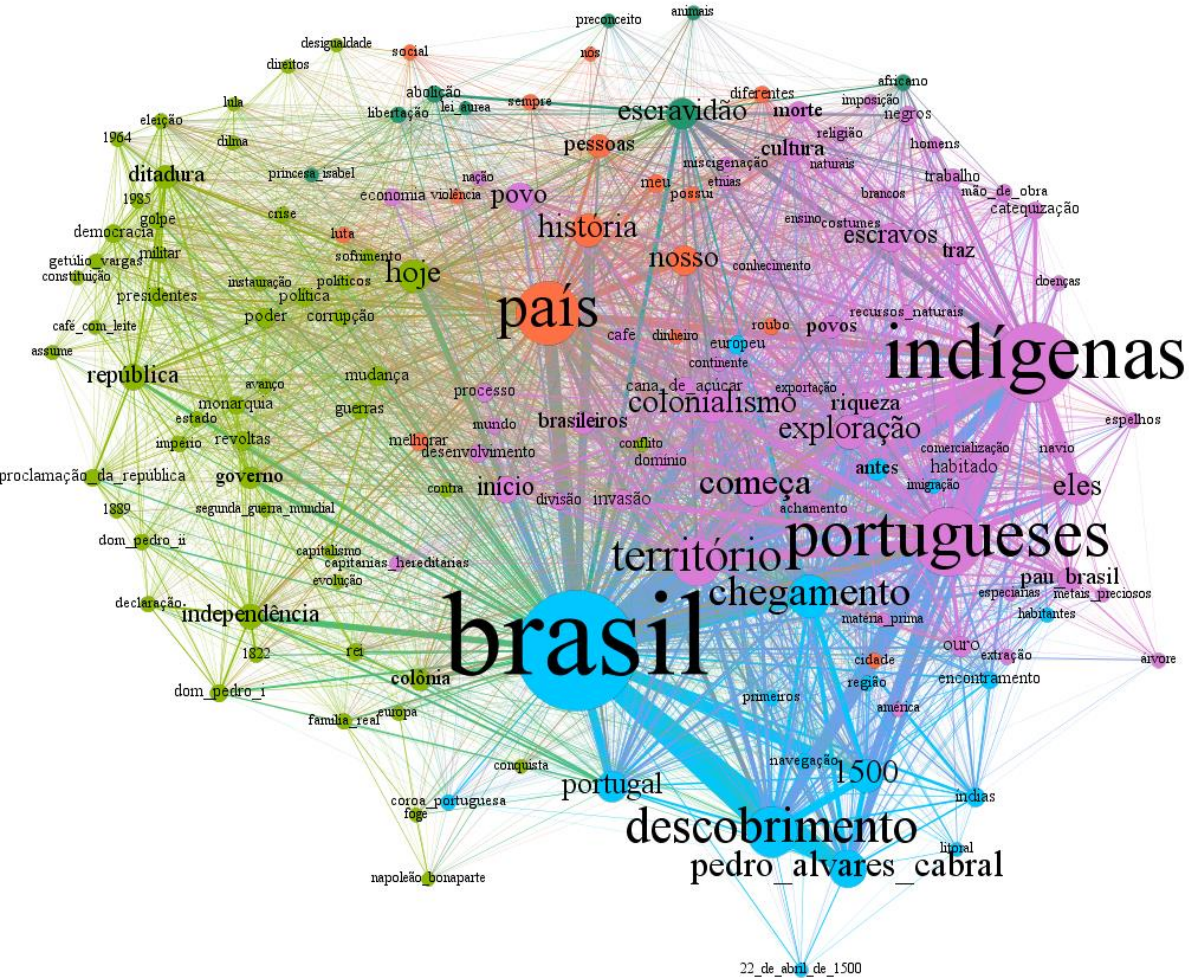
O último elemento é a modularidade. Dentro do *software Gephi*, modularidade é uma estatística que calcula comunidades de nós no interior do todo, tendo por base a interação estabelecida entre os nós: “Comunidades, também chamadas de módulos ou clusters, são conjuntos de nós cuja relação intra é mais densa do que a relação extracomunidade”¹¹⁴. Cada uma das cinco cores que podemos visualizar no Grafo 2 representa um grupo modular. A análise desses pequenos grupos acaba revelando núcleos de sentido no interior do conjunto discursivo. Quando analisado em conjunto com os outros três elementos descritos acima o grafo revelou diversas informações preliminares.

¹¹³ Foram excluídas as seguintes palavras: “existente”, “outros”, “surge”, “torna” e “veio”. As palavras inseridas são: “22_de_abril_de_1500”, “achamento”, “antes”, “árvore”, “cidade”, “conflito”, “contra”, “crise”, “diferentes”, “divisão”, “eleição”, “ensino”, “extração”, “habitantes”, “imposição”, “invasão”, “miscigenação”, “navio”, “política”, “políticos”, “preconceito”, “primeiros” e “processo”. Foi mudada a grafia de “declarou” para “declaração”, “domina” para “domínio”, “encontra” para “encontramento”, “etnia” para “etnias”, “indígena” para “indígenas”, “liberdade” para “libertação”, “mudar” para “mudança”, “mundial” para “mundo”, “natural” para “naturais”, “navegações” para “navegação”, “presidente” para “presidentes” e “sofre” para “sofrimento”. O nó “dias_de_hoje” foi juntado a “hoje”, “morre” tornou-se “morte”, “população” e “sociedade” viraram “povo”.

¹¹⁴ SILVA; SILVA, 2016, p. 142.

Em primeiro lugar é possível notar a presença de todos aqueles elementos que, segundo Edda Sant et al¹¹⁵, são constitutivos de qualquer narrativa¹¹⁶: personagens, enredos e acontecimentos. Com relação aos personagens, é possível visualizar pelo grafo que no conjunto discursivo existe a menção tanto a personagens individuais, como aos coletivos. Com a utilização da palavra “personagens” queremos nos referir aos agentes da história, ou seja, àqueles que se relacionam com os acontecimentos, desencadeando-os ou sendo afetado por eles.

Grafo 2: Conjunto Geral contendo 152 nós (relação entre palavras).



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.
 Nota: Organizado pelo autor.

¹¹⁵ SANT, Edda et al. How do Catalan students narrate the history of Catalonia when they finish primary education? *McGill Journal of Education*, Montréal, v. 50, n. 2/3, 2015, p. 343.

¹¹⁶ Estamos nos referindo a “narrativa” como um *modus operandi* da prática discursiva que é utilizado para explicar ou interpretar fatos da vida cotidiana. Cf. BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. *Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo*. *Psicologia: Reflexão Crítica*. Porto Alegre, v. 16, n. 3, 2003, p. 533.

No grafo, podem ser contados oito personagens individuais. Entre eles não há nenhum personagem periférico¹¹⁷: indivíduos negros e indígenas, por exemplo, não são mencionados. Mulheres existem duas: “dilma” e “princesa_isabel”. Há ainda a menção a “lula”, figura marcada como liderança de trabalhadores, de origem pobre. Estes três personagens mencionados compartilham uma característica em comum com os demais: todos eles foram líderes políticos institucionais. Mas os maiores agentes não são os personagens individuais. Podemos ver como cada um dos oito nós que os representam são pouco significativos, não assumindo centralidade, nem sendo muito frequentes, à exceção de “pedro_alvares_cabral”.

De maneira geral, os agentes mais significativos são os coletivos. Nesse quesito o grafo reúne em determinados momentos aqueles coletivos que não parecem incluir a agência ou a identificação individual dos jovens (se não, talvez, como a personificação do estado em determinados momentos), como “família_real”, “coroa_portuguesa”, “presidentes” e “políticos”. Há também coletivos atrelados a Estados-nação – como “portugueses” – ou a características étnicas – como “indígenas” –, mas nos quais os jovens não parecem ser integrantes *à priori*. A proximidade de ambos os nós a “eles” parece mesmo confirmar que os dois grupos são alheios aos jovens, afinal, são “eles”, e não “nós”.

A inclusão dos jovens parece ocorrer em “brasileiros”, que partilha em um aspecto o mesmo status de “portugueses”: a existência do grupo em detrimento de um Estado-nação. A presença de outros grupos no grafo, como “escravos”, “negros” e “africano”, parece contrapor em partes a característica de apagamento dos grupos periféricos, como foi constatado na análise dos personagens individuais. Entretanto é nítido que estas menções se limitam à percepção desses coletivos relacionados exclusivamente ao “trabalho” e à “escravidão”, dois dos nós que se encontram próximos a eles. Esta situação coloca em xeque uma perspectiva de empoderamento dos povos negros, já que existe um monopólio de sua representação relacionada à escravidão, sem rememorar figuras negras ilustres, por exemplo.

Com relação a demais grupos marginalizados, o quadro não é diferente. Não existe sequer uma quantidade expressiva de menções ao coletivo mulheres, por exemplo¹¹⁸. Isso em detrimento da existência do nó “homens”, que se localiza entre os nós “brancos” e “negros”, na

¹¹⁷ Tomamos como contraste a definição de padrão-maioria de Gilles Deleuze e Félix Guattari: “Homem-branco-masculino-adulto-habitante-das cidades-falantes de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer”. Em: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Sobre alguns regimes de signos. Em: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995.

¹¹⁸ No conjunto dos discursos existiram ao todo 8 recorrências da palavra “mulheres”, quantidade insuficiente para entrar no grafo, dado o recorte realizado.

parte superior direita da imagem. Ora, “homem” ou “homem branco” – resultante da junção dos dois nós – pode se referir à forma de generalização machista – e no segundo caso, eurocêntrica, se não racista – de designar o grupo humano, o que demonstra com ainda mais precisão a falta de rigor ao se tratar das mulheres no discurso sobre a nação.

No tocante aos “indígenas”, a situação parece diferente, já que o nó que faz menção ao grupo tem uma frequência de repetição bastante grande. É, na verdade, o segundo maior nó, com 359 menções. No entanto, a análise mostra que existem nuances que coloca este coletivo em um lugar parecido com aquele do negro no grafo. Um lugar marginal, em síntese. Se direcionarmos nosso olhar para o nó “brasil”, é possível visualizar uma ligação entre ele e “começa” com “descobrimento”, “chegamento”, “achamento”, “invasão”, e “domínio” e “território”. Essas ligações direcionam para uma interpretação que romantiza a criação da nação, do estado e/ou do país Brasil, atribuindo a ele um “começo” anacrônico, que ignora a história e a existência anterior dos povos autóctones nesses territórios.

Junto ao “começo”, ainda, há o nó “exploração”, que remete a: “riqueza”, “recursos_naturais”, “matéria_prima”, “metais_preciosos”, “ouro”; mas também roubo e exploração dos “povos” “indígenas”. Esse conjunto revela uma significação onde os povos originários, mesmo que diversas vezes citados, não assumem necessariamente protagonismo, nem mesmo agência. O agente nesse caso é quem explora, por mais que possa assumir, aos olhos dos jovens, um papel de antagonistas. Ainda em rosa, do lado oposto de indígena nesse grupo modular, pode ser visto o nó “início”, e, perto dele, “desenvolvimento”, “melhorar”, “processo”. Como se, correlato ao “começo” do Brasil, e à exploração que começa junto com ele no discurso praticado pelos jovens, começasse também um processo de desenvolvimento, e de melhoramento. O “indígena”, nesse caso, seria mais um figurante, tal qual os “escravos”.

Ainda no que se refere aos personagens coletivos, existe a recorrência do que gostaríamos de chamar de *coletivos populares*, a exemplo de “povo” e “pessoas”. Assim como “brasileiros”, a palavra “povo”, entretanto, parece ser subordinada à nação: um povo não existe senão em detrimento de um povoado, ou então, em outras palavras, nesse caso, de um país. Não parece ser ocasional, inclusive, que ao lado de “povo” esteja situado “nação”, confirmando em parte esta ideia. De qualquer maneira, todos os três nós, “brasileiros”, “povo” e “pessoas” trazem consigo implícito uma noção de agência que em tese inclui os sujeitos que organizaram os discursos, já que eles são efetivamente integrantes dos três grupos.

É como se todas as três palavras incluíssem, ou traduzissem, a noção de “nós” que marca o lugar de agência individual na história, afinal em “nós”, está incluído o “eu”. No caso do grafo

não existe um nó “eu”¹¹⁹, mas existe o nó “nós”. Ele tem uma posição semelhante à que assume o nó “eles” junto a “portugueses” e “indígenas”, demarcando “pessoas” e “povo” como grupos onde os jovens se incluem. Ao lado destas palavras se encontram ainda os pronomes possessivos “meu” e “nosso”, que estabelecem forte ligação com os nós “país” e “história”, o que demarca um sentimento de identificação tanto com a história e o país, como com a história do país, revelando aí alguns traços da identidade nacional.

Por fim, existem dois últimos elementos a serem analisado: os enredos e os acontecimentos. Sua análise torna-se mais profícua se realizada a partir dos grupos modulares. É possível visualizar que em azul está disposto um grupo onde existem temas relativos ao que é entendido como os primeiros momentos da história do Brasil, a datar do “descobrimento” perpetrado por “portugal” por intermédio de “pedro_alvares_cabral” em “1500” durante as “navegações”. Tendo em mente que este discurso é entendido como o momento onde “começa” o Brasil, conforme havíamos comentado acima, é possível depreender daí que é traçado um começo anacrônico ao Brasil, haja vista que não existia ainda a ideia de Brasil enquanto Estadação, e que nem havia as condições para que essa entidade pudesse ser imaginada.

No grupo modular de cor alaranjada, na parte superior do grafo, organizam-se palavras que remetem à identidade. É um grupo bastante pequeno – o segundo menor dos cinco – mas que para entre os demais. Nele é possível ver que esse começo anacrônico se revela também o estabelecimento de identidade nacional que parte de uma relação anacrônica com a história, afinal, o “meu” e o “nosso”, além de ligarem-se à “história” e “país”, ligam-se a elementos que compõem os momentos tidos como iniciais da história do Brasil, como “café”, “cana_de_açúcar” e “riqueza”. Momentos em que o Brasil não existia enquanto país, e que não havia um coletivo brasileiros, que configure o “nosso”. Os nós “economia”, “povo” e “cultura”, relativos a “brasil”, também estão ligados a “nosso” e “meu”, demonstrando essa relação de posse que se dá com relação a elementos pertencentes ao sujeito “Brasil”.

A seguir, no grupo em verde-escuro – o menor de todos os cinco – acontece o mesmo caso do grupo modular anterior: ele se situa num lugar intermediário entre os demais. No geral, ele agrega temas relacionados ao negro no Brasil. Assim, poderíamos situar em disposição cronológica: “africanos”, “escravidão”, “princesa_isabel”, “lei_aurea”, “abolição” ou “libertação”, e “preconceito” – esta última uma constante ao longo da sucessão dos eventos

¹¹⁹ Esta palavra foi retirada na fase de limpeza dos textos, pois entendemos que ela poderia distorcer o grafo, já que assumiu em diversos casos significados distintos que aquele de inclusão/reconhecimento do indivíduo na história, sendo empregada para expressar a posicionalidade dos sujeitos do discurso em outros sentidos, como em “eu não sei” ou “eu acho que...”, por exemplo.

dispostos nesse esquema. É de se notar que à direita do grafo, pouco abaixo de “africano”, em violeta, existe o nó “traz”, uma referência à diáspora africana – mas que, de novo, retira a agência dos africanos: eles são trazidos, não vêm, mesmo que essa relação do “vir” tenha sido mediada pela força. Ainda desse lado, existem diversas palavras que fazem alusão a mazelas sofridas pelos negros, como “imposição”, “morte” e “escravidão”.

Do lado esquerdo do grupo modular verde-claro articulam-se nós relacionados à abolição. Eles pairam entre uma diversidade de outras palavras que gravitam em torno do nó “hoje”. Entre eles, até mesmo “preconceito”, que parece um pouco mais afastado, estabelece uma ligação com esta palavra, numa espécie de reconhecimento dessa mazela que permanece no pós-abolição. Se fixarmos nosso olhar justamente no “hoje”, podemos visualizar que no grupo modular verde estão dispostas palavras que dizem respeito a uma história mais recente do Brasil. Nesse sentido, abaixo encontram-se nós que remetem à vinda da “família_real”, fazendo alusão a “napoleão_bonaparte”; à “declaração” de “independência” em “1822” e à “proclamação_da_república” em “1889”.

Na parte superior estão dispostos elementos relacionados ao momento pós-proclamação da república, elementos estes que fazem alusão aos períodos democráticos e às ditaduras. Ainda se encontram aí alguns nós que atribuem sentido a estes eventos, como “processo”, “mudança” e “avanço”, e, na adjacência, “melhorar” e “desenvolvimento”, denotando aquilo que já havíamos comentado: a percepção do desenrolar dos fatos como progressiva, em “avanço”; o “hoje” estaria em “desenvolvimento” tomado em relação aos períodos passados. Entretanto, existem ainda diversas adversidades, como “corrupção”, “sofrimento”, “crise”, “violência”, e também “preconceito”, o que demarca os infortúnios do “hoje”, que não é ainda o ideal, e que talvez também esteja sujeito ao desenvolvimento.

O último grupo, de cor violeta, traz algumas atribuições de sentido, mas dessa vez relacionadas ao contexto do contato português com a territorialidade e as c originárias. Existe uma pequena menção ao fato de que “eles”, os “indígenas”, já haviam “habitado”, “antes”, o “território”. Mas, trata-se de uma – ou melhor, nesse caso, de um conjunto de – menção isolada. Como escrevemos parágrafos acima, os eventos relacionados à história destes povos não são incluídos na história da nação. O nó “descobrimento”, que ignora a presença de povos habitando esta territorialidade antes do contato português, ainda tem mais expressão do que seus equivalentes, “chegamento” e “invasão”, por exemplo. Existem também nós que fazem referência às máculas pelas quais os povos originários passaram, como “morte” e “doenças”,

de maneira que há o reconhecimento, mas não o protagonismo, e aparentemente nem a identificação com este coletivo.

Em síntese, dada essa primeira análise podemos dizer que, no conjunto geral dos discursos é possível notar o estabelecimento de uma identidade nacional pautada em anacronismos (por fazer relação com acontecimentos que não estão circunscrito no momento temporal onde está estabelecida a nação), que se dá a partir do reconhecimento de posse coletiva de elementos que fazem parte do território, de uma história circunscrita a este território, e da identificação com habitantes desse território desde o pós-colonização. Em termos mais específicos, o estabelecimento de identidades se dá em referência e em detrimento do Estado-nação: são brasileiros, povo, e pessoas as categorias a partir das quais o grupo é reconhecido. Certos indivíduos e grupos alheios aos indivíduos que construíram os discursos também são elementos que possivelmente sustentam identificações. Não obstante a questão temporal, há ainda o estabelecimento de posse com relação a elementos pertencentes ao sujeito Brasil.

Assim, o que é perceptível com essa análise preliminar é que parece existir uma relação de identificação e pertencimento para com a história e o país, que se dá no estabelecimento de maior/menor identificação/pertencimento com e reconhecimento/inclusão dos agentes (sejam eles coletivos alheios, coletivos populares, ou indivíduos) em determinados eventos/acontecimentos da história, e nas atribuições de valor (melhora/piora) e relacionada aos sentidos da história, como as mazelas. O que faremos na próxima seção é uma análise pormenorizada dos discursos, com o objetivo de medir e comparar as unidades de sentido abstraídas a partir dessa primeira análise.

Na imagem abaixo é possível visualizar um mapa mental da pesquisa, elaborado com o programa *VUE (Virtual Understanding Environment)*¹²⁰ a partir dos objetivos da pesquisa e das categorias elencadas até aqui, de maneira a não deixar haver descompasso entre ambos. No centro do mapa mental, estão localizados o objetivo central e os três objetivos secundários da pesquisa. Em volta deste quadro maior há alguns grupos de categorias, em amarelo, que dizem respeito, em síntese, aos personagens, eventos, enredo e atribuições de sentido, além de outras que estabelecem ligação direta com as categorias de identificação, pertencimento e agência. O esquema da Figura 1 torna-se importante não apenas para situar a análise dentro dos objetivos da pesquisa, mas também porque

A criação do conjunto de categorias que servirá de parâmetro para a análise depende, obviamente, da questão central que a pesquisa se propõe a responder, contudo a

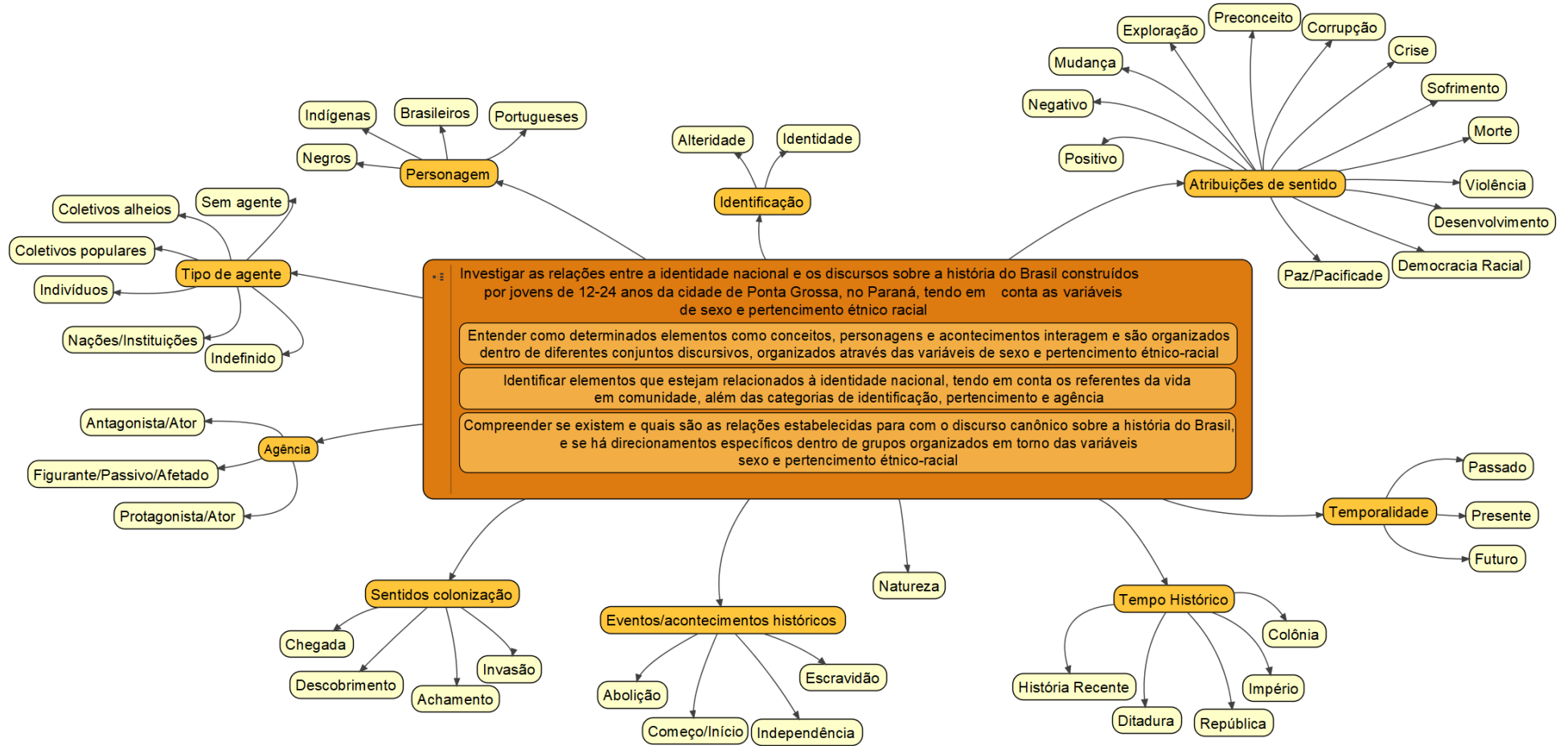
¹²⁰ TUFTS University. *VUE: Visual Understanding Environment* [s.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<https://vue.tufts.edu/>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

pesquisa também deve estar aberta ao radicalmente novo, que pode vir dos documentos encontrados ou produzidos. Nesse sentido, é útil ter como referência os marcos estruturais produzidos pelos procedimentos anteriores (análises frequencial e relacional), além de experimentar a aplicação das categorias que podem posteriormente ser aprofundadas, divididas ou ampliadas para retratar com mais fidelidade as nuances presentes na documentação.¹²¹

Este mapa mental é um conjunto de hipóteses, que não parte do nada, já que tem fundamento na análise do primeiro grafo, mas que pode sofrer alterações, tanto no sentido da exclusão de determinadas categorias, por conta da possível constatação de sua inexistência nos discursos, como também no acréscimo de ainda outras, o que esperamos que ocorra, sobretudo no tocante aos grupos de categorias nomeados “personagens” e “eventos/acontecimentos históricos”, os quais sintetizamos acentuadamente com o propósito de equilibrar o mapa mental, de maneira a deixá-lo inteligível. Para se ter uma noção, em um levantamento realizado em outro momento – quando analisamos apenas os 33 textos escritos pelos graduandos em História – foram mapeados 83 personagens e 63 eventos históricos. Número demasiadamente grande para ser colocado nesse mapa mental, mas que não esperamos que se expanda muito durante a fase de marcação e análise dos discursos, já que provavelmente muitos elementos serão repetidos no conjunto geral das fontes.

¹²¹ SILVA; SILVA, 2016, p. 144.

Figura 1: Mapa mental da pesquisa.



Fonte: O autor, 2020. Criado a partir do *Virtual Understanding Environment*.

2.2.4 Em busca dos sentidos

Para os procedimentos que realizamos a seguir, utilizamos o *software RQDA*¹²² do pacote estatístico *R*¹²³. É a partir dele que os textos foram lidos e marcados conforme o aparecimento das categorias mapeadas na Figura 1. Depois disso, foi criada “[...] uma rede semântica que possibilita compreender a estrutura discursiva produzida na relação com as pessoas que foram entrevistadas, as categorias e os significados das relações entre elas”¹²⁴. Esta etapa é necessária, pois “[...] a análise de frequência e de relação revela estruturas presentes em um conjunto de textos, entretanto, grosso modo, uma parte dos sentidos produzidos se perde”¹²⁵, sobretudo a partir da filtragem das *stop words* e das demais palavras que ficam de fora da rede. Portanto, nesse momento procuramos recuperar eventuais estruturas de sentido suprimidas pela metodologia de feitura do primeiro grafo, e de perscrutar as categorias obtidas com a análise anterior ao estabelecer uma análise textual dos discursos.

Nesse ponto, vale alguns esclarecimentos de ordem conceitual no que diz respeito aos referenciais de análise de texto. Nos valem das discussões realizadas no campo conhecido como Análise de Discurso Crítica (ADC), em especial no diálogo com Norman Fairclough¹²⁶, Teun Adrianus van Dijk¹²⁷, Maria Izabel Magalhães¹²⁸ e Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho¹²⁹. Entendemos que a ADC está alinhada às noções que embasam nosso trabalho. Sua ênfase é sobre uma análise de discurso numa perspectiva crítica, o que quer dizer que a preocupação é com um estudo da linguagem como prática social em contexto sócio-histórico, considerando os jogos de poder implícitos às relações discursivas. Nessa perspectiva são consideradas desde a apropriação da noção de ordens do discurso, termo emprestado de Michel Foucault¹³⁰, até a reorganização das relações sociais e culturais no interior de nosso tempo histórico e os debates em torno das categorias de raça, sexo e nacionalidade, por exemplo – três frentes onde nosso trabalho caminha.

¹²² HUANG, Ronggui. **RQDA**: R-based Qualitative Data Analysis [s.l.: s.n.], 2016 (R package version 0.2-8). Disponível em: <<http://rqda.r-forge.r-project.org/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

¹²³ R Core Team (2019). **R**: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Disponível em: <<https://www.R-project.org/>> Acesso em: 23 fev. 2020.

¹²⁴ SILVA et al, 2017, p. 424.

¹²⁵ SILVA; SILVA, 2016., p. 144.

¹²⁶ FAIRCLOUGH, 2001.

¹²⁷ VAN DIJK, 1993.

¹²⁸ MAGALHÃES, 1986; MAGALHÃES, 2005a; MAGALHÃES, 2005b.

¹²⁹ RESENDE; RAMALHO, 2006.

¹³⁰ FOUCAULT, 2014.

A ADC é, em síntese, um campo transdisciplinar bastante versátil, que agrega discussões em comum às que apropriamos para nosso trabalho e abre espaço ainda para novos diálogos e contribuições que possam surgir. A leitura dos referenciais elencados acima foi de especial utilidade para nossa pesquisa, pois, além de se fundamentar em bases comuns às deste trabalho, pareceu estar aberta ao novo, no nosso caso o encaminhamento desta pesquisa, que partiu, antes de tudo, das áreas da Teoria e do Ensino de História, em específico o que é conhecido como Didática da História. Também são importantes as contribuições de cunho metodológico, já que, como temos tentado elucidar, a metodologia que seguimos até aqui tem como uma de suas vantagens evitar que pressupostos teóricos formulados *à priori* acabem orientando os resultados da análise. Afinal,

[...] a ADC não tem como objetivo principal contribuir para uma disciplina específica, paradigma, escola ou teoria do discurso. Seu principal interesse e motivação são questões sociais urgentes, que espera entender melhor por meio da análise do discurso. Teorias, métodos, e trabalhos empíricos são escolhidos ou elaborados em função de sua relevância para a realização de tal objetivo sociopolítico. Como problemas sociais sérios são naturalmente complexos, isso geralmente significa também uma abordagem multidisciplinar, na qual as distinções entre teoria, descrição e ‘aplicação’ tornam-se menos relevantes.¹³¹

Nesse sentido, podemos dizer que o contato com os teóricos da ADC foi pontual, já que realizamos as leituras deste campo depois de seguir todos os procedimentos expostos até esse momento, de maneira que o referencial serviu para voltar nossos olhos para a relevância de algumas questões que a princípio pareciam secundárias, mas que assumem certa centralidade para a literatura consultada, e foram de grande valia para nossa análise. Como, para se limitar a um exemplo, desdobramentos ao redor da questão da agência, que Maria Izabel Magalhães¹³² – apropriando-se das categorias do linguista Theo van Leeuwen – chama de ator/afetado e ativo/passivo, no contexto de seu trabalho, onde, partindo da perspectiva da Teoria Crítica do Discurso, busca examinar a relação entre os conceitos de discurso e identidade. Demais categorias relacionadas à representação de atores sociais, foram buscadas no trabalho de Resende e Ramalho¹³³, algumas das quais foram adaptadas para o mapa mental da Figura 1.

¹³¹ VAN DIJK, 1993, p. 252, tradução nossa. Do original: “[...] the CDA does not primarily aim to contribute to a specific discipline, paradigm, school or discourse theory. It is primarily interested and motivated by pressing social issues, which it hopes to better understand through discourse analysis. Theories, descriptions, methods and empirical work are chosen or elaborated as a function of their relevance for the realization of such a sociopolitical goal. Since serious social problems are naturally complex, this usually also means a multidisciplinary approach, in which distinctions between theory, description and application become less relevant.”

¹³² MAGALHÃES, Maria Izabel. Discursos e Identidades – exotismo e domínio do violento. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 1, 2010, p. 13-37.

¹³³ RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 74 (Quadro 6).

Ao assentar-se em autores como Fairclough e van Dijk, a ADC oferece bases firmes para o estudo duplo do texto¹³⁴, de onde se faz partir. A dimensão dupla de análise diz respeito à conciliação entre a análise social e a análise linguística. Nesse processo, o texto assume lugar central, se constituindo como objeto, ponto de partida e ponto de chegada da análise. A centralidade do texto faz se configurar uma Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), onde o discurso é entendido como modo de ação, representação e significação do mundo. No que diz respeito a essa análise, também é importante frisar que o discurso é entendido dentro de um contexto social, e, por isso, como um produto coletivo, cujo resultado os jovens não produzem, mas praticam a partir de um texto previamente existente. Daí a importância das dimensões discursiva e social, ao que nos deteremos abaixo.

Tendo como ponto de partida os estudos em Teoria Social do Discurso, Fairclough oferece contribuições para a análise textual em diálogo com o contexto sociocultural onde o texto está inserido, daí partindo uma análise linguística que se completa com a análise intertextual dupla. Já van Dijk estabelece relações entre a análise de discurso e os estudos em Cognição Social, argumentando que esta última seria a interface teórica necessária para relacionar conceitos como discurso, sociedade, reprodução e dominância, cujo direcionamento em torno de questões como abuso de poder, desigualdade e injustiça deveriam ser o foco primeiro da análise do discurso, que só se completariam mediante o estudo do acesso ao discurso em nível cognitivo.

Um exemplo de contribuição mais prático é o quadro analítico que a ADC oferece. Para a proposta de Fairclough¹³⁵, o discurso é concebido de maneira tridimensional. São constitutivos dele: texto, prática discursiva e prática social. A análise, nesse sentido, deve ser realizada nos três âmbitos, que são sobrepostos. Para o texto especificamente são considerados itens como o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual: “o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos”¹³⁶. Esses quatro itens foram abordados até certo ponto na análise realizada na seção anterior, por mais que não tenhamos nos voltado às propriedades formais do texto e à estrutura textual, que não são o foco deste trabalho.

¹³⁴ Na acepção da ADC, partindo de Fairclough, considera-se “texto” qualquer produto escrito ou falado e qualquer “evento” discursivo”. Podendo ser sintetizado na seguinte frase: “[...] uma dimensão do discurso: o ‘produto’ escrito ou falado do processo de produção textual”. FAIRCLOUGH, 2001, p. 21-23.

¹³⁵ Ibid., p. 89.

¹³⁶ Ibid., p. 103.

Para a prática discursiva existem ainda outros três itens, que são: “a ‘força’ dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) por eles constituídos; a ‘coerência’ dos textos; e a ‘intertextualidade’ dos textos”¹³⁷. Também faz parte dessa dimensão aspectos relacionados à produção, distribuição e consumo dos textos. Parte da análise relacionada a essa dimensão, em especial no que diz respeito à intertextualidade e às esferas de produção, distribuição e consumo foram abordadas no primeiro capítulo dessa dissertação, quanto tentamos entender as origens do discurso nacional, bem como as ideologias que o sustentam. No que diz respeito aos atos de fala, podemos posicionar os atos de afirmação, negação ou contestação da identidade nacional, da agência, e do pertencimento, o que está relacionado à análise das categorias, no próximo capítulo.

A dimensão da prática social agrega conceitos como os de poder, ideologia e hegemonia, que permeiam os discursos. Assim, por exemplo, seguindo a ADC, são examinados aspectos que “restringem” os processos de produção, interpretação e atribuição de sentidos, como normas, convenções e ordens do discurso particulares ao contexto onde se dão os referidos processos. Parte da análise que se relaciona a essa dimensão também foi abordada no primeiro capítulo, mas voltaremos a ela nas reflexões posteriores à análise, momento em que faremos ponderações a respeito dos resultados alcançados, estabelecendo diálogo com dimensões sociocognitivas específicas dos contextos socioculturais onde os textos que se encontram em análise nesse trabalho, em específico, foram produzidos.

Essas dimensões não serão abordadas de forma separada e autônoma em nosso trabalho, seguindo a lógica que viemos fazendo até então. Mas é importante que elas sejam expostas, pois servem de balizas em nossa análise. A ideia da existência de ordens do discurso, que parte de Foucault, é para nós a ponte entre a ADC e as teorias culturais que dissertam sobre a identidade. Ora, essa ideia não se apresenta aqui como novidade, até porque a ADC apropria-se dela e torna-a um pressuposto que faz parte da análise do texto. De outro lado, Adriana Pagano e Célia Guimarães já estabelecem essas bases, dizendo que “É a dimensão da prática social que torna possível o diálogo da análise crítica do discurso com os estudos culturais e os estudos pós-coloniais, ambos também preocupados com as representações culturais híbridas nos textos”¹³⁸.

¹³⁷ FAIRCLOUGH, 2001, p. 104.

¹³⁸ PAGANO, Adriana; GUIMARÃES, Célia. Análise Crítica do Discurso e Teoria Culturais: hibridismo necessário. **D.EL.T.A.**, v. 21, n. esp., 2005, p. 28.

Além disso, o amparo em Foucault, nesse caso no que diz respeito à noção de discurso, nos parece que auxilia na extrapolação de uma categoria que foi utilizada anteriormente em outros trabalhos já aqui mencionados, a de narrativa mestra. Partindo de Foucault, na perspectiva de trazer algumas contribuições, concordamos que

Não existe, por um lado, um discurso de poder e em oposição a isso outro discurso que funciona contra ele. Os discursos são elementos ou blocos táticos que operam no campo das relações de força; podem existir discursos diferentes e até mesmo contraditórios dentro da mesma estratégia; eles podem, ao contrário, circular sem mudança em sua forma de uma estratégia a outra oposta. Nós não devemos esperar que os discursos sobre sexo nos digam, acima de tudo, de qual estratégia derivam, ou que divisões morais eles acompanham, ou que ideologia - dominante ou dominada - eles representam; antes, devemos questioná-los nos dois níveis de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e conhecimento eles asseguram) e sua integração estratégica (que conjunção e que relação de força fazem sua utilização necessária em um dado episódio dos vários confrontos que ocorrem).¹³⁹

Por fim, a ADC auxilia no aperfeiçoamento de algumas concepções de Foucault, para além, é claro, da noção tridimensional de análise, já antes explicitada. Estamos nos referindo a determinados esquematismos e unilateralidades, em especial no que diz respeito aos efeitos do “poder” e às possibilidades de agência frente a ele. Para essa perspectiva,

Os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída. [...] Isso também sugere que os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem.¹⁴⁰

É sob o esteio do aparato teórico-metodológico apresentado nos parágrafos acima que as análises seguintes foram alicerçadas.

¹³⁹ FOUCAULT, 1981 *apud* FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001, 316 p.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 87.

CAPÍTULO TERCEIRO: ANÁLISE DE DISCURSO

Nesse capítulo foi realizada a análise dos grafos a partir das categorias de sentido; os resultados dessa análise foram cotejados a partir de referencial bibliográfico que auxilia na compreensão dos discursos praticados pelos jovens.

3.1 ANÁLISE DOS DISCURSOS – CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE SENTIDO

Nesta etapa, que resultou na elaboração dos produtos finais da análise do grupo geral, os procedimentos para criação do novo grafo são praticamente os mesmos empreendidos anteriormente. A diferença aqui é que, como comentamos rapidamente no capítulo anterior, realizamos um processo de categorização dos discursos a partir daquelas categorias suscitadas pela análise do Grafo 2, sintetizadas no mapa mental exposto na Figura 1. Esse processo se deu a partir da marcação dos textos um a um, da seguinte maneira: quando apareciam trechos que traduziam as categorias elencadas, eles eram marcados como pertencentes à respectiva categoria. Isso foi feito com a ajuda do já mencionado *RQDA*, que auxilia esse procedimento, e que permite depois exportar os resultados da marcação para utilizá-los na criação de grafos dentro do *Gephi*.

Como já comentamos, a análise consistiu na observação de determinados elementos, que podem ser sintetizados de maneira geral em quatro itens: acontecimentos, personagens, enredo e atribuições de sentido. Por acontecimento nos referimos basicamente às ações desenvolvidas no interior do discurso histórico; em síntese, são os eventos e os acontecimentos históricos. Já os personagens são aqueles grupos, indivíduos ou instituições que aparecem nos discursos. Com relação a eles foram investigados 1. Quais eram os personagens; 2. De que tipo eram os personagens; 3. Se os personagens empreendiam agência, e que tipo de agência empreendiam. Os personagens não são necessariamente os agentes da história. São caracterizados como “agentes” apenas aqueles personagens que participam ativamente de determinado acontecimento (como, por exemplo, descobrimento, colonização, declaração da república, golpe republicano, etc.).

Participar de um acontecimento ou de uma ação ocorre de três maneiras dentro de nosso escopo discursivo: como ator/ativo, participando de sua realização, seja na figura de protagonista ou de antagonista, ou então como passivo, não realizando-a, mas sendo afetado ou estando circunscrito a ela, no sentido de coadjuvantes, ou figurantes. Na seguinte frase “Entre

índios, europeus e escravos se tornou o Brasil que é hoje, habitado por milhares de pessoas com as mais variadas misturas étnicas, incluindo imigrantes”¹⁴¹, por exemplo, é possível visualizar um caso onde existem menções a diferentes figuras, como “índios”, “europeus” e “escravos”, mas que não podem ser considerados agentes, já que não participam como ator/afetado na frase, senão como apêndice do acontecimento que os circunscrevem, mas no qual não são incluídos como agentes.

Quando uma frase abordou o desenvolvimento de determinado acontecimento, foram marcados também, além dos personagens envolvidos e da agência, o tipo dos personagens, que foi dividido em indivíduos (p. ex. Lula), instituições (coroa portuguesa), nações (Brasil), coletivos populares (povo), coletivos étnicos/nacionais (negros, holandeses) e coletivos alheios (escravos). Um exemplo de dentro do nosso material para ilustrar a questão é o seguinte: “Apesar de muitos momentos de avanço, nós brasileiros sofremos consequências de atos cometidos há muitos anos atrás como: escravidão, políticos de má gestores entre outras situações que ocasionaram esse atraso”. Nesse caso há um agente (antagonista): “políticos”, ou seja, indivíduos, e um agente afetado personificado em um coletivo popular, “brasileiros”.

Durante a prática da marcação das frases não era incomum que existissem algumas estruturas textuais mais complexas, com diversos personagens e também vários agentes, protagonistas, antagonistas e afetados, passivos ou ainda figurantes. A agência em determinados casos podia também ser indefinida, como na seguinte frase: “A história do Brasil para algumas pessoas se inicia em 1500 quando descobrem o Brasil”, onde a ação “descobrimto” não tem agente definido (nesse caso, poderiam ser, por exemplo, os portugueses/espanhóis/os brancos, Portugal/Espanha, Cabral/o rei, a coroa/os navegantes, ou então “nós”). Por fim, a história em alguns casos era alienada de agentes, como no exemplo a seguir, “O tempo foi passando e as guerras acabando e o Brasil foi melhorando aos poucos”, onde os acontecimentos, na ordem do discurso, simplesmente se desenrolam, de maneira automática, sem a ação e a intervenção de personagens.

O enredo é o local onde se desenrolam os acontecimentos e com o qual os personagens interagem. Ele pode se constituir como certos períodos históricos, como o contexto da Ditadura Militar de 1964, a Primeira República ou a colonização. Estas marcações foram reunidas junto aos “acontecimentos”. Mas existem ainda duas esferas mais amplas, de localização temporal

¹⁴¹ Essa e as próximas citações são todas retiradas do conjunto discursivo. Quando as citações forem retiradas de outros lugares, isso será apontado em nota de rodapé, com a devida menção à autoria. Todos as ênfases são de nossa autoria.

dos eventos, a primeira relacionada aos tempos da história (que havíamos organizado a princípio a partir da divisão política quadripartite da história do Brasil: colônia, monarquia, república, ditadura, mas que acabou extrapolando-a na figura de outras quatro esferas temporais¹⁴²), e a segunda, ainda mais geral, à temporalidade: passado, presente e futuro.

Por fim, as atribuições de sentido são os sentido atribuídos a qualquer dos elementos descritos anteriormente, como à história, no geral, e/ou aos acontecimentos históricos, personagens, aos períodos históricos, aos tempos da história, à temporalidade. Existem três esferas aqui. A primeira, mais geral, é a marcação de positivo/negativo, ou seja, as atribuições de valor aos sentidos ou aos personagens, enredos e/ou acontecimentos. Depois, a identificação: o estabelecimento de identidade/alteridade para com os mesmos elementos. A última são atribuições de sentido ao discurso histórico, como, por exemplo, os sentidos de desenvolvimento, melhora/piora, mudança, crise, sofrimento, morte, enriquecimento. Todas estas são categorias que transcendem eventos ou tempos específicos.

Uma mesma frase poderia ser marcada incontáveis vezes, a partir de cada um dos quatro itens gerais discorridos acima, como em diversos casos foi. Ao todo, distribuídos pelos quatro itens, foram criados 277 códigos para fazer marcações, a maior parte deles fazendo referência a personagens (128), eventos, acontecimentos e momentos históricos (87) e atribuições de sentido (32)¹⁴³. Pode ser relevante mencionar que, como não encontramos precedentes no trabalho de categorização que realizamos, a criação dos códigos resultou das perspectivas teóricas delineadas anteriormente, mas também do contato com dois trabalhos específicos, que fizeram uma análise baseada em categorias próprias, e que foram consultados na perspectiva de buscar bases para a criação das categorias.

O primeiro deles é a dissertação defendida por Mayã Polo de Campos, intitulada “Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais: teu corpo é o espaço mais teu possível”¹⁴⁴, que trabalhou com os mesmos

¹⁴² São elas 1. História Bíblica, que faz referência a acontecimento e personagens bíblicos; 2. História Ancestral, que faz referência a acontecimentos e personagens anteriores à tradicional divisão da história do Brasil, mas que não necessariamente estão relacionados à espacialidade que é abarcada por ela, como a alegoria que representa os “homens das cavernas”; 3. História Indígena, que faz referência a elementos anteriores ao contato dos nativos com os portugueses; 4. História recente, cujos acontecimentos e personagens remetem a uma temporalidade mais próxima dos jovens, contada a partir da redemocratização.

¹⁴³ É possível visualizar cada um dos códigos nominalmente, organizados em suas respectivas categorias, e também separados por grupos modulares (GM), no seguinte link: <<https://1drv.ms/x/s!Av63zRUJOLK1g-x1Yepo5nbpo5n?e=ifG5yA>>.

¹⁴⁴ CAMPOS, Mayã Polo de. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais: teu corpo é o espaço mais teu possível**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

procedimentos metodológicos que empregamos nesse trabalho. A pesquisa citada nos auxiliou em contraste, já que orientou nosso olhar para as particularidades presentes em nosso trabalho, a parti da diferença com aquelas que explorou ao longo de suas páginas. Se a autora empregou categorias diversas e criou comunidades semânticas variadas para responder a várias perguntas da pesquisa, usamos no nosso trabalho um mesmo conjunto de categorias para responder a diferentes objetivos.

O segundo trabalho é a dissertação de Crislane Dias Santana, “Ensino de história e pertencimentos nacionais: narrativas de alguns jovens sergipanos sobre a história do Brasil”¹⁴⁵, defendida em 2019, que, diferente da pesquisa anterior, não compartilha conosco do uso dos procedimentos metodológicos, mas sim da temática, da metodologia de coleta de fontes, e ainda de outras questões, já que faz parte do mesmo projeto em rede com o qual esta pesquisa está relacionada. O trabalho de Crislane nos ajudou a predefinir determinadas escolhas e caminhos relacionados às categorias, por conta dos resultados que obteve ao se orientar por questões mais ou menos próximas às nossas.

3.2 ANÁLISE DOS DISCURSOS – CATEGORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SENTIDO

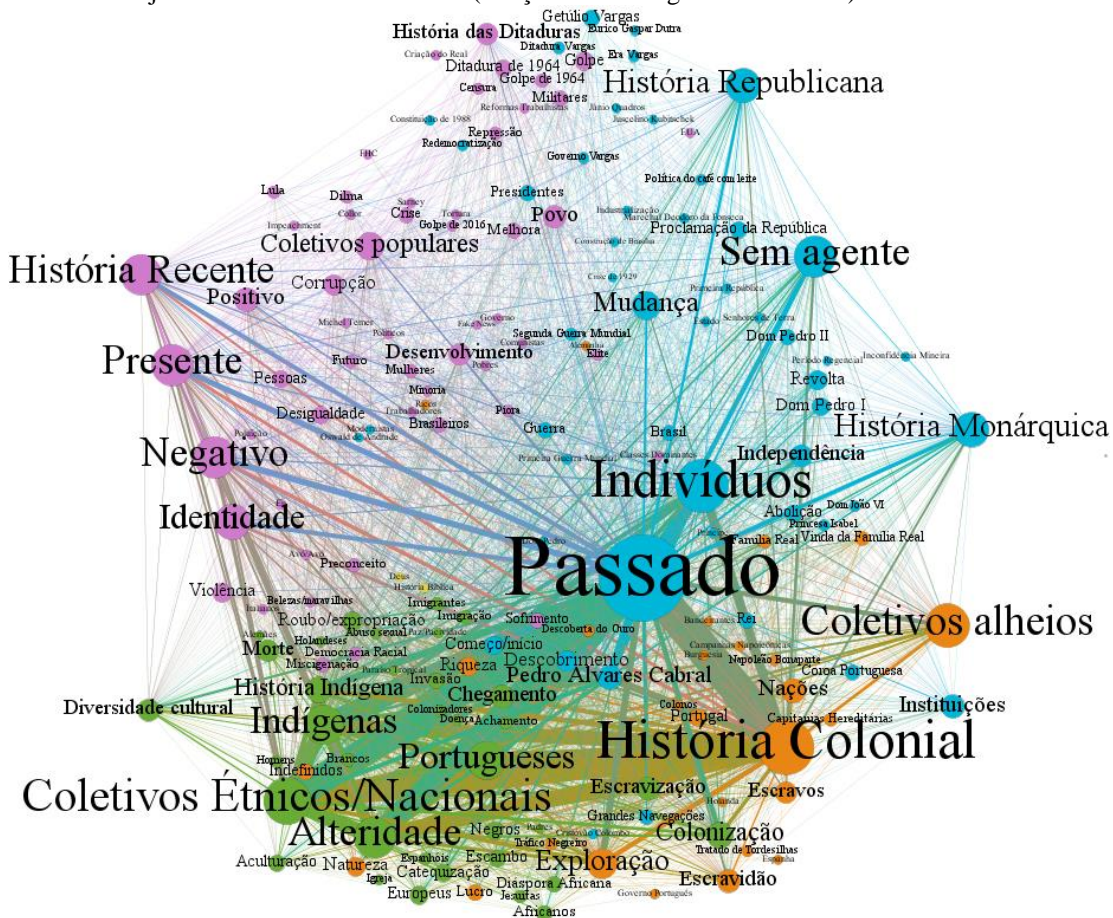
No Grafo 3, pode ser visualizado o resultado dessa última etapa de sistematização do conjunto discursivo. Os nós que o compõem fazem referência às categorias marcadas nos textos. Dois recortes foram feitos sobre o material bruto, que é o que resultou na imagem abaixo. O primeiro, que já havia sido realizado no grafo anterior, está relacionado à frequência dos nós: só foram deixados no grafo as categorias que haviam sido marcadas pelo menos 10 vezes. Dessa maneira, das 277 que foram criadas ao longo do processo de marcação, restaram 169 conforme é possível visualizar abaixo. O segundo recorte tem relação com as arestas, que também precisaram ser diminuídas¹⁴⁶.

¹⁴⁵ SANTANA, Crislane Dias. **Ensino de história e pertencimentos nacionais: narrativas de alguns jovens sergipanos sobre a história do Brasil**. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2019.

¹⁴⁶ Isso se deve ao fato de que a ligação entre os nós, neste grafo, traduz ligações entre categorias, e não mais entre palavras. Na medida em que para esta etapa foram criadas várias categorias que transcendem a divisão tradicional da história – como as categorias relacionadas à atribuição de sentido –, foram estabelecidas muito mais ligações do que o encontrado no grafo de palavras. Dessa maneira, a diminuição do número de arestas tem como função auxiliar na visualização do grafo, já que mesmo depois de realizado o recorte relacionado aos nós, ainda restou um número expressivo de nós e de arestas. No entanto, mesmo estando visíveis apenas arestas com peso igual ou maior do que 1.000 – o que representa 14,01% do total de arestas –, ainda assim é possível visualizar que existem muito mais ligações entre os nós, e ligações de muito mais peso, do que no Grafo 2, como pode ser visto na

Existe ainda uma última diferença com relação aos grafos anteriores. Se neles, o tamanho dos nós representava o que é chamado de grau ponderado (a frequência de relação de cada nó) no Grafo 3 está sendo marcado o grau médio (a frequência de repetição das marcações). Em outras palavras, enquanto no primeiro caso considera-se a quantidade de ligações que uma palavra estabelece com outras palavras no conjunto discursivo, agora o tamanho dos nós no grafo traduz a quantidade de vezes que cada categoria de sentido foi marcada¹⁴⁷.

Grafo 3: Conjunto Geral contendo 169 nós (relação entre categorias de sentido).



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

espessura de algumas arestas, que também precisaram ter escala diminuída. O peso da aresta diz respeito à força da relação entre os dois nós que são ligados por ela. Um peso maior diz respeito a uma ligação mais próxima e mais significativa.

¹⁴⁷ Essa mudança tem dois motivos. O primeiro deles está relacionado ao fato de que, como diversas marcações acabavam se sobrepondo com frequência nas mesmas frases, as ligações estabelecidas são muito maiores, mas também, para nossa análise, menos significativas. O segundo motivo se deve a um descentramento que ocorre com a categoria “passado”: enquanto a média do grau ponderado é 116,35, o grau ponderado de “passado” é 7.069. O grau ponderado diz respeito ao peso da relação entre os nós. Isso acontece com a categoria “passado” por conta de a maior parte do discurso praticado pelos jovens estar relacionada ao passado, o que faz com que ela tenha sido marcada muitas vezes.

Apesar de esse grafo marcar visualmente o grau médio, e não o grau ponderado, a primeira informação não é ausente para nós. Por conta disso, podemos partir das categorias cujo grau ponderado é superior à média. No Grafo 3, é possível verificar que a categoria “passado” estabelece uma quantidade muito superior de ligação com outras categorias. Isso se dá porque a maior parte dos elementos do conjunto discursivo analisado tem como enredo o passado. O que não parece surpreendente, já que a consigna com a qual os jovens estavam interagindo perguntava sobre a “história do país”, remetendo – não obrigatoriamente, é claro, mas quase que instintivamente – ao passado, quase da mesma maneira que ocorre com o nó “brasil” no Grafo 2. Mas, se o lugar do passado parece ser evidente se levado em conta as especificidades da questão submetida ao juízo dos jovens participantes da pesquisa, existem ainda algumas outras categorias que também se destacam no mesmo sentido, mas que abrangem significados mais interessantes. Podemos partir delas para a análise.

Além da categoria “passado”, existem outros cinco nós bastante expressivos no tocante à quantidade de ligações¹⁴⁸. Do mais ao menos expressivo, são eles: “História Colonial”, “Coletivo Étnicos/Nacionais”, “Indígenas”, “Portugueses” e “Alteridade”. Antes de atentarmos ao conjunto, cabe aqui uma breve nota: como é possível notar no grafo, e também no conjunto destacado acima, existem algumas palavras que em um olhar rápido parecem “se repetir”, já que estavam presentes também no grafo anterior. Entretanto neste momento estes nós não estão representando as palavras, como já tentamos enfatizar, mas sim categorias de sentido criadas para apreender sentidos que escapam do grafo de palavras. Nesta segunda acepção procuramos entender as relações entre – no caso das categorias citadas – as categorias que remetem aos personagens “indígenas” e “portugueses” – dois dos quais estão presentes também no Grafo 2, por serem evocados textualmente pelos jovens – e as demais que não podem ser encontradas no primeiro grafo, pois seu significado é mais complexo e seu sentido não pode ser sintetizado em um único signo, como é o caso, acima, de “Alteridade”, por exemplo.

Retornando ao conjunto das cinco categorias citadas, podemos aferir algumas coisas de imediato pelo próprio conjunto. O grafo como um todo parece estar dividido – assim como o anterior – em torno dos tempos da história, que são categorias que acabam sendo recorrentes, e por conta disso como que encabeçando os grupos modulares. Assim, quando o grafo é visto no sentido anti-horário, aparenta haver uma espécie de avanço temporal, partindo de “História Indígena”, que agora ganha um espaço maior, até “História Colonial”, seguido por “História

¹⁴⁸ O grau ponderado dessas cinco outras categorias está num intervalo entre 2.190 a 4.203, número ainda bastante superior à média.

Monárquica”, “História Republicana”, “História das Ditaduras” e “História Recente”. O conjunto das palavras mais expressivas no sentido da relação com outras palavras estão todas circunscritas em um mesmo espaço preliminar, do passado mais longínquo.

Assim, as categorias “História Colonial”, “Coletivo Étnicos/Nacionais”, “Indígenas”, “Portugueses” e “Alteridade” situam-se entre o período temporal colonial, e o que nomeamos de “História Indígena”, que na verdade não é um período delimitado pelos jovens, mas um conjunto de menções isoladas à existência de subjetividades anteriores aos europeus no território ameríndio, o que já representa uma mudança na visão tradicional que veicula a “descoberta” dessa territorialidade com um vazou populacional. Essas menções acontecem de quatro maneiras, primeiro trazendo o ponto de vista dos nativos, ao invés dos colonizadores, como a seguir: “A chegada dos portugueses ao Brasil não foi bem-vista aos olhos dos índios que acabavam se revelando contra os invasores e acabam atacando com seus arco e flecha, e os portugueses como eram muito mais poderosos e tinham arma de fogo conseguiram vencer os índios e tomar conta de seu território”.

Outra maneira é traçando o período indígena como o início da história, como em “A história de meu país se inicia com o surgimento das primeiras comunidades indígenas no território”. E nesse ponto é possível ver que o nó “Começo/Início”, por mais que esteja em outro grupo modular, está bem próximo de “História Indígena”. Existe também uma grande quantidade de menções que se limitam a uma ligeira nota sobre a existência de indígenas antes da colonização, da descoberta ou da chegada (cujos nós que as representam, “Descobrimento” e “Chegamento” se encontram também em proximidade): “Antes de descobrirem o Brasil tinha muitos índios que viviam aqui”. Há por fim um número muito menor e pouco expressivo de casos em que existe certo aprofundamento da temática, explorando elementos diversos relacionados aos indígenas, como em “O Brasil sempre foi povoado por indígenas, aqui eles cultivaram e ainda cultivam suas tradições, eles detinham conhecimento do território e da natureza, praticavam a agricultura, pesca, caça e cultuavam suas crenças religiosas”.

De qualquer uma das formas, entretanto, o personagem “indígenas” e o que diz respeito a ele a partir da categoria “Indígenas” não traz um sentido de identificação por parte dos jovens. Assim como os portugueses, os indígenas da temporalidade que é entendida como os primeiros momentos da história do Brasil são vistos como “eles”, como já havíamos pressuposto com a leitura do grafo anterior. Nesse ponto, é significativo que ambas as categorias que abrangem estes personagens estejam próximas e relacionadas à categoria “Alteridade” no grafo. Dessa maneira, é como se sempre houvesse o sujeito oculto “eles” ao se tratar de ambos os grupos.

No exemplo a seguir é possível ver um contraste onde, na mesma frase em que o indígena é mencionado, é estabelecida uma identificação, mas não com os grupos, e sim com os recursos naturais: “A princípio teve os índios e os escravos na colonização onde o Brasil era dominado por portugueses que exploravam tanto as pessoas como os *nossos meios ambientais*”. É notável, aliás, que não há estabelecimento de identidade com nenhum coletivo referente ao passado.

Este é, inclusive, um acontecimento bem comum: na aurora da história contada pelos jovens não existe uma relação de pertencimento e identificação com grupos, mas com espaços e territórios. Não é comum, por exemplo, que os portugueses, ou os indígenas, quando vistos como ancestrais, sejam descritos como “nossos colonizadores”, ou “nossos ancestrais”, mas não é incomum, sobretudo quando entendido sob a ótica da “exploração” e “invasão” que sejam ressaltadas as “nossas terras”, “nossas riquezas” e os “nossos recursos”, trazendo à tona uma face de identificação coletiva com elementos que ainda constituem a espacialidade brasileira, ao contrário dos primeiros. E não é como se os indígenas não fizessem parte ou não fossem mencionados no presente. Em alguns poucos casos eles são, mas é como se ainda fossem um coletivo à parte, como por exemplo em: “O Brasil sempre foi povoado por indígenas, aqui *eles* cultivaram e *ainda cultivam* suas tradições [...]” ou “Em uma reportagem que eu vi os indígenas com sua tribo na rodoviária de Ponta Grossa (Paraná)”; quando eles são integrados ao coletivo é na ótica étnica, da miscigenação: “Sabemos que a miscigenação, como hoje é chamada, surgiu do abuso às mulheres indígenas pelos colonizadores” e “Hoje a maioria da população do nosso país é branca e dos indígenas sobrou pouquíssimo”.

Na última das frases, em especial, os indígenas parecem ser incluídos na “população”, mesmo que como uma “minoria”, dado que haveria sobrado “pouquíssimo”. É como se existisse o reconhecimento das contribuições culturais e mesmo étnicas (no sentido da miscigenação), mas houvesse uma espécie de segregação. No caso dos indígenas, eles seriam parte da população no presente, ou seja, brasileiros, mas em determinada escala não fariam parte de um mesmo “nós”. Talvez haja uma diferenciação entre um indígena simbólico que compõem traços da brasilidade e um indígena enquanto grupo, tomado à parte. A categoria “Miscigenação”, pode trazer alguns esclarecimentos. Ela está logo acima de “História Indígena”, no grafo. Se é verdade que o grafo parece expressar um deslocamento temporal no sentido anti-horário, como destacamos, não podemos entendê-lo como composto por grupos estanques. Nesse sentido, a proximidade entre “Miscigenação” e o grupo modular que agrega temas relacionados ao presente e à identidade não é por acaso.

Como podemos afirmar na consulta aos textos, a miscigenação está muitas vezes entre o passado e o presente. Ela é relacionada sobretudo a esses primeiros momentos de contato entre os portugueses/europeus e os povos indígenas: “Entre índios, europeus e escravos se tornou o Brasil que é hoje habitado por milhares de pessoas com as mais variadas misturas étnicas, incluindo imigrantes”; “O contato do português com o índio e pouco tempo depois o contato com o africano nos tornou esse emaranhado cultural que somos hoje”; “A história de nosso país pode ser contada de vários pontos de vista de africanos, europeus, árabes, asiáticos e índios acabamos por ser essa grandiosa mistura de histórias e culturas”. É como que uma identificação simbólica. Isso no presente. No passado o distanciamento parece ser ainda maior, lá eles são simplesmente “eles”, já que essa mistura não é ainda tida como dada.

É também no sentido do simbólico que a identificação com elementos físicos do território parece se dar, já que estes elementos descritos a partir de uma noção de posse coletiva, o “nosso”, nunca pertenceram de fato ao coletivo. Não só porque estão distantes temporalmente, ou porque a nação e a nacionalidade não eram conceitos plausíveis durante o Brasil colonial, ou ainda porque estes materiais nunca tenham sido de fato do coletivo, já que antes de ter a chance de o ser, haviam sido “roubados”, “usurpados”, “explorados”. Mas também porque a identificação é como uma representação desses elementos. Nesse sentido, nos discursos praticados pelos jovens, acentua-se que no tocante ao território: “Ainda no Brasil colônia observava-se que a exploração das *nossas terras* foi incessante era pau Brasil para lá e para cá, ouro, café, açúcar, entre outras coisas que eram frutos da *nossa terra* e que serviram para enriquecer as metrópoles”, “Já no início do século XVIII após o desbravamento de *nossas terras* descobriu-se jazidos de metais preciosos em *nosso país*”, “O Brasil já começou de uma forma errada quando os portugueses desembarcaram em *nossas terras*”; com relação a recursos naturais, no geral: “Após isso [a colonização] exploração dos *nossos recursos naturais*”, “Inicialmente houve exploração intensiva de todos os *bens que possuíamos*”, “*Nosso primeiro produto* era o açúcar”, “Os portugueses principalmente aproveitaram sob *nossas especiarias* e o desmatamento dos produtos naturais”, “[...] além de tudo [os portugueses] roubaram o *nosso ouro e o nosso valioso pau Brasil* que no tempo era de grande valia”.

Trata-se, assim, de uma identificação não necessariamente com a comunidade, mas com elementos físicos do território. É claro que no “nosso” está implícito um coletivo, que, entretanto, não é definido, mas que pressupõe-se serem os “brasileiros”. Nesse sentido, não deixa de reforçar aquele estabelecimento de identidade com bases anacrônicas, ou então reforçar a narrativa romantizada da nação, que entende ser a nacionalidade atemporal. Nos

exemplos citados acima em apenas um deles aparece a expressão “nosso país”. Entretanto ao longo dos textos ela é mais comum, de forma que acaba dando a entender a existência do Brasil já nesse momento. Assim como acontece com relação à miscigenação, em menor escala a exploração também se encontra, em alguns casos, entre o passado e o presente, sendo visto quase que como atemporal e servindo de justificativa para o estado das coisas: “[...] o Brasil vai se transformando e chegamos até hoje muitas das falhas de atualmente são requisitos de um passado de um país explorado”. Essa exploração tem responsáveis bem definidos. Mas para que possamos dar continuidade a esta questão precisamos retornar aos tópicos que deixamos para trás.

Restam ainda duas categorias que não foram exploradas: “História Colonial” e “Coletivo Étnicos/Nacionais”. A primeira delas traduz uma questão semelhante à que traz a centralidade de “Passado”, a saber, que o período colonial é bastante significativo no discurso praticado pelos jovens, o que já havíamos percebido com a leitura do grafo anterior. A existência de uma aresta bastante espessa entre “História Colonial” e “Passado” quer dizer que a ligação entre as categorias é bastante grande, a ponto de a maior parte do passado dizer respeito a este momento. Ora, das 1.160 marcações feitas de “Passado”, mais da metade, 656, são relacionadas à “História Colonial”. As demais se dividem entre “História Ancestral”, “História Indígena”, “História Monárquica”, “História Republicana”, “História das Ditaduras” e ainda algumas menções a “História Recente”, que, como no caso da exploração, toma do passado sua interpretação.

Outro cruzamento interessante é o das categorias “História Colonial” e “Alteridade”. No grafo, os dois nós não dividem o mesmo grupo modular, mas tem uma ligação bastante estreita, o que é possível ver, novamente, através da aresta que os conecta. Essa ligação expressa um fenômeno que acontece com outros nós que demarcam a temporalidade. Aliás, é possível visualizar um sentido regressivo neles: quanto mais próximo temporalmente ao presente, menor a ligação de alteridade. Dessa maneira, o nó que liga alteridade e colônia tem peso de 1.050.676, a ligação do mesmo nó com o período indígena, 277.232, com monarquia, 81.632, com a república 49.088, e com os períodos ditatoriais, 12.152. Com a temporalidade mais próxima ao presente, “História Recente”, entretanto, existe uma diferença: por conta de diversas vezes serem mobilizados elementos do passado para explicar o presente, como no caso da miscigenação e da exploração, ou ainda por conta dos elementos da história recente (que consideramos a partir da redemocratização) serem narrados como elementos do passado, existe uma relação de alteridade maior, que resulta numa aresta de peso 93.304. Todavia essa

alteridade não é com relação ao presente em si, mas aos elementos do passado e ao próprio passado, que acabam sendo usados num mesmo parágrafo ou numa mesma frase, e cujo grafo não faz distinção. Isso pode ser atestado visualizando a relação de identidade, que, como podemos acompanhar no grafo, a partir do nós “Identidade” e “História Recente”, é muito mais próxima e mais estreita do que com todos os outros tempos.

Existe talvez um agravante para o estabelecimento de alteridade para com o momento histórico colonial que são o que categorizamos como “Coletivos Étnicos/Nacionais”, que circunscrevem, como o título supõe, os coletivos identificáveis a partir de características étnicas e/ou nacionais. Os períodos demarcados como indígena e colonial têm uma presença maior desse tipo de coletivos, que é composto por três figuras de maior expressão: o indígena/nativo, o português/europeu e o negro/africano. Esses grupos possibilitam entender melhor quando há uma relação de alteridade. Em outros momentos, como na monarquia, onde existe uma presença maior de personagens individuais, ou a república, que em diversos momentos não tem personagens e agentes, é mais difícil visualizar se é estabelecido algum tipo de identificação, já que, por exemplo, a 1ª e a 3ª pessoa do plural não costumam ser utilizados.

Não queremos dizer, com isso, que a relação alteridade x história colonial seja fruto simplesmente da disposição dos elementos de identidade/alteridade identificados com a análise dos excertos textuais que se relacionam a esse período. Existe uma outra categoria que serve como uma espécie “grupo de controle” nesse caso, que é a agência. Nesse ponto, é preciso introduzir um novo grafo, que se baseia na relação palavra-categoria. Esse tipo de grafo, na metodologia, é uma espécie de ponte entre os grafos palavra-palavra (Grafo 2) e categoria-categoria (Grafo 3). Entretanto o material base para a criação desse novo grafo é outro: utilizamos apenas as três categorias referentes à agência, que ao invés de marcarem uma frase, como aconteceu com as outras categorias, marcava apenas as palavras que diziam respeito aos agentes e aos personagens dos discursos. Devido à diferença na forma de marcação, não faria sentido inserir essas categorias no Grafo 3, já que acabariam distorcendo os resultados.

O grafo abaixo é composto por 142 nós, sendo os três centrais as categorias e os demais as palavras, cada uma delas representando um personagem de dentro do conjunto discursivo. É importante notar que existem três grupos modulares, cada um organizado em torno de uma das categorias, mas que, todavia, alguns dos personagens acabam ficando numa espécie de interseção entre dois ou até os três grupos. Isso acontece sobretudo com aqueles personagens que aparecem com mais frequência nos discursos. E como o cálculo da estatística de

país: “Antes dos portugueses chegarem o Brasil já havia moradores, que eram os índios, porém quando eles chegaram, foi como uma invasão, onde, os portugueses pegando a dominação sobre os índios e os escravizando, além de tudo roubaram o nosso ouro e o nosso valioso pau brasil que no tempo era de grande valia”, “[...] os portugueses massacraram índios saquearam riquezas impuseram sua cultura”, “[...] foi colonizado pelos portugueses e isso não foi favorável para os índios, pois os portugueses trouxeram muitas doenças que vieram a matar inúmeros índios e também muitos índios foram abusados sexualmente [...]”, “[...] os portugueses começaram a dominar os territórios trazendo muitos escravos, escravizando até índios, forçando-os a se catequizar e ter uma religião”.

Esse antagonismo revela ainda mais intensidade se considerarmos outros personagens que remetem ao coletivo “portugueses”, como a nação “Portugal”, a instituição “Coroa Portuguesa” ou “Governo Português”, o coletivo alheio “Família Real”, “Colonizadores” ou “Jesuítas”, os coletivos étnicos/nacionais “Branços” e “europeus”, e indivíduos, como “Rei” e “Pedro Alvares Cabral”. Entretanto, essa não é a única interpretação. Aliás, não é nem a maior parte delas, como já aventamos. De outro lado, existe a figura de todos esses coletivos como os protagonistas, grandes heróis da história, inserido em um discurso que não enfatiza os problemas e as mazelas relacionadas à vinda dos povos europeus para a territorialidade dos povos originários, à colonização, a expansão territorial, a exploração da natureza, e além. Ou ainda, um discurso que não problematiza nenhum desses temas, apenas descrevendo o desenvolvimento dos acontecimentos e seus agentes (Para as 102 vezes em que “portugueses” é tido como antagonista, em outras 153 ele é o protagonista¹⁴⁹).

Aos indígenas é relacionado sobretudo a miscigenação, processo em relação ao qual não são identificados como agentes, mas como passivos, quando não afetados pelos acontecimentos, no caso de menções a abusos sexuais. Esse exemplo dá a tônica de sua agência. Existem várias menções nas quais eles são entendidos como agentes, sobretudo no que diz respeito à sua própria temporalidade: “Nosso país era habitado por índios”, “No passado o país era dos índios e da natureza”, “É necessário apontar que na história do Brasil é anterior à chegada dos europeus ao país, sendo formada pelas ações desses indígenas ao longo do tempo”, “Precedendo isso, a população presente onde hoje é considerado o Brasil eram os incas, maias e astecas, os quais possuem papel fundamental em algumas áreas do conhecimento, uma vez

¹⁴⁹ É de se anotar que essas marcações só puderam acontecer quando a palavra “portugueses” aparecia textualmente. Em outros casos ela não pôde ser feita, pois para o grafo era necessário que assim o fosse. Ao todo a categoria “Portugueses” foi marcada 304 vezes. Já as marcações sobre a agência de “portugueses”, foi feita 263 vezes.

que mostraram-se (através de construções) cientes do meio que estavam inseridos”, “Os índios faziam sua história e suas memórias perpetuarem por meio da tradição oral estes iam ensinado cada geração sobre seus conhecimentos sua cultura o modo de viver sua religião e sobre tudo o que havia dentro destas comunidades”. Entretanto, de maneira semelhante ao que acontece com os portugueses, na maioria das vezes eles são evocados como figurantes, passivos e/ou afetados.

Em apenas um momento os indígenas são apontados como antagonistas, mas não é no mesmo sentido em que aparecem os portugueses, e sim como povos antagônicos na alteridade, na medida que é a perspectiva do europeu que é tomada como referência para os acontecimentos: “Conforme meu conhecimento básico, a história de meu país começa em 1500 quando Pedro Alvares Cabral chega ao Brasil e encontra povos indígenas totalmente diferentes de sua realidade”. É justamente esse elemento de “diferença”, que, no caso do indígena, parece intensificar a relação de alteridade para com os que praticaram o discurso. Além da aparente distância física, que faz com que o resgate dos indígenas seja apenas no campo do simbólico, as várias repetições de uma diferença cultural parecem tensionar para que o indígena seja visto como diferente, o “outro”, o que contribui para sua segregação mesmo quando já integrado no grupo “brasileiros”, ou “povo”, como já havíamos mostrado.

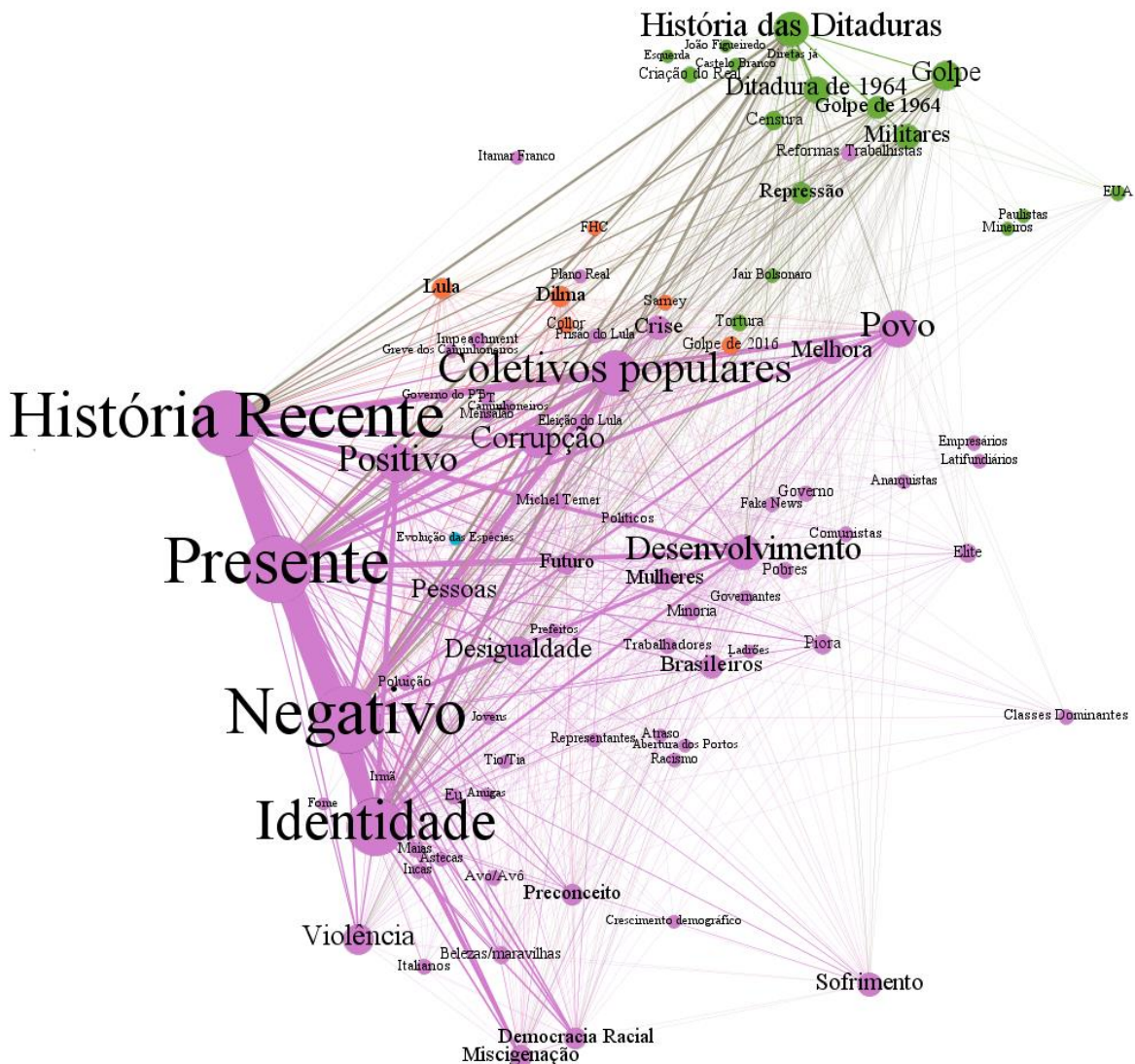
No Grafo 2 é possível notar uma estreita proximidade entre as categorias “Diversidade Cultural” e “História Indígena” e “Indígenas”. Entre os discursos vemos desde passagens como: “As pessoas que andavam com suas vergonhas de fora e faziam rituais diferentes para esses viajantes foram escravizadas e catequizadas afinal agiam como animais e não sabiam o que era a civilização”, “Homens quase nus, com ferramentas e armas primitivas e um idioma incompreensível” e “[...] acabaram chegando aqui, um país lugar sem nada na época, cheio de gente nua e com costumes diferentes”; até a “O primeiro povo que habitou o Brasil eram os indígenas onde tinham seus próprios costumes e crenças”, “Os índios que tinham uma maneira de viver totalmente diferente”, “Um povo totalmente diferente *do nosso* e cheio de tradições contáveis”, “Antes da colonização o território já era habitado por várias tribos indígenas sendo elas pacíficas ou não cada uma com costumes nomes e dialetos diferentes”.

Esses pontos servem para elucidar as peculiaridades que estão envoltas no processo de identificação dos jovens para com os personagens (nesse caso em específico, os coletivos) veiculados à história do Brasil, como eles são organizados nos discursos e como isso se relaciona à face de identificação que a História reserva à nação. O que aparenta, até aqui, é que a identificação com os personagens e agentes, e, em especial, com grupos e coletivos, não afeta a identificação nacional em si, vide este grande recorte da história contada pelos jovens, que é

a colonial, que está alienada de um grupo que os inclua. Mesmo que o passado comum e a história do país sejam os únicos sustentáculos da identidade nacional no que diz respeito ao discurso da história da nação, aparentemente há o estabelecimento de alteridade para com o próprio passado, este sim fruto da ausência de si e do grupo no desenrolar do tempo. Para entender melhor essa relação, vamos passar a uma análise de temas atuais da história, que estão reunidos no grupo modular em rosa, no Grafo 2.

Para investigar essa relação, podemos voltar ao grupo modular que se organiza em torno da História Recente, colorido em rosa, no Grafo 3. Com o objetivo de contemplar com mais nitidez os elementos que o compõem, o reinsertamos ampliado no Grafo 5, abaixo.

Grafo 5: Conjunto Geral – Grupo modular ‘Presente’ contendo 91 nós (relação entre categorias de sentido).



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

A diferença para o grafo anterior é que foram reinsertadas as categorias com frequência menor do que 10, e que a estatística da modularidade foi reaplicada, resultando na divisão do

grupo em quatro subgrupos. O resultado mais expressivo desse exercício é que foram separados elementos relacionados ao período histórico das ditaduras de elementos do passado mais recente. O grupo modular como um todo é bastante expressivo. Ele é composto de 91 nós, o que corresponde a 33,21% do todo. As categorias estão divididas da seguinte maneira: 47 fazem referência a personagens, 21 dizem respeito a atribuições de sentido, 19 a eventos, acontecimentos e momentos históricos, e 4 demarcam temporalidade.

A expressiva menção a personagens, bem como as várias atribuições de sentido, são contrastadas com menos menções a eventos, acontecimentos e momentos históricos proporcionalmente aos outros grupos (e tendo em vista, de novo, a dimensão desse grupo modular). Isso pode acontecer devido ao fato de que o presente e a história recente estão muito próximos dos jovens, de maneira que as atribuições de sentido passam pelo crivo do cotidiano, de sua própria vivência e experiência, e também do contato com espaços de sociabilidade que criam e propagam seus próprios sentidos ao que está em processo. Com relação aos personagens, vale o mesmo. Vários deles, por exemplo, são indivíduos que estavam em evidência no momento da escrita dos jovens, como é o caso de “Dilma”, “Lula”, “Michel Temer” e “Bolsonaro”. Já com relação aos eventos, pode ser o inverso. Nesse caso, não existe o distanciamento histórico que faz com que os processos sejam apreendidos e, porque não, até mesmo rotulados e transformados em acontecimentos históricos. Para deixar isso mais claro, os eventos que representam acontecimentos recentes são apenas 8, menos da metade do total. Dois deles, ainda por cima, são relacionados ao mesmo fato, caso de “Golpe de 2016” e “Impeachment”¹⁵⁰.

Não obstante a grande quantidade de personagens, existe uma maior centralidade de um tipo deles em específico, o que chamamos de “Coletivos populares”, dentre os quais podemos encontrar “Pessoas”, “Povo” e “Brasileiros”¹⁵¹, com especial ênfase para os dois últimos. Como já havíamos sugerido a partir da análise do Grafo 2, esses são coletivos com os quais os jovens se identificam, já que costumam estar incluídos como integrantes. Afinal, todos os participantes da pesquisa são brasileiros, são pessoas, e fazem parte do povo, salvo em casos onde possa

¹⁵⁰ Evento este que passava por um processo de historicização antes mesmo se ter chegado a seu desfecho, vide a publicação ainda em julho de 2016 do livro coletivo “Porque gritamos golpe?”, um mês antes da concretização do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Importante mencionar que o livro faz parte da coleção *Tinta Vermelha*, que “reúne obras de intervenção e reflexão sobre acontecimento atuais”. JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Porque gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 10.

¹⁵¹ Apesar de “Brasileiros” poder se enquadrar em “Coletivos Étnicos/Nacionais”, optamos por incluídos em “Coletivos populares”, por estar subentendido nele o “povo” onde estão circunscritos os jovens.

haver uma negação dessas identidades, é claro. De qualquer maneira podemos atestar essa relação de identificação com estes grupos vendo a disposição dos nós no grafo, em especial o fato de dividirem o mesmo grupo modular com a categoria “Identidade”. Além disso, buscando textualmente as menções a estes coletivos, a utilização da primeira pessoa do plural é recorrente, conforme os seguintes exemplo: “Apesar de muitos momentos de avanço, nós brasileiros sofremos consequências de atos cometidos há muitos anos atrás”, “E hoje somos o resultado de toda aquela bagunça, um povo desacreditado, não levado a sério até os dias de hoje”, “O Brasil nasceu de uma mentira e assim que o povo se tocar teremos a chance de se erguer para renascer como um país melhor” e “Somos um povo respectivamente burro, pois, somos manipulados facilmente e não percebemos”.

Ao mesmo tempo existe uma tendência a apontar estes mesmos grupos como “eles”, mesmo que não haja uma negação dessa identidade. Além disso, não se trata de taxar como um “outro”, mas como uma pequena parcela do grupo, ou uma parte do grupo onde os sujeitos que escreveram não se incluem. Isso ocorre quando passam a ser imperadas cobranças sobre o grupo em questão, quando eles são lembrados em tom pejorativo, ou quando se ressalta a agência deles. Como em: “O povo brasileiro é muito patriota, porém falta destampar seus olhos perante a política atual”, “O Brasil é um país em que os cidadãos lutam por um futuro melhor, mas é complicado porque as pessoas não sabem ter o controle de ter uma educação e respeito com os outros”, “[...] Exemplos disso são a constante corrupção e falsas promessas de políticos, a instabilidade econômica, o próprio povo desonesto e facilmente manipulado, entre muitas outras coisas”, “E hoje em dia as pessoas não cuidam do Brasil e ficam roubando o Brasil”, “Chegando nos dias atuais a política e o povo brasileiro se veem em guerra constante com eventos como o golpe que a presidente Dilma sofreu e também pelo uso das chamadas *Fake News*”.

É de se ressaltar que tanto “Brasileiros”, como “Povo” e “Pessoas” estão no grupo modular que agrega personagens que assumem agência como “Figurante/Passivo/Afetado”, e de fato, na maior parte das vezes é assim que eles são evocados: “No nosso país tem um presidente Temer ele rouba dinheiro das pessoas”, “Tem também muitos lugares históricos, mas por outro lado tem muitas pessoas passando fome, animais abandonados”. Todas as frases que foram trazidas sobre os “Coletivos populares”, além disso, revelam um outro sentido que acaba sendo frequente no discurso praticado pelos jovens sobre o presente e a história. Trata-se de um lugar de antagonismo dado aos “políticos”, enquanto coletivos e mesmo na figura de indivíduos, como é o caso de “Temer” citado no excerto trazido acima. Isso acontece em detrimento de

circunstâncias como corrupção, crise, desigualdade, fome e outros infortúnios que, na ausência de eventos específicos, são as tramas destacadas nos discursos. Todas elas são ou tomadas como consequências de ingerências políticas, ou então – como também é possível atestar nos trechos acima – de heranças do passado (e disso decorre a exploração, a colonização etc., que já abordamos anteriormente).

É no espaço entre o passado mais longínquo e o presente mais recente que podemos ver uma outra forma de identificação expressa nas frases. Trata-se de uma série de referências cujo agente não é definido, mas que assume contornos de pertencimento e de identificação coletiva. Nesse sentido, é possível visualizar frases como: “Porém [os portugueses] *não nos deram grande atenção* nos trinta anos subseqüente *vendo-nos* com meros fornecedores de um tronco com propriedades colorantes”, “[...] desenvolveu-se a mineração até *chegarmos* na forma capitalista”, “Durante o período colonial *tivemos* vários ciclos econômicos como por exemplo o da cana de açúcar, do pau Brasil e o da mineração de metais e pedras preciosas”, “Por 322 anos *fomos* a colônia e por um período que vai de 1808 a 1816 aproximadamente *fomos* sede administrativa do reino português de Portugal [...]”, “*Passamos* pela guerra mais sangrenta da América do Sul a Guerra do Paraguai junto com o Uruguai e a Argentina *vencemos*”, “Até 1964 *tivemos* presidentes eleitos democraticamente”, “*Passamos* por um período de Ditadura, em que um golpe de Estado privou muitas pessoas de seus direitos básicos”, “Após o fim da ditadura *entramos* em um sistema democrático onde estamos até hoje, famosos capitalismo em forma de república”, “Creio que essa tendência de centralização é algo que é marcante pois em todos os períodos de crise parece que *escolhemos* saídas autoritárias e centralizadoras”¹⁵².

Diferente do sentimento de posse para com elementos naturais, esses excertos parecem ressaltar o sentimento de pertença e identificação com o grupo em retrospecto, em momentos variados da história. Podemos ver, por exemplo, que a tomada de decisões pelo coletivo, bem como as posições que o coletivo assume são todas compartilhadas, nos casos acima, pelos sujeitos que praticam o discurso. Isso pode ser evidenciado pela conjugação do verbo de ação nas frases: “não nos deram”, “chegamos”, “tivemos”, “fomos”, “passamos”, “vencemos”, “entramos” e “escolhemos”. Mesmo que esteja sendo evocado em todos esses exemplos o coletivo, não sabemos, entretanto, a qual coletivo os jovens estão se referindo. Poderia ser a “Brasileiros”, “Povo” ou “Pessoas”. Dada a identificação com o passado de um ente específico, que é o Estado-nação ou então o coletivo nacional, não acreditamos que se trate de algo muito

¹⁵² Tentamos organizar as citações num sentido temporal, de forma a mostrar como esse fenômeno é comum e perpassa todo o discurso.

distante disso. Mas até onde sabemos também poderia ser a outro coletivo qualquer. De qualquer maneira, não tem muita importância nesse caso o signo utilizado, mas sim saber se é ao coletivo que representa o país que os jovens estão se referindo.

Nesse ponto existe uma outra diferença interessante no que diz respeito à utilização das palavras “país” e “Brasil” naquelas frases marcadas com a categoria “Identidade”. As frases que fazem uso da primeira das palavras, “país”, costumam fazer uso de pronome possessivo: “Meu país torna-se tão dependente do sistema escravista que destituiu a monarquia quando este é revogado”, “Meu país tinha muitas guerras”, “Meu país é bom e eu gosto de morar nele contanto que eu nunca fui embora daqui e não me vejo fora daqui”, “Nosso país é justo, temos que pagar impostos”. Já no que diz respeito a “Brasil”, a relação é outra; há estabelecimento de identidade, mas essa palavra aparece sem o uso de pronomes possessivos, como se fosse uma entidade, que, além disso, não pertence aos jovens: “Vai passando o tempo o Brasil passa a ter uma república oligárquica onde temos figuras importantes”, “O Brasil nasceu de uma mentira e assim que o povo se tocar teremos a chance de se erguer para renascer como um país melhor”, “O Brasil tem uma história marcada por lutas e corrupção, o que não podemos é perder as esperanças em um Brasil melhor para todas as pessoas”.

Não sabemos até que ponto o próprio enunciado, “conte a história do seu país”, pode ter tensionado essa diferença. Se verificarmos a utilização de cada uma das palavras, vemos que, mesmo com essa menção a “país”, no instrumento, existem mais evocações a “Brasil”, nos discursos – o que já demonstra uma relação intrínseca entre “o país dos jovens”, que indaga o enunciado, e o Brasil. Ao todo, nas categorias de identificação são feitas 119 utilizações de “país” e 215 de “Brasil”. A primeira delas é mais comum nas categorizações de “Identidade”, são 75 contra 44 relacionadas à “Alteridade”. Com relação à segunda categoria é o inverso, são 180 ligadas à “Alteridade” e 35 à “Identidade”. Acontece que, no geral, existem muito mais marcações que traduzem alteridade do que identidade, são 401 e 155, respectivamente. Os marcos de identidade estabelecidos onde há menção à “país” são mais expressivos de maneira absoluta e relativa, e os marcos de alteridade onde há menção a “Brasil” são maiores também de maneira absoluta e relativa. Além disso, ambos os casos (país/identidade e Brasil/alteridade) representam cerca de metade dos marcos de identidade e alteridade respectivamente.

É possível encontrar, ainda, uma outra utilização de “Brasil”, que é enquanto personagem/agente, conforme podemos ver nos seguintes excerto: “[...] o Brasil era um subordinado de Portugal, pois riquezas como pau Brasil, ouro, prata eram levados ao reino de Portugal”, “Após confrontos políticos e éticos, o Brasil após três séculos conquista a

independência em 1822”, “O Brasil foi o último país a abolir a escravidão”, “Em 1985, o Brasil retoma a democracia, seguindo até os dias de hoje”, “O Brasil ganhou cinco títulos, o último em 2002”, “O Brasil não foi pacífico na exploração territorial, uso de mão de obra escrava, e utilizou também violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas”. Esse tipo de evocação não é muito comum, entretanto. O Brasil aparece apenas 20 vezes como personagem nos discursos. Mesmo que esse fenômeno seja bastante limitado, talvez ele explique a aparente diferença dada a “país” e “Brasil” pelos jovens: ao mesmo tempo em que “Brasil” é uma expressão do coletivo e uma soma do todo, ele também é uma entidade à parte, podendo mesmo ser antagônico ao coletivo, como é possível ver na última das frases acima.

Em alguma medida, isso também parece aproximar-se de uma ideia que parte de Eric Hobsbawm¹⁵³: “O que isso sugere é a idéia de que a ‘nação’, como um molusco, uma vez extraída da dura concha do ‘Estado-nação’, emerge de forma distintamente vacilante”. Trata-se, nesse caso, da diferenciação, e da diferença de peso que tem, na identificação dos jovens as ideias de coletivo, de Estado, de nação e de governo, fundadoras do Estado-nação moderno. Como vimos ao longo da análise, parece existir uma relação de identificação diferente em qualidade e grau com cada um desses elementos, cujo peso tem maior/menor expressão dentro de uma lógica temporal.

A identificação a grupos e coletivos na história pode variar temporalmente, como na diferença entre a história indígena e colonial e a história recente; mas também quanto à agência, como na diferença entre os indígenas e os portugueses; ao enredo com os quais os coletivos interagem, como acontece com os coletivos populares; e a maneira como os coletivos são representados, como é o caso dos indígenas. A identificação também pode ser estabelecida para com ideias abstratas, como atributos étnicos e culturais relacionados aos indígenas, e também a imanências físicas, como aspectos naturais relacionados à terra, e à própria territorialidade em si. A identificação se dá também com a própria esfera temporal: há uma relação de alteridade maior com o passado, e de identidade com o presente. Já o futuro, ele é uma extensão do presente. A nação varia também na relação com Estado e o governo, nas diferentes figuras que assumem o país, essência, e o Brasil, entidade, o que fica ainda mais acentuado quando aparecem os personagens que compõem e representam essas instâncias, ocasionando um antagonismo entre a entidade nacional e nacionalidade, por exemplo.

¹⁵³ HOBSBAWM, 1990, p. 213.

Vamos nos ater um pouco melhor a cada um dos tópicos mencionados acima na discussão realizada na próxima seção, onde foi estabelecido um diálogo teórico com alguns referenciais que embasam debates sobre identidade, nação, discurso nacional, e tempo.

3.3 A NAÇÃO COMO UM MOLUSCO

Para sistematizar a discussão dos resultados da análise, gostaria de dividi-la a partir de três tópicos centrais: o coletivo, o tempo, e a ideia ou o ideal, começando de trás para adiante. Com relação à ideia/ideal, o grupo dos 277 jovens, no geral, ao praticarem um discurso sobre a história de seu país estabelecem uma identificação com elementos metafísicos, o que não é refletido na relação para com os objetos aos quais fazem referência. Nesse ponto, ganham destaque as ideias de “natureza”, “indígenas” e “Brasil”. Em relação aos dois últimos, há um contrassenso entre uma concepção a respeito delas e a sua materialidade. No caso dos povos originários, isso quer dizer que há reconhecimento de sua participação na construção da identidade brasileira e na sua inclusão como constituinte da sociedade e do coletivo, mas sob a ótica da miscigenação, não havendo identificação com os mesmos, que são tomados, no passado e no presente, como “outros”, sem estabelecer agência.

Para o Brasil, acontece de maneira semelhante: diferencia-se um Brasil enquanto ideia de um Brasil materializado como sujeito. Essa “personificação” da nação no discurso nacionalista não é uma prática estranha para Luis Fernando Cerri¹⁵⁴, que percebe esse discurso sendo disseminado pela própria estrutura formal do Estado, através da propaganda:

A nação é posta como sujeito da história, e para símbolo de massa é constituído (na complexidade de sujeitos e tempos do processo histórico de formação da nacionalidade) um indivíduo coletivo, com as atribuições que se confere, na modernidade, à condição individual: vontade, autodeterminação, capacidade de atuar sobre a natureza e os outros indivíduos, e que se move dentro da situação incômoda de ser o resultado de uma coletividade de indivíduos e, ainda assim, um ‘outro’ indivíduo que se pode amar, deixar, receber prêmio ou punição.

Mas, no contexto que investigamos não parece haver a relação de “amar”. O Brasil parece ser tomado como um “outro”, quando personificado, mas não apenas isso. É um outro com o qual, enquanto materialidade, não se estabelece identificação, mas sim alteridade. Nesse sentido, é o Estado, o sujeito Brasil e o governo (o que fica mais claro na figura dos indivíduos que o representa, como os políticos e líderes de Estado) quem o são. Já com a nação e o coletivo

¹⁵⁴ CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e nação na propaganda do “milagre econômico”** – Brasil: 1969-1973. 200, 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 36.

nacional (os brasileiros, o povo, as pessoas, e com a própria identidade nacional), a relação de identidade existe – assim como talvez também exista a do “amar”¹⁵⁵. Isso leva a crer que o fenômeno moderno, da mundialização tem, de fato, efeito sobre a relação que os jovens estabelecem com o Estado, mas não tanto com a identidade nacional reafirmando a ideia de que o Estado-nação perdeu centralidade na vida dos cidadãos, mas não que a lealdade a ele, através da identidade nacional também o tenha. Ou seja, a nação como um molusco, para fazer referência, novamente, à expressão de Hobsbawm¹⁵⁶. Para avançarmos ainda mais nessa direção, um dos caminhos é fazer a análise da relação de identidade nacional que jovens de grupos marginalizados da história estabelecem, conforme foi realizado no próximo capítulo.

Enquanto isso, o que é interessante é que algumas imagens relacionadas ao Estado-nação historicamente construídas mediante a estrutura do Estado permanecem sendo significativas e estando presentes no imaginário nacional. A própria ideia do país como sujeito é uma delas, como mencionamos. Com relação aos indígenas, como vimos no capítulo anterior, houve um esforço de sua inclusão como elemento definidor da identidade nacional, primeiro durante o Segundo Reinado, sob a ótica do romantismo, mas posteriormente também, sob a ótica da “miscigenação”. Mas, de maneira geral sempre enquanto “ideia”, no sentido do que estamos afirmando, e não como um agente. Com relação à natureza e aos elementos naturais, é o mesmo.

Já mencionamos que, conforme José Murilo de Carvalho¹⁵⁷ e Lilia Moritz Schwarcz¹⁵⁸, a representação da natureza edênica relacionada ao território é um processo de longa duração, estando presente desde os primeiros contatos do português com os territórios ameríndios, mas também sendo frequentemente resgatado na construção da imagem da nação, até mesmo

¹⁵⁵ Escrevo “talvez” porque de um lado não é possível analisar essa relação a partir de nossas fontes, mas também porque a sujeição ao poder - neste caso ao Estado-nação, na forma da identidade nacional – prescinde da relação de amor, do ponto de vista da filosofia política. Cf. SAFATLE, Vladimir. Conferência e debate sobre “O Circuito dos Afetos” com o autor Vladimir Safatle. Conferência concedida pelo autor durante o “I Ciclo de Estudos: Modos de existência e a contemporaneidade em debate. Reflexões transdisciplinares à luz de diferentes obras” organizado pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU realizada em 15 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XBLEv5zjYc4>>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

¹⁵⁶ Ainda nessa perspectiva Hobsbawm, 1990, p. 212 escreve “A consciência, tal como emergiu no século XIX na Europa, estava situada em algum lugar no quadrilátero descrito pelos pontos povo-Estado-nação- governo. [...] A conexão orgânica entre os quatro elementos era tomada por certa. Só que isso não é mais possível nos grandes, antigos e históricos Estados-nações”. Apesar de considerar a nação uma “comunidade de vida” e não uma “comunidade de destino” (ou seja, uma ligação absoluta, e não de determinada pela escolha), Bauman, 2005, p. 35 diz que o Estado não precisa mais da nação e vice-versa – como acontecia no momento do surgimento do Estado-nação moderno –, isso porque a manutenção do “fervor patriótico”, do ponto de vista do Estado, se encontra agora sob tutela dos “mercados globais”, e o anseio por identidade parte do “desejo de segurança”, o que o Estado não consegue mais suprir.

¹⁵⁷ CARVALHO, 2020.

¹⁵⁸ SCHWARCZ, 2003.

corroborando para a elaboração da imagem do sujeito Brasil, afirmando a ideia de “gigante pela própria natureza”. Liszt Vieira¹⁵⁹, assim como Carvalho¹⁶⁰, levanta a ambiguidade que há nessa relação com a natureza, com a qual se estabelece identificação, e da qual se tem orgulho, mas que não gera revolta quando a mesma é destruída, devastada, poluída. Essa questão da ambiguidade não podemos afirmar olhando para nossas fontes, mas, conforme é possível verificar, contestações e mesmo menções à sua devastação são poucas, o que corrobora com a noção da identificação se estabelecer com a ideia de natureza, e não com a natureza em si.

No tocante à natureza, em especial, essa relação pode também estar traduzindo um dissenso entre teoria, ou representação, e prática: a repetição mecânica de um discurso sem problematiza-lo. Na acepção do historiador e filósofo Jörn Rüsen¹⁶¹, poderíamos dizer que se trata de um discurso que evidencia uma atribuição de sentido histórica tradicional, ou seja, uma relação pouco crítica com o passado, não problematizando o próprio discurso identitário do qual se sentem pertencentes, nem contrastando-o com a vida prática. Nesse sentido, então, trata-se de uma identidade nacional deslocada de uma agência por parte dos jovens, e, por conseguinte da noção de cidadania, que prescinde da primeira. Novamente pode ser profícuo trazer para o diálogo Carvalho¹⁶² que entende que a maneira como foi construída a imagem da grandiosidade da natureza – relacionando suas dimensões a uma inevitável promessa de grandiosidade também no futuro – alienaram o sujeito da responsabilidade de construção desse futuro.

Nesse ponto, é pertinente passar para a questão temporal. Ao longo da análise foi possível enxergar que não obstante o fato de o passado ser o momento privilegiado no discurso praticado pelos jovens (em especial no que se refere ao passado mais remoto da narrativa nacional, que tornou-se o acontecimento fundador – em detrimento de uma certa

¹⁵⁹ VIEIRA, Liszt Morrer pela pátria? Notas sobre identidade nacional. **Política & Sociedade**, n. 9, out. 2006, p.88.

¹⁶⁰ CARVALHO, 2020.

¹⁶¹ RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão Rezende Martins. Curitiba: Editora UFP, 2015, p. 254. Abordei o aspecto da consciência histórica, relacionando-a à identidade nacional no meu TCC da Licenciatura em História, já mencionado, quando estabeleci um diálogo mais próximo da teoria de Rüsen. Na ocasião, escrevi que “Se, ele [o jovem] de maneira passiva adere à identificação nacional, pautando-se por suas normas e tradições sem enxerga-las no contexto, então age de maneira tradicional” cf. KLÜPPEL, 2018, p.6.

Além disso, essa relação com a categoria de consciência histórica é corroborada por alguns dos caminhos tomados para nossa análise até aqui, ao mesmo tempo que corrobora esses caminhos. Tenho em mente, especificamente a utilização das categorias de identificação, usadas para análise. Nesse sentido, MORENO, 2019a, p. 129, comenta que “Como atuante de um contexto interno, subjetivo, envolvendo um conjunto de operações não apenas cognitivas, mas também emocionais e pragmáticas, a consciência histórica só pode ser vista em ação, especialmente através dos enunciados linguísticos, cujo indicador principal é o uso da primeira e da terceira pessoa do plural. É, principalmente, através da linguagem que se revela a consciência histórica como elemento central da composição dos juízos de valor, uma mistura entre compreensão temporal e consciência moral”.

¹⁶² CARVALHO, 2020.

marginalização do que é conhecido como a “primeira missa”), o presente também tem um espaço considerável (sendo, inclusive o momento em que mais são mencionados personagens e que mais são feitas atribuições de sentido), enquanto ao futuro, um mero apêndice do presente, quase não são feitas menções.

Mas, se o passado é o momento de maior referência, ele também é, na contramão, o espaço da alteridade, enquanto o presente, de maneira contrária, é o da identidade. Acreditamos que essa dinâmica de identificação com o tempo histórico tensiona a relação identitária. Por conta disso, pensamos ser pertinente reservar algumas linhas para dissertar sobre o tempo histórico. Nesse ponto, tem relevância o lugar do presente enquanto espaço intermediário por excelência e sua relação para com o passado e o futuro. Não obstante a maior quantidade de referências a personagens e de atribuições de sentido no presente e na história recente em comparação aos outros tempos (em especial o passado), não parece que isso traduz um alargamento do presente, ou, em outras palavras, fazendo referência a François Hartog¹⁶³, não parece haver um regime de historicidade presentista no tocante às referências temporais, senão a tradução de um maior conhecimento e familiarização com o presente (a título de fundamentação, as referências a eventos do presente, por exemplo, são poucas, como já mencionamos).

De maneira contrária, o maior espaço – como esperado, o que também já dissemos – é o do passado. Mas há uma relação entre esse passado e o presente que é dada sobre uma lógica de mesmidade. Para além do fato de todos os momentos fazerem referência a personagens, cenários e acontecimentos, característica particular da narrativa e também da história – esta última por aderir ao formato narrativo – existe uma constante entre o passado e presente que é a ausência de mudanças de interpretação significativas: ambos os tempos são definidos pela noção de progresso, evolução e desenvolvimento, categorias próprias à modernidade¹⁶⁴; ambos os tempos são relacionados a adversidades. Entretanto, essa permanência poderia ser apenas

¹⁶³ HARTOG, François. Ordens do tempo, regimes de historicidade. Em: **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 17-41.

¹⁶⁴ Göran Therborn aponta que a noção de evolução, progresso e desenvolvimento são algumas das categorias que fazem parte da narrativa mestra da modernidade com relação ao futuro do presente, o que se expande também para o futuro do passado, conforme pudemos ver na análise dos discursos praticados pelos jovens. THERBON, Göran. After Dialectics: Postmodernity, post-Marxism and other post and positions. Em: DELANTY, Gerard (Ed.). **Handbook of contemporary European social theory**. Routledge International, 2005, p. 188. Reinhart Koseleck caminha no mesmo sentido ao afirmar que a existência dessas categorias não poderia ter acontecido antes do período que chamamos de moderno, que, em sua perspectiva, é acompanhado por mudanças na estrutura de pensamento de parte das sociedades humanas (e ressaltado aqui uma particularidade de sua reflexão, que se volta à Europa ocidental). KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativas’: duas categorias históricas. Em: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2006, p. 306-327.

uma constante que enfatiza uma lógica de evolução temporal, que, aliás, só pode estar em curso mediante a existência de adversidades, o que faz com que progresso, evolução e desenvolvimento sejam sempre devir. O que torna essa relação mais complexa é o lugar do futuro, que – assim como o passado – não se distancia do presente, sendo, nesse caso, adjacente a ele. Nesse sentido poderíamos falar ou de um futuro presentista, ou de uma lógica temporal atualista, no sentido de Mateus Pereira e Valdeci Lopes de Araújo, onde “não se trata substancialmente de uma ampliação do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e ao futuro, mas em modo atualista”¹⁶⁵, e em que não há espaço para o acontecimento presente, que está constantemente atualizando-se, ou seja, “o paradoxo de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e quase sempre vazio de eventos”¹⁶⁶.

Os problemas que isso traz se apresentam na perspectiva de outra diferenciação temporal do passado, que, na lógica de Bhabha¹⁶⁷ se situa entre o pedagógico e o performativo. Ora, não seria a alteridade ao passado uma alteridade também com quem o constitui? Como vimos, os jovens não se identificam com nenhum coletivo do passado, por mais que sintam pertencentes à coletividade nacional, esta última atemporal¹⁶⁸. Bhabha diz que existe uma contradição entre as dimensões pedagógica e performativa da história. A primeira é o fator homogêneo de coesão nacional, que é estimulada ao longo da construção da identidade nacional, mas, assim como a história, ela é mutável. E assim o é por conta do caráter performativo, que faz com que a cultura nacional seja tomada como correlata ao povo no presente da nação. O que ocorre é uma contestação e daí uma renegociação constante com o passado por ele não dispor de elementos que fazem parte da estratégia performativa, do presente, de agregar os cidadãos; isso ganha ênfase no momento atual de afirmação das diferenças, em especial por parte daqueles que têm logrado espaço no interior da narrativa mestra.

Aliás, existe, partindo da premissa de Bhabha, uma relação de reorganização da narrativa mestra, que, por exemplo, encontra novos personagens na perspectiva de ampliar o alcance pedagógico da narrativa nacional, mas que não modifica profundamente a própria narrativa, já que continua pautada nas mesmas bases, e daí perpetuando – no sentido do que viemos argumentando – a difusão de uma identidade nacional desengajada, pautada na ausência

¹⁶⁵ PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdeci Lopes de. Reconfigurações do tempo histórico: Presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista UFMG*, v. 23, n. 1 e 2, jan./dez. 2016, p. 285.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 294.

¹⁶⁷ BHABHA, 1998a, p. 207

¹⁶⁸ Ou pelo menos assim o é até que o momento do “descobrimento”.

de coletivos condizentes com a realidade nacional, no passado, e estabelecendo relação com ideias abstratas ao invés de uma relação com o concreto, e, no limite, a perpetuação de um discurso histórico – e de um tempo – colonizados. Vemos uma semelhança com a noção de “passado disciplinar” e “passado prático”, de Hayden White¹⁶⁹. Se existe uma tensão entre o passado “histórico” e as demandas no presente, em não havendo contestações por parte dos jovens (ao menos que fique evidenciado no grupo geral), a oposição à história homogênea, que parte da dimensão performativa do passado, pode ser vista na negação da identidade com o passado e com coletivos do passado, e, talvez, também, na própria relação de alteridade com o sujeito Brasil. E quando mencionamos essa relação entre o pedagógico e o performativo, não temos em mente apenas o movimento de inclusão, mas, na perspectiva da tensão entre passado prático e disciplinar, da relação entre essa inclusão e a construção do tempo histórico “prático”, no presente e no futuro, por parte dos sujeitos que se veem incluídos (e não apenas representados).

Essa discussão leva às questões relacionadas ao coletivo. Com relação ao tempo passado não há identificação com nenhum coletivo, o que não impede que seja vislumbrada uma identificação nacional nesse mesmo passado, por mais que, na inexistência de um grupo ao qual ele possa ser vinculado, raras vezes seja rotulado um grupo para além da menção ao “nós”, que personifica a tomada de decisões, em grupo. Já no presente, momento em que existem menções ao coletivo com o qual os jovens se identificam e se sentem pertencentes, esse coletivo é entendido como passivo, figurante e/ou afetado na história, quase nunca tomando as rédeas dos acontecimentos. De um lado, ainda na discussão sobre o tempo, essa falta de definição do coletivo no passado se aproxima do que Bhabha¹⁷⁰ chama de “tempo duplo e cindido” da nação, onde

o povo consiste em ‘objetos’ históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado; o povo consiste também em ‘sujeitos’ de um processo de

¹⁶⁹ WHITE, 2014., p. 3-24. explica o que “A distinção entre ‘o passado histórico’ e ‘o passado prático’ é útil para distinguir entre as abordagens dos historiadores profissionais modernos para o estudo do passado e as maneiras pelas quais as pessoas leigas e as praticantes de outras disciplinas invocam, recordam, ou procuram usar ‘o passado’ como um ‘espaço de experiência’ a ser usado como base para todos os tipos de julgamentos e decisões na vida cotidiana” – tradução nossa cf. “The distinction between ‘the historical past’ and ‘the practical past’ is useful for distinguishing between modern professional historians’ approaches to the study of the past and the ways in which lay persons and practitioners of other disciplines call upon, recall, or seek to use ‘the past’ as a ‘space of experience’ to be drawn upon as a basis for all kinds of judgments and decisions in daily life”. Isso dá margens para refletir sobre a incapacidade de desconstruir o discurso nacional e de modifica-lo no sentido da inclusão de novos agentes e coletivos que representam o coletivo “prático”, para apropriar-se do termo de White. No meio caminho entre as duas instâncias, ainda, está localizada a escola, cuja explicação para esse fenômeno é fornecida por CUESTA, 2002. Tentaremos nos ater melhor a essa questão no próximo capítulo.

¹⁷⁰ BHABHA, 1998a, p. 206-207.

significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povoação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo.

Ou seja, nessa perspectiva não existe um coletivo agregador no passado, porque é somente assim, com a “obliteração” de sua presença, que o povo enquanto temporalidade pode se identificar com o passado¹⁷¹. Talvez por isso, inclusive, que a identificação com a representação dos elementos físicos do território seja mais descritiva: trata-se do território e da natureza em suas minúcias, mesmo que de forma ideal.

De outro lado, com essa diferenciação na relação entre passado e presente, que nossa análise aponta, também fica clara a distinção entre o passado histórico e o passado prático, e a necessidade dessa dimensão prática ser levada em conta para além das reivindicações do performativo, já que a noção de agência não se expande, no discurso praticado pelos jovens, em direção ao presente, ficando delimitada a uma esfera com a qual eles não podem ter contato, pois já é passada. Além disso, esta questão pode estar relacionada com a alteridade que é estabelecida para com o Brasil, afinal os jovens não são partícipes de sua construção no presente, mesmo que pertencentes a ele. Pode derivar, também, da falta de democratização da história que praticam – a que aludimos acima –, afinal, dentre os jovens existem dois grupos historicamente periféricos que são bastante expressivos, um de mulheres, que constituem a maioria dos jovens, e outro de autodeclarados de negros e pardos.

No próximo capítulo, nos dedicamos à análise das fontes fazendo recortes a partir das informações relativas a pertencimento étnico-racial e sexo, procurando entender como é que esta relação é estabelecida pelos grupos mencionados acima.

¹⁷¹ Com relação a este tópico seria profícuo contrastar com os resultados referentes a outra pergunta do nosso questionário, sobre a história da democracia, procurando entender como se estabelecem identidades supranacionais, se é que elas são estabelecidas.

CAPÍTULO QUARTO: SEXO E PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL

Nesse quarto capítulo, foi realizada a análise do conjunto discursivo a partir de dois grandes subconjuntos, organizados pelas variáveis de sexo e pertencimento étnico-racial. Organizamos o capítulo indo do menos ao mais complexo, de maneira que começaremos com a análise da variável pertencimento étnico-racial, que traz elementos mais esparsos para problematização. Nessa primeira parte, de menor dimensão, foi realizada a análise dos discursos a partir de dois subconjuntos definidos pela variável pertencimento étnico-racial, brancos e negros. Na segunda parte foram analisados os grafos pertinentes aos subconjuntos constituídos através das informações relativas ao sexo dos jovens. Para a análise de ambas as variáveis, foram analisados os grafos pertinentes aos subgrupos constituídos através das informações relativas à variável específica (pertencimento étnico-racial ou sexo), e então os resultados da análise foram contrastados entre si e, quando pertinente, com o grupo geral. O objetivo foi compreender como é que os discursos se constituem em cada um dos subgrupos em termos de conteúdo para a partir disso problematizar marcos de identidade específicos encontrados nos textos.

4.1 PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL

A resposta à pergunta sobre pertencimento étnico-racial¹⁷², como já comentamos, era optativa para quem aceitou participar da pesquisa. Diferente da informação sobre sexo, para o pertencimento étnico-racial não haviam assertivas predeterminadas, estando aberta à autoidentificação dos jovens. Por conta disso, dos 277 jovens que participaram da pesquisa, 83 não responderam a esta informação. Dos 194 que responderam, 105 declararam-se brancos e 83 declararam-se negros ou pardos¹⁷³; amarelos, indígenas e demais respostas somam apenas 6 ocorrências. Trabalharemos com os dois primeiros grupos, já que os demais não têm expressão quantitativa para que estabeleçamos a análise.

¹⁷² Utilizamos aqui a expressão “pertencimento étnico-racial” assim como estava redigido no instrumento de coleta dos dados. Reconhecemos, porém – conforme PIZA; ROSEMBERG, 1998-99, p. 132 – que “Para a maioria dos declarantes, a cor auto-atribuída no momento da declaração possivelmente limite-se a definir um traço físico que não expressa pertencimento racial ou étnico, no sentido de que o sujeito respondente se veja inserido num grupo diferenciado por outros sinais de identidade além do que está sendo imediatamente solicitado”.

¹⁷³ Como não haviam alternativas predeterminadas houveram diferentes respostas: 64 pardos, 12 morenas, 3 negros, 2 pretos, 1 afrodescendente e 1 castanho. O mesmo acontece com brancos, onde a 104 brancos, soma-se 1 caucasiana.

Por conta de um desnível que foi constatado entre os dois grupos num primeiro momento de análise, um novo recorte precisou ser acrescentado. Nos níveis de escolaridade superior há uma quantidade expressivamente menor de jovens negros e pardos, o que impossibilita a comparação de todos os discursos¹⁷⁴. Esse desnível em nossas fontes se apresenta como um espelho da desigualdade existente na realidade brasileira, marcada por contradições que limitam o alcance de determinados direitos básicos a segmentos específicos da população, notadamente aqueles historicamente excluídos e marginalizados, como os negros. Dessa maneira, na análise do subconjunto organizado através da informação pertencimento étnico-racial, trabalharemos somente com os dados de jovens do ensino básico, onde a diferença não é tão expressiva. Há, nesse recorte, 74 jovens negros e pardos, e 58 jovens brancos. No grupo de jovens negras/os e pardos/as, mais de 90% diz respeito a jovens que se declararam pardos/as e/ou morenas/os¹⁷⁵. Mesmo com um número pequeno de jovens que se identificam como negros e/ou negras, optamos por juntar negros/as e pardos/as em um único grupo, categorizando-o como negro/a, seguindo os passos que outros trabalhos tomaram anteriormente¹⁷⁶.

A soma dos textos escritos por jovens negros e negras, é composto de 263 frases, onde encontram-se 1.123 palavras únicas que se repetem 4.377 vezes. No conjunto discursivo escrito pelas jovens brancas e brancos existem 265 frases, compostas de 1.305 palavras, que são repetidas 4.961 vezes. Depois do processamento das palavras em cada um dos conjuntos, separadamente – a partir dos mesmos scripts utilizados no capítulo anterior –, restaram 252 e 296 palavras, repetidas 1.353 e 1.506 vezes, por jovens negras/os, e brancos/as, respectivamente. A análise das palavras foi realizada apenas com aquelas que se repetiam pelo menos 7 vezes, no grupo de negras/os, e 6 vezes no grupo de branco/as, representando uma correspondência mínima de 10% de cada conjunto discursivo. Dentro desse recorte, o conjunto discursivo de negros e negras tem 38 palavras, enquanto o conjunto de brancas e brancos, 61.

¹⁷⁴ A existência de uma diferença quantitativa entre os grupos tem pouco efeito sobre a análise de conteúdo. O que acaba apresentando obstáculos é uma diferença qualitativa, derivada da escolaridade e da instrução dos jovens. Entretanto, mesmo essa diferença qualitativa, como pontuaremos ao longo dessa seção, parece estar mais relacionada as especificidades de cada conjunto do que necessariamente – ou somente – à escolaridade, já que mesmo no caso de diferença no nível de escolaridade dos jovens é feito um cálculo para “nivelar” os dois grupos, no sentido de superar essa diferença.

¹⁷⁵ Conforme PIZA; ROSEMBERG, 1998-99, p. 130, embora os vocábulos “moreno” e “morena” sejam polifônicos, ora usado como sinônimo de mulato, ora “pode[ndo] estar designando uma procura de branqueamento. Para outros, porém, essa denominação, tanto no processo de auto quanto de heteroclassificação, pode estar designando um processo de ‘despreconceituação da nomeação da cor’”.

¹⁷⁶ Vide PIZA; ROSEMBERG, 1998-99, 127; 123, que, apesar de ponderarem que o grupo “pardo” é “o grupo em que a variação do pertencimento parece ser maior e mais influenciada pelos significados sociais da cor”, e que “É esta população que mais fluidamente transita pelas linhas de cor, estabelecendo limites geralmente amplos”, utilizam a palavra “negro” para considerar pessoas auto identificadas como pretas ou pardas.

Ao todo 31 palavras são compartilhadas entre os dois conjuntos. Outras 30 são encontradas apenas no grupo de jovens brancos/as e 7 apenas no grupo de negras/os.

As palavras que aparecem somente em um dos conjuntos podem ser visualizadas no grafo abaixo, nas extremidades. Para isso, seguindo o mesmo caminho percorrido no capítulo anterior, vamos analisar, num primeiro momento, o grafo de palavras¹⁷⁷. A diferença é que aqui estão presentes as duas categorias que delimitam o pertencimento étnico-racial dos jovens: “Negros” e “Branco”¹⁷⁸.

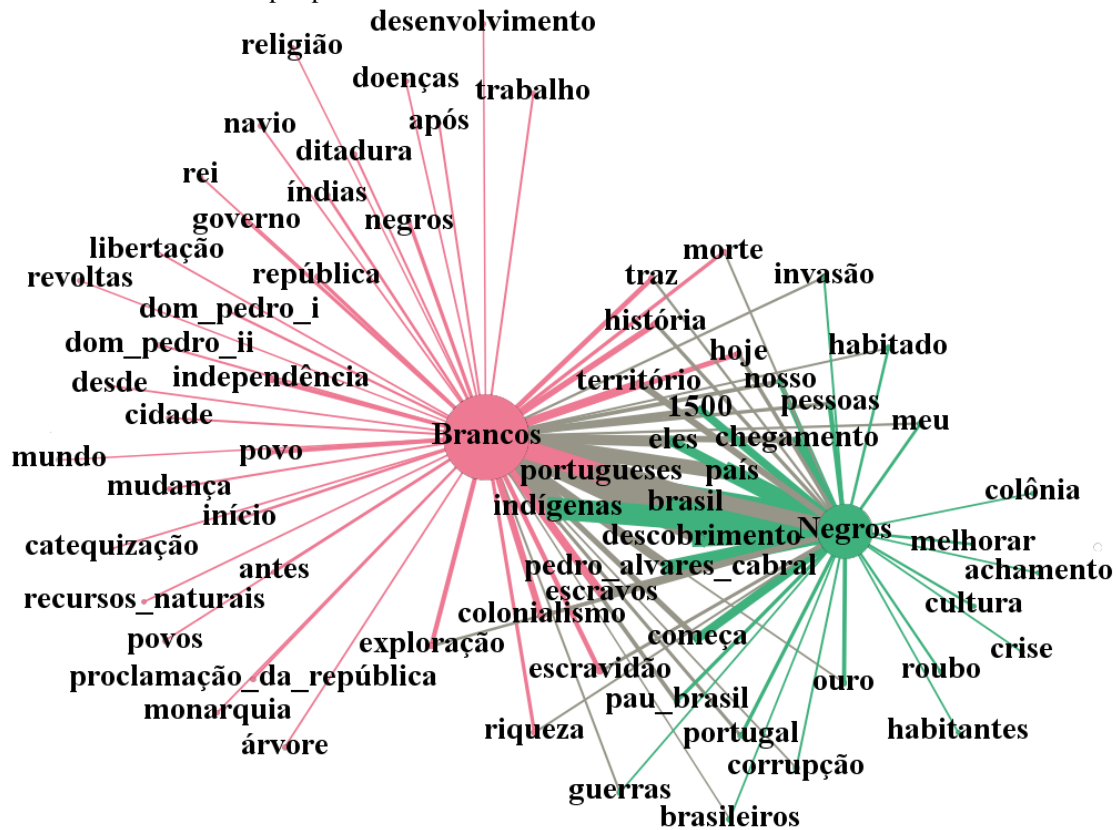
No Grafo 6 existem 70 nós, dos quais 68 dizem respeito às palavras, e 2 às categorias que delimitam o conjunto discursivo, organizado em torno da informação sobre o pertencimento étnico-racial. O que é talvez mais interessante como ponto de partida para a análise é realizar um trabalho de identificação das palavras que são mais significativas em cada um dos conjuntos discursivos procurando observar núcleos de sentido distintos nos dois conjuntos de palavras. Entre as palavras únicas de um dos grupos, dentro do recorte, não é possível visualizar tendências específicas, para além de uma possível maior complexidade nos discursos praticados pelas/os jovens brancas/os: temporalmente (antes, após, desde, início, mudança), de atribuições de sentido (desenvolvimento), personagens (dom_pedro_i, dom_pedro_ii, rei, governo, negros, povo), acontecimentos (catequização, independência, libertação, revoltas, proclamação_da_república), temporalidades (monarquia, ditadura, república), além de ainda mais menções a palavras específicas que remetem aos primeiros momentos da história do Brasil na temporalidade europeizada (árvore, doenças, índias, navio, povos, recursos_naturais). O que também parece haver é a incorporação de mais períodos da história, já que a maior parte das

¹⁷⁷ Não faremos a análise de um grafo para cada grupo nesse momento; inserimos a informação sobre o pertencimento étnico-racial como uma categoria de marcação em um mesmo grafo de maneira a mostrar se existem elementos que são relacionados mais a uma das categorias do que à outra, a partir da relação entre os nós.

¹⁷⁸ É possível visualizar, de imediato, que a disposição dos nós no grafo é diferente daquela encontrada no Grafo 2, no capítulo anterior, já que agora são as categorias que tensionam os nós, que passam a gravitar em torno delas, de maneira parecida com o grafo de agência (Grafo 4). Essa visualização facilita entender a relação entre as palavras e cada um dos conjuntos. Outra diferença é a de que não é importante nesse momento a quantidade de arestas, já que nesse grafo está sendo marcado apenas a ligação entre as palavras e as categorias, de maneira que cada palavra está estabelecendo no mínimo uma ligação (no caso de estar presente em apenas um conjunto discursivo), e no máximo duas ligações. Nesse mesmo sentido também não tem muita importância o tamanho dos nós, já que não estamos analisando a relação das palavras entre si, como anteriormente foi realizado. O único elemento que essa informação nos revela é que as palavras mais importantes do conjunto discursivo tendem a ser encontradas nos dois subconjuntos. Essas palavras são as que estão localizadas no centro do grafo, entre as categorias “Negros” e “Branco”. Sendo assim, as duas informações mais importantes do grafo para esse primeiro momento são a disposição dos nós e os grupos modulares. As palavras que estão nos extremos são aquelas que acabam se revelando mais significativas em um dos conjuntos do que no outro, o que não quer dizer que elas não sejam utilizadas no discurso praticado pelo grupo oposto. Da mesma maneira, as palavras que são encontradas em apenas um grupo (o que pode ser visto através da existência de apenas uma aresta saindo dessa palavra) terão uma ligação maior com a categoria que lhes diz respeito, mas isso não quer dizer que essa palavra é exclusiva daquele grupo, apenas que ela não teve expressão quantitativa suficiente no grupo oposto para aparecer no grafo.

palavras do grupo composto por negras/os fazem referência à colônia (achamento, colônia, cultura, roubo); outras duas são atribuições de sentido do tempo (melhorar, crise).

Grafo 6: Grafo dividido por pertencimento étnico-racial contendo 70 nós.



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

De todas as palavras que no recorte aparecem em apenas um dos grupos, somente duas não são evocadas nenhuma vez em algum deles fora do recorte. A palavra “recursos_naturais” não aparece no discurso praticado pelos/as negros/as, e a palavra “crise” no das/os brancas/os. Com relação às palavras comuns aos dois grupos, destacamos na Tabela 5 aquelas que são significativamente mais expressivas para um dos grupos¹⁷⁹. Ao selecionar apenas aquelas

¹⁷⁹ Mas existe um problema de frequência que decorre da diferença na quantidade de jovens de cada um dos grupos que deve ser considerado antes de procurar observar as palavras que têm mais peso em cada um dos recortes. Como já mencionamos, estamos trabalhando com 74 jovens negras/os e 58 jovens brancas/os. Essa diferença quantitativa traz implicações para o peso da relação entre as palavras e as categorias, pois, por exemplo, o grupo menor, de jovens brancas/os, pode trazer menos evocações de uma determinada palavra se comparado com o grupo de jovens negras/os, mas ainda assim essa palavra pode ser mais comum no primeiro grupo. Isso porque existem menos discursos praticados por jovens brancas/os do que de jovens negras/os, de maneira que, se não tomarmos a média como parâmetro, podemos nos deixar enganar pelo fato de que uma quantidade maior ou menor de menções pode apenas estar refletindo a quantidade maior ou menor de discursos que constitui cada grupo.

Dessa maneira, somando os discursos praticados por jovens negras/os e brancas/os, temos 132 discursos “válidos”. Nesse montante, os discursos escritos por negras/os correspondem a 56,06%, enquanto aqueles escritos por brancas/os, a 43,93%. Entre um grupo e outro existe uma diferença de 16 textos. Essa diferença precisa ser considerada, o que quer dizer que não é possível buscar os sentidos apenas fazendo a comparação entre a evocação de

palavras cuja diferença para um conjunto e outro é mais do que 1,5 – ou seja, cuja diferença é de pelo menos 1/2, ou 50% –, restam 11 palavras no conjunto composto por brancos/as e apenas 1 no conjunto composto por negras/os. A partir do conjunto delas podemos reafirmar o que dissemos anteriormente, sobre uma menor complexidade nos discursos praticados por jovens negros/as. A Tabela 11 traz as palavras do grupo de jovens autodeclarados brancos e brancas. Nela existem, ao todo, 11 palavras, o que representa mais de 1/3 das palavras compartilhadas pelos dois conjuntos. Todas essas palavras, com exceção de “hoje” estão mais próximas das temporalidades da História Colonial e da História Monárquica, e a maior parte delas (exploração, riqueza, colonialismo, escravos, escravidão, território, morte) podem ser agrupadas em torno de um eixo comum que é o da exploração/economia.

Tabela 5: Palavras mais significativas do conjunto de jovens autodeclaradas/os brancas/os.

Palavra	Diferença	Palavra	Diferença	Palavra	Diferença
Traz	2,5	Morte	2	Hoje	1,7
Colonialismo	2,1	Riqueza	2	Território	1,6
Exploração	2,1	Escravos	1,8	Portugueses	1,5
História	2,1	Escravidão	1,8		

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

No grupo de jovens negras/os, a única palavra proporcionalmente mais significativa é “ouro”, sendo 1,6 vezes mais evocada do que no outro grupo; ela está relacionada ao Brasil Colonial, no discurso praticado pelos jovens, e estabelece uma relação maior com a economia.

Passamos agora à análise dos grafos referentes às categorias de sentido¹⁸⁰. Neles, assim como no grafo de categorias trabalhado no capítulo anterior, estão dispostas as marcações

determinada palavra em cada um dos grupos tomados em sua totalidade, pois seria esperado que no grupo maior existam mais menções a qualquer uma das palavras. Assim, o que fizemos foi calcular a média de vezes que cada palavra é evocada em cada um dos conjuntos, e depois contrastar os resultados, procurando aquelas palavras cuja diferença é mais significativa, fazendo um cálculo simples de proporção.

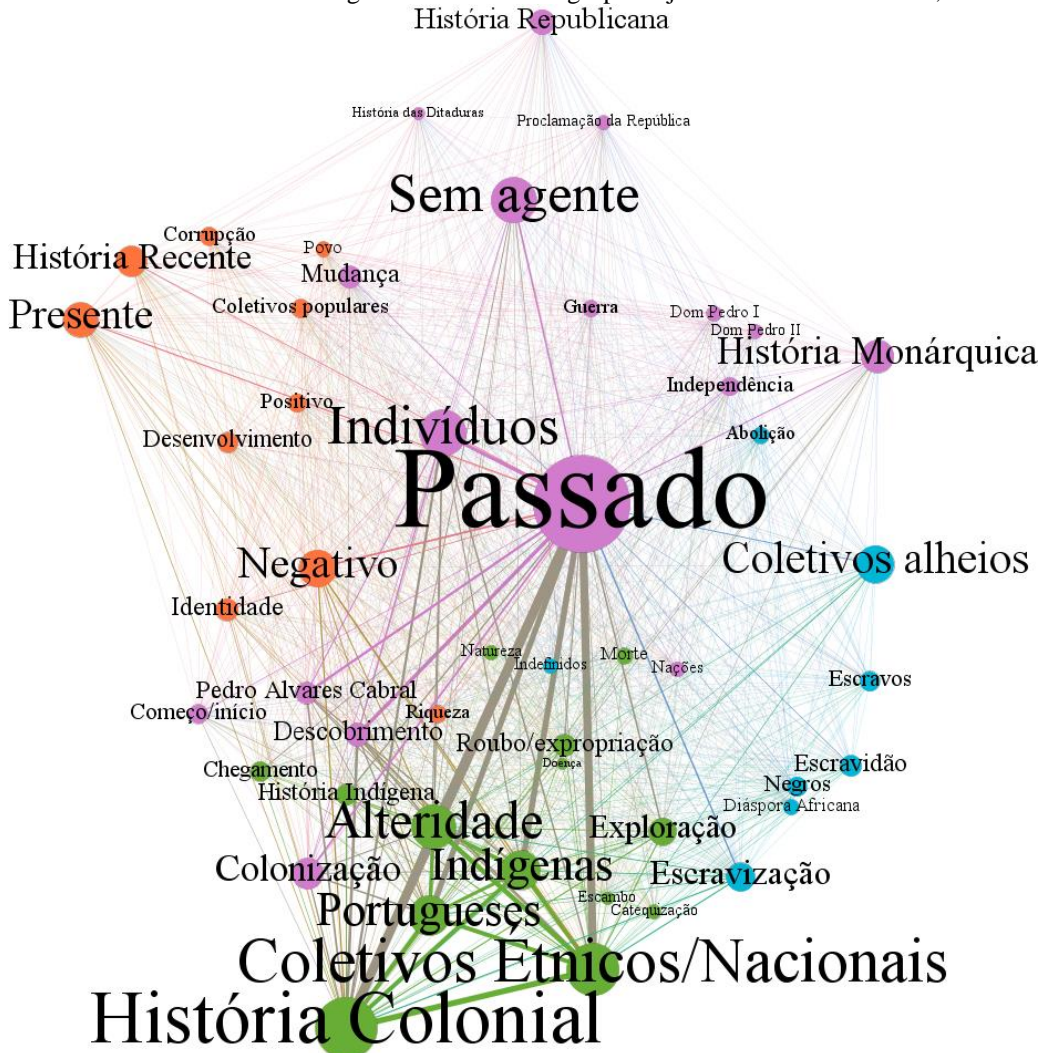
Mas queremos nos ater às palavras em que a diferença entre os dois conjuntos é mais acentuada. É por isso que ao longo do processo de análise entendemos como necessário estabelecer as médias de evocações das palavras em cada um dos grupos, e, a partir delas, estabelecer a proporção. Assim, não obstante o fato de que as palavras mais significativas estão todas marcadas como pertencentes ao grupo modular correspondente no grafo, os cálculos que realizamos são destinados a saber quais são as que mais se destacam. Tendo realizadas essas operações (considerando ainda todas as palavras) pudemos constatar que, das 31 palavras em comum nos dois grupos, 26 têm uma média de evocações maior no conjunto de jovens brancas/os, e 5 têm uma média de evocações maior no conjunto de jovens negros/as.

¹⁸⁰ Nesse momento faremos de maneira diferente: estabeleceremos a análise de dois grafos, um referente ao conjunto discursivo de brancas/os, e outro de negros/as. Isso porque no momento de criação de um grafo único – onde o pertencimento étnico-racial seria inserido como categoria de marcação – houve um descompasso entre essas duas categorias e algumas outras, como “Passado”, “História Colonial”, “Indígenas”, que têm um grau ponderado (a frequência de relação entre os nós) tão grande quanto as categorias que demarcam o pertencimento étnico-racial, o que quer dizer que o grafo não ficou dividido em comunidades organizadas em torno do pertencimento étnico-racial, como esperado. Sendo assim, para poder melhor visualizar as tendências de cada grupo discursivo, optamos por analisar dois grafos, comparando-os quando necessário.

em seus discursos elementos mais diversos, abordando com mais frequência acontecimentos temporalmente mais recentes¹⁸¹.

No grafo abaixo, que contém 49 nós, referente ao conjunto discursivo do grupo de jovens brancas/os, pode-se perceber o mesmo que descrevemos no grafo anterior, com a diferença de que aqui há mais menções, não só no presente, mas também relativo às outras temporalidades históricas. Essa menor complexidade do discurso praticado pelo grupo de jovens negras/os talvez esteja relacionada a um ceticismo ou a um desinteresse pela História, que pode ter origens na falta de representação, na medida da escassez de personagens negros/as. No discurso praticado por eles não há, por exemplo, a categoria “Negros”. Para tentar entender melhor essa diferença dos conjunto passaremos à análise das demais categorias que inexistem em um ou outro grupo.

Grafo 8: Grafo referente às categorias de sentido do grupo de jovens brancas e brancos, contendo 49 nós.



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

¹⁸¹ Quanto a isso ver KLÜPPEL, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

No sentido do que temos afirmado, existem algumas semelhanças e diferenças significativas a que vamos nos ater realizando uma análise comparativa dos dois conjuntos discursivos a partir das categorias que os constituem. O primeiro exame a ser feito é o das categorias que aparecem no grafo de apenas um dos conjuntos, de maneira parecida com o que fizemos no Grafo 6 de palavras-categorias. Dentro do recorte do grafo, no grupo de jovens negros/as há apenas 2 categorias que não há no outro grupo, já no grupo de jovens brancas/os há 14 categorias incomuns ao outro grupo¹⁸². Dessas 14, há apenas 1 que não aparece nem mesmo fora do recorte, “Proclamação da República”, que também faz referência a um acontecimento mais recente temporalmente.

Na tabela abaixo estão dispostas as categorias proporcionalmente mais significativas do grupo de jovens brancas/os, seguindo os mesmos parâmetros estabelecidos antes. No interior do grupo de jovens negras/os não há nenhuma categoria com mínimo de 1,5 vezes mais marcações, por conta disso não há tabela referente a esse grupo.

Tabela 6: Categorias mais significativas do conjunto de jovens autodeclaradas/os brancas/os.

Categoria	Diferença	Categoria	Diferença	Categoria	Diferença
Dom Pedro II	8,9	Desenvolvimento	2,8	Riqueza	2,1
Diáspora Africana	7,6	Colonização	2,6	Guerra	1,9
Mudança	6,8	Doença	2,5	Negros	1,9
Abolição	4,2	Natureza	2,5	Roubo/expropriação	1,8
Sem agente	3,9	Escravidão	2,2	Alteridade	1,6
Povo	3,8	Independência	2,1	Escravos	1,5
História das Ditaduras	3,4	História Monárquica	2,1	Coletivos Alheios	1,5
Exploração	2,8				

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Na tabela acima, existem, ao todo, 22 categorias. Elas representam quase metade das categorias do Grafo 13. Entre elas há 4 personagens (Dom Pedro II, Povo, Negros, Escravos), 5 acontecimentos históricos (Diáspora Africana, Abolição, Colonização, Escravidão, Independência), 2 tipos de personagens (Sem agente, Coletivos alheios), 2 dos tempos históricos (História das Ditaduras, História Monárquica), 8 atribuições de sentido (Mudança, Exploração, Desenvolvimento, Doença, Guerra, Natureza, Riqueza, Roubo/expropriação) e 1 categoria de identificação (Alteridade). O que é interessante é que entre todas essas categorias

¹⁸² Essas categorias não são exclusivas de nenhum dos conjuntos, já que, nesse caso, todas estão presentes no grupo correlato, mas de fora do grafo na medida que não atingem o número mínimo de marcações estipulado para o recorte. Entretanto, ao realizarmos os cálculos para estabelecer a proporção de uma categoria, como fizemos com as palavras, as categorias que são encontradas em apenas um dos grupos costumam ser as mais significativas para este grupo, não obstante sua existência no outro grupo, como já observamos.

há várias relacionadas ao negro, que, em um primeiro momento esperaria-se terem mais capilaridade no discurso praticado por jovens negros/as, e não o contrário. Exemplos disso são as seguintes categorias: Diáspora Africana, Abolição, Escravização, Negros, Escravos¹⁸³.

Para podermos avançar investigando as peculiaridades de cada conjunto discursivo, vamos nos ater a seguir ao universo de todas as categorias, incluindo aquelas que ficaram de fora dos grafos. A intenção não é analisar cada categoria individualmente, mas sim o conjunto de categorias de um mesmo tipo. Entre as categorias há aquelas que demarcam um elemento específico (como, por exemplo, um personagem: “lula”), e aquelas que demarcam um elemento mais geral (como o tipo de personagem, no caso do exemplo anterior: indivíduo). Outro recurso é a soma de todas as categorias de um mesmo tipo (cada um dos personagens singulares, por exemplo), para entender singularidades em cada conjunto. É a estas últimas que vamos nos voltar. Para isso, seguimos dois caminhos: 1. comparar a expressão que elas têm proporcionalmente ao outro conjunto, como fizemos até aqui dentro das tabelas; 2. identificar a expressão que elas têm dentro de cada conjunto, para depois comparar com o outro conjunto.

As categorias que foram marcadas se enquadram em grupos de categorias específicos. Nesse sentido, por exemplo, as categorias Identidade e Alteridade são categorias dentro do guarda-chuva Identificação (ver Figura 1). Além das categorias de Identificação, há ainda as que demarcam Temporalidade, Tempo histórico, Atribuição de valor, Atribuições de sentido, Eventos/acontecimentos históricos e Personagens. Existem ainda algumas outras, mas que não se encaixam dentro do exercício que realizamos, por não fazerem sentido quando quantificadas (como Tipo de Agência e Tipo de Personagem). No intuito de entender se a diferença de complexidade entre os conjuntos se mantém em um recorte maior, estabelecemos a proporção da soma da evocação de cada uma das categorias que integra um desses tipos de categoria – ou categorias guarda-chuva – listados acima. Essa investigação é importante porque o que pode haver é uma diversificação e uma fragmentação maior no conjunto composto pelo discurso praticado por jovens negros/as, de maneira que as categorias não alcançam o mínimo para entrar no recorte do grafo, havendo, no lugar de poucas categorias muito expressivas, várias categorias de pouca expressão dentro do conjunto. É possível visualizar na tabela abaixo os valores da diferença entre o conjunto de brancos/as em relação ao de negras/os.

¹⁸³ Apesar de todas elas terem relação direta com os negros/as, todas estão circunscritas em uma conjuntura específica da história, que costuma alienar a agência desses mesmos personagens, no sentido da colonização do tempo, na história, conforme escreve MORENO, 2019b.

Tabela 7: Diferença da soma de tipos de categoria do recorte de brancas/os em relação ao de negros/as.

Categoria	Diferença
Atribuição de sentido	1,9
Atribuição de valor	1,4
Eventos/acontecimentos	1,7
Identificação	1,3
Personagens	1,2
Tempo histórico	1,2
Temporalidade	1,2

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

A partir da tabela 7 é possível visualizar que há uma quantidade proporcionalmente maior de todos os tipos de categorias no conjunto discursivo composto de jovens brancas/os. Isso corrobora para afirmarmos a existência de uma diferença quantitativa entre os conjuntos discursivos em questão. Um elemento que é interessante é a distância entre a diferença relacionada aos personagens e aos eventos/acontecimentos. Se olharmos especificamente essas duas informações sob outra óptica, podemos afirmar em parte o que discrevemos no parágrafo acima, sobre uma certa dispersão de elementos dentro do conjunto discursivo de jovens negras/os. Nesse sentido, discriminando os dados relacionados à eventos/acontecimentos e personagens *únicos*, é possível ver que no discurso praticado pelos jovens negros/as existem proporcionalmente, e em média, uma variedade maior de eventos/acontecimentos e personagens. No caso destes últimos mesmo a quantidade total é maior, apesar de o conjunto ser menor.

Tabela 8: Quantidade total, média e diferença relativa a personagens e eventos/acontecimentos únicos.

		Negros/as	Branças/os
Personagens	Quantidade total	49	47
	Média	0,84	0,63
	Diferença	1,33	0,75
Eventos/acontecimentos	Quantidade total	29	35
	Média	0,5	0,47
	Diferença	1,05	0,94

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Mas há uma questão a ser considerada. Entre os eventos/acontecimentos únicos, há 20 em comum nos dois conjuntos; os demais (15 no conjunto de jovens brancas/os e 9 no conjunto de jovens negros/as) só são evocados em um dos grupos. O mesmo acontece para os personagens, mas de maneira mais acentuada: existem 20 em comum, e outros 17 que são encontrados apenas no conjunto discursivo de jovens brancos/as e 19 apenas no conjunto discursivo de jovens negras/os. Isso mostra que existe uma diferença qualitativa entre os conjuntos, mas que ela não é expressiva. Entre as categorias que são encontradas em apenas um dos conjuntos existem somente duas que foram marcadas mais de 5 vezes: Proclamação da

República, acontecimento do conjunto discursivo de jovens brancas/os; Crise, atribuição de sentido no conjunto discursivo de jovens negros/a. Nenhuma das demais categorias – sejam elas personagens, eventos/acontecimentos, ou atribuições de sentido – foi marcada mais de 3 vezes.

Na medida que os personagens – em especial os coletivos – são um dos objetos mais frequentes de identificação e de pertencimento por parte das e dos jovens, é às personagens que iremos voltar nossa atenção a partir de agora, tendo em mente essa diferença incomum apontada no parágrafo anterior com base nos dados da Tabela 8. Antes disso, existem dois outros pontos que são curiosos. Primeiro uma pequena diferença na marcação da categoria Identidade, que foi proporcionalmente marcada 1,2 vezes mais no discurso praticado pelos jovens negros/as. De outro lado há o fenômeno, exposto na Tabela 6, de haver proporcionalmente 3,9 vezes mais a existência de acontecimentos sem agência (Sem Agente) no discurso praticado pelas/os jovens brancas/os, junto com 1,6 vezes mais a marcação de Alteridade. Diante disso, pensamos que a relação de agência é um caminho natural para seguir a análise. Com relação aos personagens, vale ainda entender como é que eles são mobilizados em cada conjunto. Na tabela abaixo é possível visualizar qual o espaço que cada tipo de personagem têm em cada um dos conjuntos discursivos.

Tabela 9: Espaço de cada tipo de personagem em cada um dos conjuntos (em porcentagem).

Conjunto brancos/as		Conjunto Negras/os	
Coletivos Étnico/Nacionais	36,9	Coletivos Étnico/Nacionais	37,1
Indivíduos	23,8	Indivíduos	32
Sem agente	20,5	Coletivos Alheios	7,8
Coletivos Alheios	8,8	Sem agente	7
Coletivos Populares	4	Coletivos Populares	6,6
Indefinidos	2,9	Nações	4,2
Nações	2,2	Indefinidos	3,1
Instituições	0,7	Instituições	1,9

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

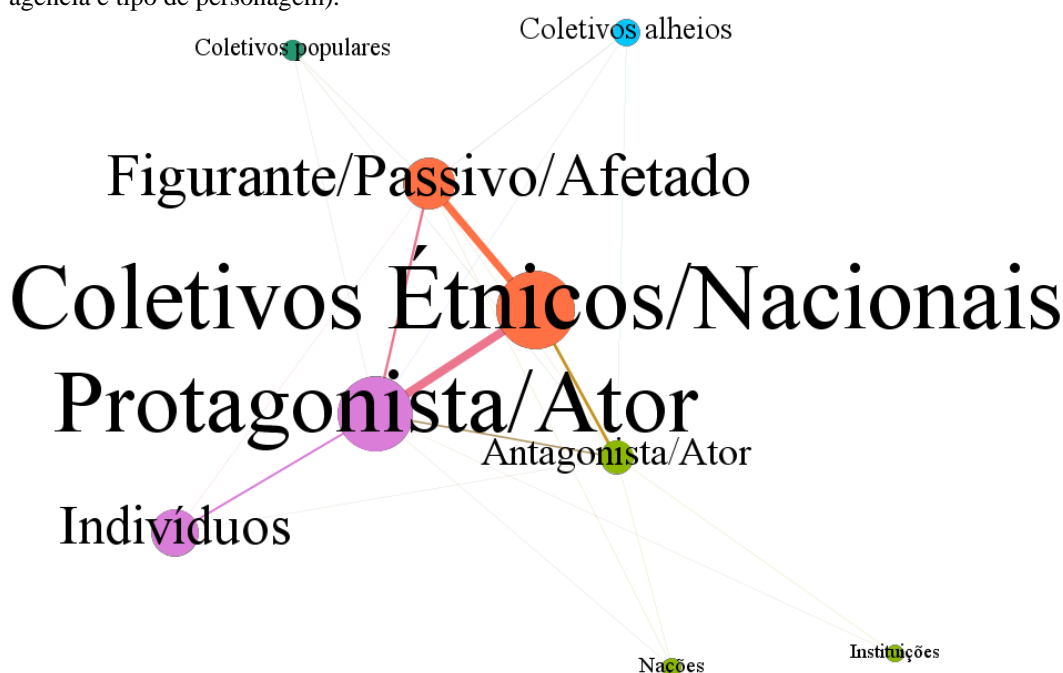
Para além da grande diferença no tocante aos acontecimentos sem agente nos dois conjuntos, é possível notar uma diferença significativa de evocações dos personagens instituições e nações, apesar de serem tipos de personagens com menos evocação no todo; dois outros tipos de personagens – estes um pouco mais expressivos – também se destacam: indivíduos e coletivos populares. Todos os quatro têm uma entrada maior no conjunto discursivo de jovens negros/as. Gostaríamos de destacar os coletivos populares, que, dentre os personagens, são aqueles que os jovens, no geral, mais costumam estabelecer relações de pertencimento (vide o capítulo anterior). Nesse sentido, se a maior existência de marcos de

identidade estiver relacionada à agência, pode ser por conta dessa maior expressão que os coletivos populares têm no interior do conjunto discursivo das/os jovens negras/os. Outro ponto curioso é que a diferença na evocação dos coletivos populares é de proporcionalmente 1,2 vezes mais para o conjunto de negros/as.

Mas antes de cravar esse paralelo, vale ainda entender qual é a função dos coletivos populares e dos outros tipos de personagens dentro dos discursos. Com isso, nos referimos, especificamente, à agência que eles assumem. A primeira informação a se destacar com relação a esse ponto é a ausência de agência, ou seja, a categoria “sem agente”. Mas essa categoria, em específico, demarca a falta de agência e de personagem – aqueles acontecimentos que simplesmente acontecem, como, por exemplo, no conjunto de jovens brancas/os: “A escravidão ainda era frequente, mas com o tempo foi abolida”, e no conjunto de negros/as: “Até então ainda era normal a escravidão no país, até 1888 quando foi abolida”; nos dois exemplos acima a abolição não está relacionada aos movimentos abolicionistas, às pressões internacionais, e nem mesmo à princesa regente, a quem esse acontecimento costuma ser atribuído. Entretanto, não sabemos qual a agência que os demais *tipos de personagens* assumem.

Nos dois grafos abaixo é possível visualizar o resultado do cruzamento entre as categorias que fazem referência à agência e ao tipo de personagem.

Grafo 9: Grafo referente ao conjunto de jovens brancas/os, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem).



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

Grafo 10: Grafo referente ao conjunto de jovens negros/as, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem).



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

Em ambos é possível notar uma configuração muito próxima. O que acontece, na disposição dos grafos, é apenas uma inversão topológica. Mas as relações que são estabelecidas são bastante semelhantes. Nesse sentido, em ambos os casos é mais comum que os personagens individuais sejam os protagonistas dos acontecimentos, e que nações e instituições sejam antagonistas. A diferença reside entre figurantes/passivos e afetados. Para o conjunto de jovens brancos/as estão marcados os coletivos étnicos e nacionais, enquanto que para o conjunto de negras/os são os coletivos populares e os coletivos alheios. No primeiro estes dois grupos não se enquadram em nenhum dos grupos modulares onde está marcada a agência; no segundo, são os coletivos étnicos/nacionais quem estão situados nesse não-lugar. Isso porque há uma divisão interna da agência que estes tipos de personagens estabelecem, de maneira que ele acaba não estabelecendo essa ligação mais forte – que delinea os grupos modulares – com nenhum dos outros nós em específico¹⁸⁴. Também existe uma diferença quantitativa, há 1,3 vezes mais

¹⁸⁴ Mas há uma espécie de distorção no tipo de personagem “Coletivos Étnicos/nacionais”, já que ele demarca tanto coletivos ligados a Estados-nações, e que costumam ser colocados como atores (como, por exemplo brancos, europeus e portugueses), ou seja, os colonizadores, mas também os colonizados, e cuja agência é passiva, afetada, ou então que aparecem apenas como figurantes (como, por exemplo, negros e indígenas:). Se essa categoria fosse dividida em duas, veríamos uma divisão onde os colonizadores são atores, sejam protagonistas ou antagonistas, e onde os colonizados seriam majoritariamente figurante/passivo/afetados. Entretanto, esse fenômeno se repete em ambos os conjuntos, e, por conta disso, essa informação não invalida os grafos. Da mesma maneira, junto aos outros tipos de personagens há aqueles que mais comumente assumem um ou outro tipo de agência.

figurantes/passivos e afetados no conjunto discursivo de jovens brancos/as, e 1,2 vezes mais antagonistas no conjunto discursivo de jovens negros/as.

Até aqui, o balanço é o seguinte: o conjunto discursivo de jovens brancos/as é mais complexo em termos quantitativos (há mais menções nele a personagens, acontecimentos, atribuições de sentido e de valor); nele há proporcionalmente mais menções aos coletivos alheios e aos coletivos étnico/nacionais, e, acompanhando-os, mais personagens cuja agência é como figurante/passivo ou afetado perante os acontecimentos. No conjunto discursivo de jovens negras/os, existe quantitativamente menos menções a personagens e acontecimentos específicos, havendo pouquíssimos que são proporcionalmente mais significativos do que no outro conjunto, mas há uma evocação maior de instituições e nações como personagens, que assumem, na maior parte das vezes, o papel de antagonistas, tipo de agência que é proporcionalmente mais significativa nesse conjunto.

A diferença que existe no tocante ao conteúdo está relacionada a alguns casos pouco significativos, já que de pouca expressão quantitativa no contexto dos conjuntos, como no caso dos eventos e personagens únicos, ou então da agência dos personagens. Dessa maneira, o que foi observado é que a diferença mais aguda e de maior expressão não é qualitativa, mas sim quantitativa, ou seja, está relacionada ao desenvolvimento dos discursos – e daí, talvez, a uma relação de desconfiança, cinismo ou rejeição da história. Ora, os personagens que compõem a história, no caso dos jovens negros, não partilham de características que são comuns a esses jovens, como, por exemplo, seu pertencimento étnico-racial. Não pode ser descartada a hipótese de que essa diferença também seja proveniente simplesmente de um desconhecimento da história, apesar do fato de que não obstante a divisão em grupos organizados a partir da variável pertencimento étnico-racial, os conjuntos discursivos são compostos por jovens que são colegas de classe. Isso não invalida uma diferença no tocante à cultura histórica com relação a que as/os jovens têm contato. Entretanto, não existem ferramentas dentro de nosso material que permitam fazer afirmações a respeito dessas questões.

Por conta disso, o caminho que tomaremos para finalizar as análises dessa seção vai em direção às categorias de identificação e de temporalidade. Através delas temos o intuito de entender como é que os jovens mobilizam e se relacionam com a história tendo em vista as dimensões temporais e, especialmente, os marcos de identificação. Temporalmente, no conjunto de jovens brancos/as existem mais menções à história das ditaduras (3,4 vezes mais), à história monárquica (2,1 vezes), ao passado (1,3 vezes) e ao futuro (1,7 vezes) – apesar de as menções à história monárquica e ao futuro serem, de maneira geral, bastante escassas: são 8

referências ao primeiro e 4 ao segundo, nesse conjunto, enquanto existem 3 referências a ambos no conjunto de jovens negras/os. No conjunto de jovens negros/as, o único tempo histórico em que há proporcionalmente mais menções é a história recente, apesar de a diferença não ser muito expressiva: ela é de 1,1. Com relação aos marcos de identificação há uma diferença mais demarcada entre os dois conjuntos: os/as jovens negro/as evocam, proporcionalmente, mais marcos de identidade (1,2 vezes mais), enquanto as/os jovens brancas/os constroem mais frases onde estabelecesse alteridade (1,6 vezes mais).

Apesar de presente e futuro serem as esferas temporais menos abordadas pelos e pelas jovens ao contar a história de seu país (elas correspondem a menos de 20% de ambos os conjuntos), essas são as temporalidades em que proporcionalmente mais foram encontrados marcos de identidade. Aliás, nos dois conjuntos, uma parte expressiva dos marcos de identidade está associado a uma esfera temporal que não se restringe ao passado, ou então que não se restringe somente a ele – isso apesar do passado representar mais de 80% de cada um dos conjuntos. Em boa parte das vezes, há, inclusive – e por isso dissemos que “não se restringe somente a ele” –, uma complexificação dos discursos no que diz respeito à temporalidade.

No conjunto discursivo de jovens brancos/as 52% das frases onde são estabelecidos marcos de identidade fazem menção exclusiva ao passado, outros 26% ao presente, como em “A história está sendo escrita a cada dia, em cada discurso de nossos representantes”, em 10% não há menção a uma temporalidade específica, como em “Claramente a história da nossa pátria é muito recente”, e as esferas de relação presente-passado, presente-futuro, passado-presente-futuro constituem 5% cada. Como exemplo da primeira, podemos citar o seguinte: “Após o fim da ditadura entramos em um sistema democrático onde estamos até hoje, famoso capitalismo em forma de república”. Novamente, no discurso praticado por jovens negros/as essa característica é mais diversa: 42% diz respeito ao passado, 25% ao presente, 20% à relação passado-presente ou presente-passado, como em: “Apesar de muitos momentos de avanço, nós brasileiros sofremos consequências de atos cometidos há muitos anos atrás”, sem relação temporal diz respeito a 5% e presente-futuro e presente-passado-futuro representam 2% cada um.

Com relação aos marcos de identidade, especificamente, a maior parte das frases onde está relacionada com a palavra “país”, mas não país como agente – como vimos que acontece com Brasil –, e sim como elemento integrador da coletividade: meu/nosso país. Ele corresponde a 65% dos marcos de identidade no conjunto de jovens brancas/os e 57% no conjunto de jovens negros/as. Esse segundo conjunto, além de mais extenso – ou talvez justamente por conta disso

–, também é mais diverso: existem 5 marcos de identidade no conjunto discursivo de jovens brancos/as e 10 no de jovens negras/os. O segundo marco em que mais vezes são estabelecidas relações de identidade é para com um coletivo indefinido, mas que faz referência ao coletivo nacional, ou ao coletivo “nós”: eles representam 21% do primeiro conjunto e 14% do segundo: no discurso praticado por jovens brancas/os há, por exemplo “Considero o negro nosso maior guerreiro”; e no de jovens negros/as: “A corrupção é o maior problema do Brasil, continuamos insistindo em governos corruptos, em candidatos investigados com provas”.

Os outros 3 marcos encontrados no conjunto discursivo de jovens brancos/as são índios, imigrantes e representantes. É curioso que negros – como no exemplo da frase acima – e indígenas sejam marcos encontrados no conjunto discursivo de jovens brancas/os; talvez seja ainda mais curioso o fato de ser encontrado *apenas* nesse conjunto. A frase em que há menção aos indígenas é a seguinte: “Mas vamos seguir a tradicionalidade: tínhamos nossos índios nativos, que viviam do seu próprio trabalho, acreditavam em seus próprios deuses”. Em ambos os casos existe uma relação de posse: negros e indígenas são “nossos”, mas na segunda parte da segunda frase fica claro que, apesar disso, é o *seu* trabalho e são os *seus* deuses, refletindo aquilo que havíamos suposto no capítulo anterior, ao menos no que diz respeito aos indígenas. No conjunto discursivo de jovens negros/os, os outros 8 marcos são: brasileiros, recursos naturais, Brasil, humanos, terra, cidade, casa e país.

Os marcos de alteridade são mais simples: em ambos os conjuntos, todos eles fazem referência a personagens, e mais de 95% das frases se restringe à esfera temporal do passado, e nenhuma ao futuro. Além disso, os personagens indígenas e portugueses, somados, dizem respeito a 80% dos marcos. Há, no conjunto de jovens brancas/os, outros 11 personagens, e no conjunto de jovens negras/os, outras 9 personagens. Como foi descrito acima, entre os marcos de identidade os personagens também são expressivos. O que é interessante, é que a maior parte dos que estão relacionados a marcos de identidade assumem agência ativa. Disso resultam alguns elementos para pensar a relação entre as categorias de temporalidade, identificação e agência, que são as últimas categorias analisadas, e que têm relação entre si. Nesse sentido, a maior existência da categoria de identidade, entre os/as jovens negros/as parece ter relação com a maior evocação de coletivos populares, e a maior evocação de marcos relacionados ao presente (coincidentemente, inclusive, a diferença das categorias *identidade* e *coletivos populares* para o conjunto de jovens brancas/os é, em ambos os casos, próximo a 1,2 vezes). No conjunto discursivo de jovens brancos/as o destaque é para as categorias de alteridade (1,6),

passado (1,3) e sem agente (3,9), que são todas mais expressivas, e que são um contraste ao outro conjunto.

A princípio, esses dados parecem reforçar aquela relação que discutimos no capítulo anterior entre as temporalidades do pedagógico e do performativo, e os passados disciplinar e prático, apesar de não haver inserido aí o tema da representação, que havíamos suposto ser parte integrante da diferença da relação com o discurso sobre a nação, em especial em termos temporais e identitários. Entretanto, apesar de a relação de alteridade para com o passado – seja de maneira direta, ou indireta, a partir dos coletivos que o integram – ser mais aguçada entre as/os jovens brancas/os, a alteridade constitui a maior parte dos marcos de identificação, nos dois grupos, o que mostra que essa diferença no tocante à identidade/alteridade se estabelece nas minúcias, mas em âmbito geral a relação é de alteridade, seja ela mais ou menos aguçada. E daí o retorno a outra relação que é majoritária, que é a estabelecida para com a temporalidade, em específico o passado, com o qual não se estabelece conexões e não existe um coletivo agregador, e o presente, onde, apesar de existir o coletivo agregador ele poucas vezes assume agência positiva – essas poucas sendo as que são acompanhadas de marcos específicos de identidade. Retomaremos essa discussão a partir dos resultados da próxima seção, onde foram trabalhados subconjuntos divididos a partir da variável sexo.

4.2 SEXO

Na medida que as questões metodológicas que balizam essa seção foram esclarecidas ao longo das últimas páginas, nos limitaremos, a partir de então, apenas à análise dos conjuntos discursivos, sem repetir os apontamentos metodológicos mencionados anteriormente.

A resposta à pergunta sobre sexo era obrigatória para quem aceitou participar da pesquisa, conforme já comentamos. Diferente de outras informações, para ela havia duas assertivas predeterminadas, dispostas para serem respondidas de maneira objetiva: masculino e feminino. Não foi nosso foco investigar informações relativas ao gênero. Ao todo participaram 151 jovens do sexo feminino, 123 do sexo masculino, e ainda 3 outros jovens que não responderam à questão. O conjunto discursivo das jovens é composto de 718 frases, onde encontram-se 2.627 palavras que são repetidas 14.181 vezes. No conjunto escrito pelos jovens existem 621 frases, compostas de 2.569 palavras diferentes, que são repetidas 12.674 vezes.

Depois de aplicados os scripts utilizados para o processamento das palavras no capítulo anterior em cada um dos conjuntos organizados por sexo, separadamente, restaram 437 e 508

palavras, repetidas 4.181 e 3.755 vezes pelos jovens do sexo feminino e do sexo masculino, respectivamente. O conjunto feminino evoca 90 palavras com uma repetição mínima de dez vezes, enquanto o conjunto masculino evoca 87. Entre elas, 65 palavras são encontradas em ambos os recortes, o que quer dizer que existem 19 palavras no grupo masculino e 25 palavras no grupo feminino com repetição mínima de 10 vezes que não estão presentes no grupo oposto. Mas isso apenas revela que essas palavras não alcançaram a quantidade mínima do recorte, e não que elas não sejam utilizadas também pelo outro grupo.

A realização do exercício de comparação entre essas palavras que aparecem em apenas um dos grupos pode servir como uma prévia para os resultados que encontraremos na análise dos grafos de palavras. Dessa maneira, fazendo a análise desses grupos de palavras é possível visualizar que no conjunto feminino há uma tendência a realçar elementos mais gerais ligados aos aspectos social/diversidade (“africano”, “negros”, “costumes”, “diferentes”, “miscigenação”, “social”, e ainda “direitos”) e econômico/exploração (“mão_de_obra”, “dinheiro”, “roubo”, “desigualdade”, “extração”, “imposição”, “luta”, “libertação”, “espelhos”, esta última referindo-se à prática de escambo). Já no conjunto de palavras dos jovens do sexo masculino parece haver uma disposição maior de palavras ligadas ao aspecto político, com ênfase em personagens e acontecimentos específicos (“1822”, “1964”, “proclamação_da_republica”, “golpe”, “declaração”, “divisão”, “estado”, “militar”, “políticos”, “capitanias_hereditárias”, “coroa_portuguesa”, “dom_pedro_ii”, “família_real”, “getúlio_vargas”). No sentido do que tínhamos percebido no capítulo anterior, isso pode ser uma manifestação do fato de que a história narrada pelos jovens, no geral, é pouco representativa de alguns grupos. Assim, as jovens, pertencentes a esses grupos, ressaltam aspectos ligados à diversidade em âmbitos mais gerais, enquanto os jovens, do contrário, evocam personagens e acontecimentos específicos e “tradicionalistas” da história.

No grafo abaixo existem 153 nós, dos quais 2 são as categorias que delimitam o conjunto discursivo que diz respeito a cada um dos sexos e 151 correspondem às 151 palavras evocadas mais de 10 vezes pelo grupo. O que é talvez mais interessante como ponto de partida para a análise é realizar um trabalho de identificação das palavras que são mais significativas para um ou para outro conjunto discursivo procurando observar núcleos de sentido distintos nos dois conjuntos de palavras, quase que como um aprofundamento do trabalho que realizamos rapidamente no parágrafo anterior.

se palavras ligadas à diversidade e à exploração. Podemos visualiza-las, da palavra mais à menos significativa, na Tabela 5, abaixo.

Tabela 10: Conjunto contendo as 19 palavras mais significativas do conjunto feminino.

Palavra	Diferença	Palavra	Diferença	Palavra	Diferença
Direitos	8,9	Dinheiro	4	Homens	1,9
Ensino	7,3	Negros	2,6	Cultura	1,8
Preconceito	7,3	Roubo	2,6	Luta	1,7
Primeiros	6,1	Diferentes	2,4	Miscigenação	1,7
Imposição	4,8	Pessoas	2,1	Escravos	1,5
Sempre	4,6	Matéria-prima	2,1	Exploração	1,5
Costumes	4				

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

O conjunto das 46 palavras mais significativas para o discurso masculino revelam alguns sentidos que não pudemos ver anteriormente. Primeiro, conseguimos reafirmar que parece haver uma tendência de fazer referências a aspectos políticos, com ênfase em determinados eventos e personagens específicos; ressaltam-se temporalidades específicas (colônia, república e ditadura), mas existem referências ainda à monarquia. Existem mais menções aos recursos naturais (especiarias, metais preciosos e recursos naturais), mas não existem menções à exploração (senão ao conflito: revoltas, conflito, guerras; mas não necessariamente relacionados aos recursos naturais), e de outro lado existem referências ao desenvolvimento (processo, avanço, desenvolvimento). Há também algumas menções a palavras que remetem a lugares que extrapolam à delimitação territorial do Estado nacional brasileiro, como “continente”, “europa”, “américa” e “mundo”, que podem trazer consigo a vinculação de identidade supranacionais, como as de americano, latino-americano e seres humanos, ou então simplesmente estar delimitando o espaço externo à identidade nacional, seja construindo a imagem do “outro”, ou então apenas fazendo referências às territorialidades, o que parece ser o caso dado os resultados da análise realizada no capítulo anterior¹⁸⁵.

Tabela 11: Conjunto contendo as 46 palavras mais significativas do conjunto masculino.

(continua)

Palavra	Diferença	Palavra	Diferença	Palavra	Diferença
1985	11	Golpe	2,5	Mundo	1,9
Estado	9,2	1822	2,4	Assume	1,9
Capitanias Hereditárias	8,5	Revoltas	2,4	Doenças	1,9
Foge	5,5	América	2,4	Divisão	1,9
Café com Leite	4,9	Metais preciosos	2,4	Declaração	1,8
Proclamação da Republica	4,7	Eleição	2,2	Família real	1,8
Continente	4	Dom Pedro I	2,2	Dilma	1,8
Capitalismo	3,6	Poder	2,1	Colônia	1,7

¹⁸⁵ Quanto à questão das identidades supranacionais ver KLÜPPEL, 2018.

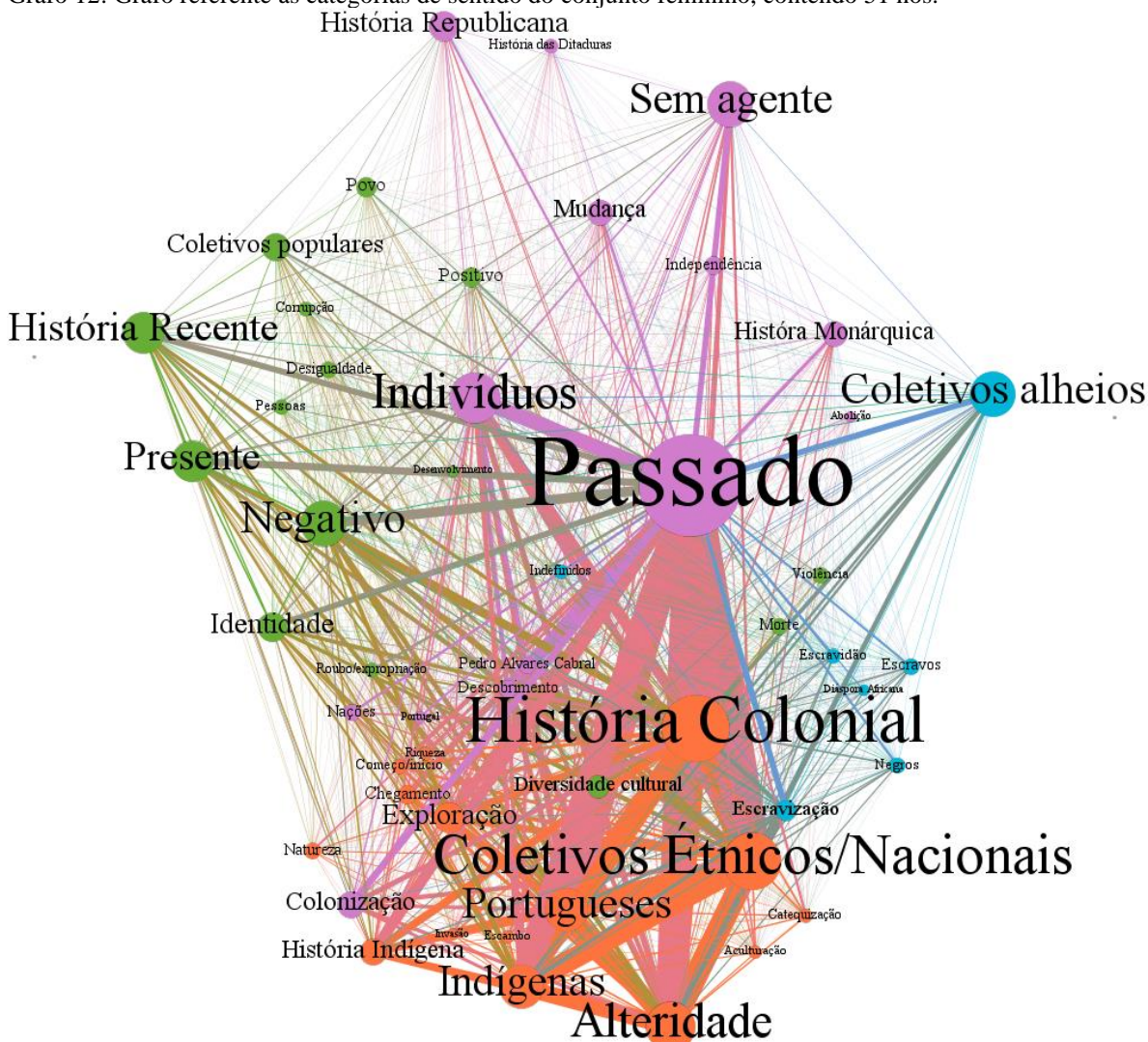
Tabela 12: Conjunto contendo as 46 palavras mais significativas do conjunto masculino.

(conclusão)					
Militar	3,4	Dom Pedro II	2,1	Conhecimento	1,7
1964	3,3	Europeu	2,1	Desenvolvimento	1,6
Princesa Isabel	3,2	Conflito	2,1	Avanço	1,6
Especiarias	2,8	Conquista	2,1	Getúlio Vargas	1,6
Lula	2,8	República	2,1	Ditadura	1,5
Napoleão Bonaparte	2,8	Coroa portuguesa	2,1	Recursos naturais	1,5
Europa	2,7	Guerras	2		
Políticos	2,7	Processo	2		

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

A partir dessas constatações, e tendo em mente essas tendências discursivas, é pertinente passar à análise dos grafos de categorias.

Grafo 12: Grafo referente às categorias de sentido do conjunto feminino, contendo 51 nós.



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

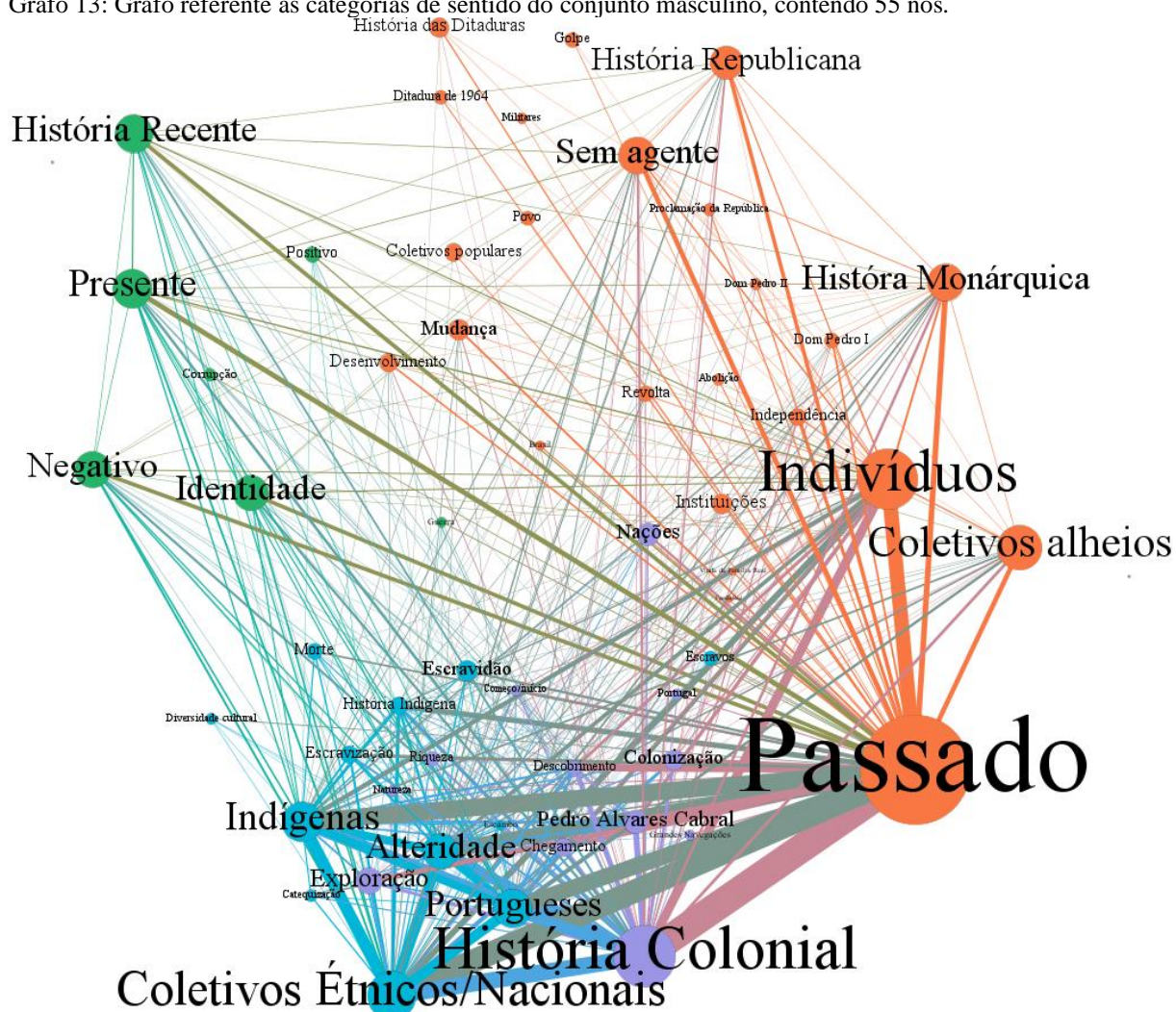
Nota: Organizado pelo autor.

No Grafo 12, referente às categorias de sentido do conjunto feminino, estão dispostas 51 categorias, que foram marcadas pelo menos 15 vezes. Se o compararmos com o grafo do

conjunto geral, é possível ver que existem menos nós e que entre eles existem menos arestas. De resto, com exceção de um novo grupo modular, em rosa na parte inferior direita da imagem, não existem diferenças muito evidentes num primeiro olhar.

O Grafo 13 refere-se ao conjunto masculino. Nele, também não existem muitas diferenças com relação ao grafo do conjunto geral, para além das mesmas acentuadas no conjunto feminino. Mas entre um e outro podem ser encontradas diferenças mais significativas. Ainda no que se refere ao aspecto estrutural, nesse segundo grafo existem mais nós do que o anterior, são 55 ao todo.

Grafo 13: Grafo referente às categorias de sentido do conjunto masculino, contendo 55 nós.



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

Aliás, em todas as comparações referentes à constituição do conjunto discursivo pudemos ver que mesmo que no conjunto masculino tenham menos jovens, nele existem, após o refinamento, mais palavras, e agora, mais categorias. Uma hipótese natural é a de que isso poderia ser reflexo da existência de mais jovens em etapas avançadas de escolarização entre os

jovens de sexo masculino. Entretanto, ao retornar às tabelas do capítulo anterior podemos ver que, se a graduação e a pós-graduação forem somadas, existem mais jovens do sexo feminino em todas as etapas escolares de nossa amostra. Mesmo se fizermos essa comparação apenas com relação aos jovens integrantes dos cursos de História – somando, novamente, graduação e pós-graduação – de quem espera-se que os textos sejam mais extensos, o que poderia explicar essa assimetria, mesmo nesse recorte existem mais jovens do sexo feminino.

Isso parece corroborar com os dados que as análises anteriores revelam, de que os jovens do sexo masculino se atêm mais a uma história ligada a aspectos políticos com ênfase em eventos e personagens específicos. Afinal, se assim for, essa predisposição pode explicar a assimetria no número de palavras e categorias. No caso dessas últimas, a maior parte delas, como já comentamos, constitui-se justamente de personagens e eventos específicos. Mas antes de voltar a atenção às categorias de maneira geral, o que também pode nos trazer resultados significativos, vamos nos atentar àquelas de mais expressão, que se encontram nos grafos dos dois conjuntos.

Entre os dois grafos, há 42 categorias em comum, o que quer dizer que existem 13 categorias que aparecem apenas no conjunto masculino, e 9 que aparecem apenas no conjunto feminino. Abaixo estão dispostas, seguindo os mesmos parâmetros estabelecidos antes, as categorias mais significativas em cada um dos grupos, a começar pelo grupo de jovens do sexo feminino, na Tabela 12.

Tabela 13: Categorias mais significativas do conjunto feminino.

Categoria	Diferença	Categoria	Diferença	Categoria	Diferença
Negros	4,7	Diversidade cultural	2,3	Povo	1,8
Indefinidos	3,8	Coletivos populares	2,2	Negativo	1,6
Desigualdade	2,9	Aculturação	2,1	Diáspora africana	1,5
Invasão	2,6	Roubo/expropriação	1,9	História indígena	1,5
Pessoas	2,5	Violência	1,9	Escravidão	1,5

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

No grupo feminino podemos reafirmar o que temos argumentado. Ao se tratar de personagens, há referências a coletivos que têm relação com os aspectos social e de diversidade, como Negros, Pessoas e Povo. É significativo que entre essas categorias não esteja presente nenhuma que faça menção a personagens individuais, mas que a segunda categoria mais expressiva, com quase quatro vezes mais marcações no grupo feminino, seja a que demarca um tipo de agente específico, “Indefinidos”.

Nesse sentido, encontramos entre as jovens de sexo feminino frases que remetem a eventos cujos agentes com os quais costumam estar relacionados não são desconhecidos nos

discursos praticados pela maioria dos jovens, como nos seguintes casos: “Foi então que através das grandes navegações *chegaram navegando* sempre a oeste à América”, “[...] *fizeram* a primeira missa no Brasil”, “[...] *encontraram* o pau-Brasil e o *exploraram e exportaram* para Portugal”, “Primeiro *chamaram* o Brasil de Terra_de_Vera_Cruz, depois Santa_Cruz e daí Brasil”, “[...] *descobriram* que o país era rico e *começaram* a roubar dinheiro e vendendo os índios”, “*Começaram a escravizar* os negros que moravam a maioria na África”, “A época da monarquia também foi muito marcada pela presença de escravos vindos da África, *que foram libertos tempos depois*”, “[...] *trouxeram* os africanos para serem escravizados e naturalmente tratados como animais”, “Começaram assim explorar os requisitos que havia pela terra”, “Durante esse período houve a época açucareira depois começaram a explorar o ouro, e minérios em geral e foi a partir daí que o território brasileiro foi explorado”, “*Eles acharam* uma árvore e chamaram de Pau_Brasil, ela foi quase extinta pois sobraram poucas”, “*Eles* aqui no Brasil *fabricam* soja, leite, café, guaraná, frutos nas árvores”, “*Eles adotaram* uma lei que poderiam votar para ter um presidente”, “[...] *nós lutamos* por mais democracia, mais educação, saúde, menos corrupção, menos morte”, “Vivemos em uma onda complicada em questão a política hoje em nosso país há muitas turbulências, nesse meio que precisamos aprender a conviver”.

Essa tendência de não-definição dos personagens pode demonstrar uma negação da agência dessas personagens indefinidas como atores da história, mas também demonstra, quando é o coletivo – e, em especial, o coletivo nacional – quem é indefinido, o que já havíamos constatado com a análise do capítulo anterior, que os jovens não se identificam com coletivos específicos do passado. A indefinição de um coletivo “nós”, inclusive, acontece em menor grau e sempre no presente, de maneira que a questão, nesse caso, não é tanto de identificação dos jovens para com o coletivo, mas de nossa identificação, no contexto da pesquisa, do coletivo a que os jovens estão se referindo, se é que se referem a algum específico e não apenas à abstração da coletividade. O fato de essa relação ser mais intensa entre as jovens de sexo feminino (quase 4 vezes mais), seja para com indivíduos ou coletivos, parece corroborar com aquela relação entre o pedagógico e o performativo, já destacada. A maior parte das frases, entretanto, faz referência ao coletivo “eles”, e entre as que o fazem, a maioria trata de eventos narrados como negativos do ponto de vista dos jovens. Assim, se há uma negação da agência dos personagens, em maior parte trata-se da negação da agência de coletivos aos quais os jovens não se mostram participantes, e que em outros discursos aparecem como antagonistas. Dessa maneira, o conjunto de frases cujos atores não são definidos também traz um contrapeso àquele

conjunto de frases que analisamos no capítulo anterior, onde os coletivos são veiculados como antagonistas. Mas, assim como essa tendência, a de indefinição dos personagens também não representa a maioria dos eventos. O que é significativo é isso ser quatro vezes mais frequente no conjunto discursivo feminino.

No que diz respeito a personagens que são definidos, podemos ver que entre as categorias mais destacadas no discurso feminino encontra-se apenas “Negro”¹⁸⁶, “Pessoas” e “Povo”; as categorias “Coletivos populares” e “Indefinidos” não são personagens, mas tipos de personagens, demarcando que se destacam esses tipos de personagem nesse conjunto. No discurso masculino, é possível perceber os seguintes personagens, “Brasil”, “Militares”, “Dom Pedro II”, “Dom Pedro I” e “Família Real”; entre os tipos de personagens mais destacados estão “Instituições” e “Nações”. Enquanto um traz, em seus discursos, coletivos populares e um coletivo ligado à diversidade¹⁸⁷, o outro veicula indivíduos, instituições, nações e um coletivo alheio ligados à esfera política da história do Brasil. Enquanto no discurso feminino os personagens parecem não ter tanto peso, por se limitarem a alguns poucos, no discurso masculino é o contrário.

Tabela 14: Categorias mais significativas do conjunto masculino.

Categoria	Diferença	Categoria	Diferença
Ditadura de 1964	4,3	História Monárquica	2
Brasil	3,6	Vinda da Família Real	2
Militares	3,6	História das Ditaduras	1,9
Dom Pedro II	3,1	Instituições	1,7
Golpe	2,7	Grandes navegações	1,7
Revolta	2,6	Família Real	1,6
Proclamação da República	2,5	Nações	1,6
Dom Pedro I	2,5		

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

De maneira geral, entre as categorias mais expressivas de cada conjunto, no discurso feminino existem 3 personagens, todos coletivos (Negros, Pessoas e Povo), 3 eventos históricos (Aculturação, Diáspora africana, Escravização), 4 atribuições de sentido (Desigualdade, Diversidade cultural, Roubo/expropriação e Violência), 1 atribuição de valor (Negativo), 2 tipos de personagem (Indefinidos e Coletivos populares), 1 tempo histórico (História Indígena)

¹⁸⁶ Vale destacar que, entre todos os 82 jovens que se autodeclararam negros e pardos, 44 –ou seja, mais da metade – está no conjunto feminino. Entretanto, como vimos anteriormente, a categoria “Negros” foi 1,9 vezes mais marcada no conjunto discursivo de jovens brancas/os, o que quer dizer que essa categoria está relacionada especificamente às jovens brancas, e não às jovens negras, e tampouco aos jovens brancos.

¹⁸⁷ Ressalta-se que a categoria diz respeito, de fato, apenas aos personagens veiculados nos discursos a partir do signo “negros”. Ela diferencia-se, por exemplo, de outras categorias que poderiam em alguns casos trazer o mesmo sentido, como “escravos” ou “escravizados”, que, apesar de deixá-la implícito, não dá ênfase à questão racial.

e 1 categoria referente ao sentido da colonização (Invasão). Entre as categorias destacadas no discurso masculino existem 5 personagens (Brasil, Militares, Dom Pedro II, Dom Pedro I e Família Real), sendo uma nação, dois coletivos alheios e dois indivíduos, 4 eventos históricos (Ditadura de 1964, Proclamação da República, Vinda da Família Real e Grandes Navegações), 2 atribuições de sentido (Golpe e Revolta), 2 tipos de personagens (Instituições e Nações) e 2 tempos históricos (História Monárquica e História das Ditaduras).

A partir dessa catalogação das categorias, parece ficar ainda mais evidente aquilo que temos destacado. É interessante que entre as jovens seja dado espaço maior tanto a referências relativas ao indígena, ao negro, aos coletivos populares e que haja várias menções a infortúnios – o que pode explicar a atribuição de valor “Negativo” seja mais destacado entre elas. Entre os jovens, não existem menções diretas a infortúnios (as categorias “Golpe” e “Revolta”, que poderiam ser enquadradas nesses termos não parecem ser compreendidas assim pelos jovens, já que quando mencionadas elas não são acompanhadas de juízo de valor). O que ganha mais espaço nesse conjunto são os personagens e os eventos históricos. É interessante que, para eles, tem mais peso o período da história monárquica e a história das ditaduras, momentos históricos em que os grandes heróis e personagens da nação são ressaltados. Mas enquanto no discurso feminino parece haver uma negação desses personagens (ou pelo menos um deslocamento em direção a coletivos, em especial o coletivo nacional e coletivos populares), o que podemos relacionar diretamente com a ênfase em aspectos negativos da história, no discurso masculino tem mais espaço o “Brasil” enquanto personagem, com o qual não se estabelece relação de identificação, na medida que é tomado como um “outro”, como comentamos no capítulo anterior.

Essas constatações parecem ser interessantes porquê de um lado podemos procurar entender como se estabelecem relações de identidade para com a história, a nação e o coletivo em um grupo que dá ênfase ao coletivo nacional e a coletivos populares, e que estabelece valor e atribui sentido aos acontecimentos, e de outro que enfatiza alguns grandes personagens individuais, nações e instituições, além de eventos específicos, mas no qual não se destacam atribuições de sentido e de valor, seja ao passado, ao presente, ao coletivo em específico, ou aos personagens no geral. Mas antes, para confirmar as tendências que identificamos analisando as categorias que sobressaem em cada conjunto, vamos analisar rapidamente todas as categorias reunindo-as nos conjuntos aos quais estão agregadas. Dessa maneira, queremos observar as 86 categorias que fazem referência a personagens procurando entender quantas estão presentes no

discurso feminino, quantas estão presentes no discurso masculino, e quantas menções a personagens no geral são feitas, somando todos os que integram os conjuntos¹⁸⁸.

Vamos começar com as categorias referentes a personagens. De todas as 129, existem 60 em comum nos dois conjuntos discursivos. As demais dizem respeito a personagens que são evocados em apenas um deles. No feminino existem 28, e no masculino 41. Há de se ressaltar que existem mais personagens no conjunto discursivo dos jovens apesar de ele ser menor em quantidade, de maneira que se fosse fazer o cálculo de proporcionalidade a diferença seria ainda mais expressiva. Mas essas categorias exclusivas de cada grupo são, em geral, pouco significativas (porque pouco frequentes), de maneira que o que esses números traduzem, é que há uma evocação mais diversa de personagens no conjunto discursivo masculino. Para saber se isso quer dizer uma maior utilização de personagens, no geral, somamos a frequência de todas as categorias referentes a personagens, mesmo aqueles em comum entre os conjuntos, que é onde está a maior parte deles. Nesse caso, no conjunto feminino são evocados 853 personagens, e no masculino, 651. Proporcionalmente isso quer dizer uma diferença de 9% a mais no conjunto feminino. Ou seja, apesar de haver uma evocação mais diversa de personagens no discurso praticado pelos jovens, são os jovens quem mais fazem uso deles nos discursos que praticam, não obstante o fato de em casos pontuais não os discriminarem ao escrever sobre o desenvolvimento de determinados acontecimentos.

Além disso, também importa para nós saber como é que esses personagens são utilizados. Já sabemos que no conjunto feminino é mais comum a veiculação de coletivos populares e de personagens indefinidos, e que no conjunto masculino são mais comuns personificações de instituições e nações. Entretanto, isso não quer dizer que esses são os tipos de personagens mais utilizados em cada um dos conjuntos, apenas que eles são acentuadamente mais comuns tendo como parâmetro o outro conjunto. Os mais comuns, em ambos, são primeiro os “Coletivos Étnicos/Nacionais”, seguidos de “Indivíduos” e depois “Sem Agentes”, ou seja, frases que narram acontecimentos que “apenas acontecem”, sem a aparente interferência ou vinculação de personagens de nenhuma espécie. No conjunto masculino, “Coletivos Étnicos/Nacionais” e “Indivíduos” aparecem quase em igualdade (a diferença de um para o outro é de 20 marcações), enquanto no conjunto feminino a utilização de coletivos étnico/nacionais nos discursos representam quase o dobro das de indivíduos. Podemos entender

¹⁸⁸ Para acessar a tabela onde estão dispostas todas as 277 categorias, ver a nota de número 102 no capítulo anterior.

melhor esses números visualizando a Tabela 14, abaixo, onde está exposta a relevância que cada tipo de personagens tem em cada conjunto.

Tabela 15: Espaço dado a cada tipo de personagem (em porcentagem).

Conjunto Feminino		Conjunto Masculino	
Coletivos Étnico/Nacionais	38,8	Coletivos Étnico/Nacionais	31
Indivíduos	20,6	Indivíduos	28,6
Sem agente	15,1	Sem agente	15
Coletivos Alheios	10,3	Coletivos Alheios	12,7
Coletivos Populares	7,7	Nações	4,9
Nações	2,8	Coletivos Populares	3,5
Indefinidos	2,5	Instituições	3,3
Instituições	1,8	Indefinidos	0,6

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Levando em conta o que trouxemos nos dois parágrafos anteriores fica claro que nos discursos praticados pelos jovens existe uma variação maior de personagens individuais e que eles são mais utilizados do que nos discursos praticados pelas jovens, onde há uma variedade menor de personagens, entre os quais os mais evocados são os Coletivos Étnicos/Nacionais, como negros, conforme é possível ver na Tabela 12 – e que é muito mais significativo nos discursos que praticam do que no praticado pelos jovens do sexo masculino – mas também outros, como “Ingleses”, “Italianos” ou “Pardos”, três categorias referentes a este tipo de personagem mas que estão presentes apenas no discurso feminino. É significativo dessa diferença entre os discursos que, por mais que a menção a negros seja quase 5 vezes maior no discurso feminino, a única menção a “Zumbi dos Palmares” tenha sido feita entre os jovens do sexo masculino. Mas o que é curioso é que em ambos os conjuntos o terceiro tipo de personagem com mais expressão seja “Sem Agentes”, à frente de “Coletivos Alheios”, “Coletivos Populares”, “Nações”, “Instituições” e mesmo de frases onde os personagens são “Indefinidos”.

A grande quantidade de vezes em que não há agente nos discursos pode ter relação direta com três circunstâncias que percebemos na análise do capítulo anterior: a falta de identificação dos jovens para com coletivos específicos do passado e a ausência de suas figuras como agentes da história no presente. Para além da *relação* de pertencimento, identificação e agência, essa inexistência pode ser também um reflexo – ou um sintoma – da maneira como a identificação dos jovens para com a nação é estabelecida nesses três termos, na medida que esse fenômeno pode estar acompanhado da compreensão de história como uma sucessão de acontecimentos que independem da ação humana, onde subentende-se sua própria agência e de seus semelhantes.

Como já comentamos, estamos analisando ao todo 1.349 frases, das quais 718 compõem o conjunto feminino e 621 o masculino. Ao todo, existem 853 marcações no discurso feminino e 651 no discurso masculino referentes aos personagens, nas frases onde existem personagens. As marcações que fazem referência a frases sem agentes são 115 e 89, respectivamente. Esse último número corresponde a cerca de 15% de todas as marcações referentes ao tipo de personagens em ambos os conjuntos discursivos. Mas existem algumas ressalvas nessa comparação, porque as marcações que fazem alusão a frases “Sem Agentes” dizem respeito apenas a frases onde os acontecimentos, na estrutura narrativa, se desenrolam sem a intervenção de personagens. Já as categorias que demarcam os personagens não distinguem sua agência. Em detrimento disso, é preciso trazer também os dados sobre a agência. Ou seja, se esses personagens são agentes (protagonistas) dos acontecimentos, ou então passivos, afetados e/ou figurantes em relação a eles. Para isso vamos trazer outros dois grafos que mostram a relação entre as categorias de agência e as que demarcam o tipo de personagem.

Grafo 14: Grafo referente ao conjunto feminino, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem).



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

Podemos ver no Grafo 14, acima, e no Grafo 15, abaixo, quais são os grupos que comumente assumem cada tipo de agência em cada um dos conjuntos discursivos. A disposição dos dois grafos, neste caso, é bastante semelhante. Em ambos é possível visualizar que os personagens que se destacam são os “Coletivos Étnicos/Nacionais” e os “Indivíduos”. Esses últimos costumam aparecer na maior parte das vezes como protagonistas. Entretanto são os

coletivos “Coletivos Étnicos-Nacionais” quem mais vezes assumem essa função, como podemos ver pela aresta que liga os dois nós, mas na maior parte das vezes eles são figurantes, passivos e/ou afetados. E aqui vale uma rápida menção ao fato de que nesse mesmo rótulo encontram-se personagens que na maior parte das vezes não são veiculados como agentes, como “negros” e “indígenas”, e outros que o são, como “portugueses”.

Grafo 15: Grafo referente ao conjunto masculino, contendo 9 nós (relação entre categorias de sentido: agência e tipo de personagem).



Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Nota: Organizado pelo autor.

Na análise do capítulo anterior pudemos ver que em âmbito geral o mais frequente dos antagonistas dos discursos são coletivos nacionais como “portugueses” além de outros personagens que remetem direta ou indiretamente a este grupo, apesar de na maior parte das vezes ele aparecer assumindo outro tipo de agência. Aqui estamos visualizando o *tipo* de personagem que mais vezes assume o papel de antagonista, protagonista e figurante, passivo e/ou afetado, na história escrita pelos e pelas jovens. Existem dois outros pontos que são interessantes. O primeiro é que os “Coletivos Populares” formam um grupo modular à parte, o que quer dizer que ele figura entre os tipos de agência nos discursos, apesar de o peso estar em figurante/passivo/afetado em ambos os casos, mas de maneira mais intensa no grupo feminino. Outro elemento é que os antagonistas variam para os dois conjuntos. No feminino são mais

acentuadamente “Instituições” e “Nações”¹⁸⁹. No conjunto masculino estas últimas são protagonistas, e quem assume o papel de antagonista são os “Coletivos Alheios”.

De maneira geral, no tocante à agência dos personagens que são evocados nos discursos existem 772 marcações no conjunto discursivo feminino e 604 no conjunto discursivo masculino¹⁹⁰. Dessas, cerca de 70% em ambos os conjuntos demarcam momentos onde os personagens são agentes (protagonistas ou antagonistas). Em ambos os discursos em aproximadamente 30% das evocações os personagens aparecem como figurantes, passivos e/ou afetados. Esses números, mesmo se acrescentarmos as frases sem agentes, não parecem de princípio apontar para uma construção da história pelos jovens como caracteristicamente escassa em agentes, haja vista que podemos entender esses 30% como personagens afetados pelas ações dos protagonistas, ou simplesmente “coadjuvantes”, o que seria esperado dentro do formato narrativo. Entretanto é pertinente, ainda, acrescentar um novo elemento para análise, que são os eventos e os acontecimentos históricos.

Somando eventos únicos, categorias referentes aos sentidos da colonização e algumas categorias de atribuição de sentido que fazem referência a acontecimentos¹⁹¹, existem 105 menções nos dois conjuntos discursivos. No discurso feminino existem, ao todo 831 acontecimentos veiculados nos discursos, enquanto no discurso masculino há 744. Proporcionalmente, existem mais menções a acontecimentos no discurso masculino, são cerca de 6 por discurso, do que no feminino, onde há 5,3. Apesar de a diferença ser pequena, isso corrobora para o que observamos anteriormente, com relação ao fato de os jovens estarem mais ligados a uma história factual. Se discriminarmos os números vemos que, comparativamente, no discurso masculino os eventos singulares e específicos têm presença proporcionalmente

¹⁸⁹ A maior evocação de “Brasil” como personagem, na narrativa masculina, pode ter relação com esse fato.

¹⁹⁰ É possível notar que existe uma pequena diferença entre esses números referentes à agência e o número de personagens. Isso acontece porque a marcação da agência dependia da existência de uma palavra que se referisse a um personagem em específico, dado nossas finalidades, enquanto para a marcação de personagens (cuja finalidade foi procurar entender a relação deles com outros elementos, como outros personagens, eventos, atribuições de sentido, etc.) isso não era preciso. No interior das narrativas não é incomum que um personagem como, por exemplo, Juscelino Kubitschek seja mencionado uma primeira vez a partir de um substantivo próprio, como “JK”, e que depois ele volte a ser evocado a partir de um pronome pessoal como “ele”. No caso da agência marcou-se apenas o primeiro caso, enquanto na marcação do personagem marcou-se os dois. Isso aconteceu por conta da inexistência de um signo específico que o marque para a realização da análise posterior. Caso tivéssemos marcado o pronome pessoal “ele”, essa mesma palavra iria se referir a diversos personagens diferentes, não sendo possível fazer a diferenciação e a identificação dos personagens que são agentes.

¹⁹¹ São acontecimentos que extrapolam a temporalidade do instante – para fazer referência à “tirania do instante” de François Hartog, 2013. –, sendo recorrentes em diferentes tempos históricos abordados no decorrer das narrativas, e que por isso acabam transformando-se em possíveis núcleos de sentidos, tal qual constatamos com relação a categorias como “desenvolvimento” e “corrupção” no capítulo anterior. Ao todo foram somados os seguintes: Abuso sexual, Corrupção, Crescimento demográfico, Crise, Desenvolvimento, Exploração, Golpe, Guerra, Melhora, Miscigenação, Morte, Piora, Poluição, Revolta, Roubo/expropriação, Violência.

maior (550 no masculino e 559 no feminino), enquanto no feminino são mais evocados acontecimentos gerais, como aqueles que demarcamos como atribuições de sentido (272 no feminino e 194 no masculino).

Se contrastarmos o número de eventos (831 e 744), somados os em que não há agentes (115 e 89), e tomarmos esses números em relação à quantidade de personagens agentes nos discursos (aproximadamente 530 no discurso feminino e 435 no masculino) vemos que é significativo na estrutura textual dos e das jovens um certo vazio de personagens, mas também de protagonistas, haja vista que muitas das personagens são figurantes, passivos e/ou afetados em relação a acontecimentos sem agentes, o que dilui os personagens também nas frases marcadas como “Sem Agente”. Nesse sentido podemos encontrar, tanto no discurso feminino, como no masculino, frases como: “Anos depois *veio o tráfico negreiro e a exploração de povo que nem eram daqui*”, “Além da mão de obra indígena *foram trazidos escravos que continuaram sendo explorados* por muitos anos no país” “*Com a abolição no país, os escravos puderam ser livres*”, “Em 1822 *o Brasil vira independente* não há tantas mudanças significativas de imediato mas já é um avanço para o povo”, “*E o Brasil foi se perdendo* e essa é a história do Brasil”, “Teve também a época da ditadura militar, onde milhares de pessoas morreram injustamente”; e no masculino: “*Brasil se transforma* numa colônia de exploração”, “Durante o Brasil Colônia, muitas coisas aconteceram, escravizações dos indígenas, exploração do pau-brasil, exploração de novos territórios, dentre outras ocorrências”, “Em 7 de setembro de 1822 foi declarada a independência deste dia em diante o Brasil não era mais colônia e passou a ser um país um império”, “No século XIX também *aconteceu a abolição da escravidão* e antes disso existiam leis como a do ventre livre e sexagenários”, “As crises pelas quais o mundo como um todo passou e o advento das grandes guerras *levaram a um golpe de estado* que colocou o poder em definitivo nas mãos dos militares”.

É possível visualizar, dessa forma, que uma parte considerável dos discursos, em ambos os conjuntos, privilegiam o enredo em detrimento dos personagens. No discurso feminino, cerca de 41% dos acontecimentos não é acompanhado de agente, enquanto no discurso masculino esse número chega a 48%, quase a metade dos acontecimentos. Dessa perspectiva, a exploração do território, a escravização de negros e indígenas, o tráfico e a diáspora de africanos, a independência, a abolição da escravatura, a proclamação da república/golpe republicano, o golpe militar – eventos destacados nas frases acima – são descolados da agência de personagens. Quando muito, nesses casos, eles são vinculados a acontecimentos que os antecedem ou que os sucedem, ligando-os numa linha narrativa que se retroalimenta. No

discurso feminino: “Após a Independência o que tinha para melhorar e não foi bem assim, vieram as revoluções, reformas, lutas, violência, corrupção e diversos momentos marcados por guerras de governo contra manifestantes”, “Como ninguém mais trabalhava de graça, surgiu o trabalho assalariado”, “Depois da lei áurea, quando os escravos ganharam liberdade eles não tinham muitos recursos para conseguir um lugar para morar, então surgiram as periferias”, “Em 1920 quando o Brasil passa por um processo de industrialização e êxodo rural, surgem novos problemas que acabam levando ao governo de Vargas”; No discurso masculino “Por conta da insatisfação pela monarquia, e outros fatores, foi realizado um golpe e instalado uma república”, “Com a abolição da escravidão e a declaração da república brasileira se formou o império, passando por várias revoltas contra o Estado que poucas vezes se debruçava pela vontade do seu povo”, “Em 1888 a escravidão é abolida mas ainda traz consequências socioculturais e econômicas”, “Em 1964 tivemos um golpe militar e em seguida veio a ditadura um período conturbado onde pessoas eram perseguidas torturadas e mortas”.

Quando, nesses exemplos, os personagens existem, eles são relegados a apêndices do enredo, sendo alheios aos acontecimentos, ou, no limite, sendo afetados por eles. Mas, de novo este tipo de discurso não é o majoritário. Entretanto, tendo em vista a proporção personagem/acontecimentos, e ainda, personagem/agente, vemos que ele acaba se tornando expressivo. Com isso não queremos afirmar uma necessidade de vincular ao discurso sobre a história uma miríade maior de personagens. O que, nesse ponto, é importante em nossa compreensão é a agência que estes assumem, em especial quando trata-se de personagens com os quais os jovens sentem-se representados e/ou nos quais sentem-se incluídos, já que isso pode ter relação com a auto percepção de agência individual e coletiva dos jovens enquanto parte constituintes: primeiro no tocante ao seu lugar na história, e depois da agência que assumem.

Com relação ao fato de a história do Brasil construída pelos jovens ser uma história alienada em sujeitos podemos dizer, tendo em conta os números levantados, que essa afirmação é verdadeira para o conjunto discursivo das e dos jovens que participaram de nossa pesquisa. O levantamento dessas informações referentes aos personagens e aos eventos e acontecimentos trazidos pelos jovens em seus discursos não só nos dá uma ideia de como se constitui, de maneira geral, seus discursos sobre seu país, como também traz contribuições para problematizarmos o elemento-chave de nossa pesquisa que é a identidade nacional. Não queremos cair no risco de fazer essencialismos, nem de estabelecer nexos causais ilusórios. Para além de tomar como pressuposto que esses elementos discursivos têm intensa ligação com a identidade nacional, supomos que os personagens dessas histórias – por tratarem-se de

discursos que embasam a identidade nacional –, bem como o lugar que assumem, têm relação com o pertencimento e a noção de agência individual por parte dos jovens. Esse pensamento vai de encontro ao de Maria Luís Rovisco, quando esta argumenta que referentes da vida em comunidade como acontecimentos, eventos e indivíduos, “sendo frequentemente apropriados e objecto de representação nas ‘histórias nacionais’, se afiguram, portanto, susceptíveis de influenciar, ainda que irreflectidamente, as pertenças colectivas e muito especialmente as pertenças nacionais”¹⁹².

No capítulo anterior identificamos uma relação de identidade e de alteridade que se estabelece e varia de acordo com a temporalidade – em muito por conta desses “referentes da vida em comunidade”, a que alude Rovisco – num sentido positivo, do passado em direção ao presente. Partindo dessa reflexão, é pertinente ainda trazer informações que dizem respeito à configuração temporal dos discursos praticados pelos jovens antes de passar a analisar especificamente os marcos encontrados nas categorias referentes à identidade. No capítulo anterior vimos que no presente existe uma relação de identidade e pertencimento entre os jovens para com o coletivo nacional, que, entretanto, não é agente de seu tempo; no passado, a inexistência de um coletivo que seja associado ao coletivo nacional tensiona uma relação de alteridade, mas que é acompanhada de uma agência coletiva na incorporação do “nós” como agente de acontecimentos históricos. Uma de nossas intenções com essa análise é procurar compreender como é que essa relação, em termos temporais, é estabelecida pelos jovens de sexo masculino e feminino, cujo discurso praticado diferencia-se no tocante a determinados elementos que ganham centralidade em cada conjunto: enquanto em uma a ênfase é dada a aspectos políticos (masculino), a outra enfatiza aspectos sociais (feminino); enquanto os primeiros ressaltam personagens individuais, as segundas o fazem com relação a coletivos, em especial coletivos populares.

No conjunto discursivo das jovens o espaço destinado ao passado corresponde a aproximadamente 81,2%, o presente a 17,1% e o futuro a 1,5%. No conjunto discursivo dos jovens, o passado corresponde a aproximadamente 83,5%, o presente a 15,6% e o futuro a 0,7%. Esses dados não são importantes por si mesmo, mas porque posteriormente é preciso estabelecer a proporcionalidade para comparar a relevância das categorias de identidade/alteridade em termos temporais, haja vista que seria natural que fossem encontrados mais referentes de identificação para com o passado em detrimento das outras temporalidades, tendo em conta que

¹⁹² Rovisco, 2003, p. 12.

esta goza de mais espaço que as outras nos discursos, como é possível visualizar através das porcentagens. Os resultados referentes aos tempos históricos podem ser visualizados na tabela abaixo. A partir dela fica evidente que no discurso feminino a maior parcela dos discursos é reservada ao passado mais longínquo atribuído ao Estado-nação, que resulta da soma de História Colonial e História Indígena, mas também é dado maior ênfase à História Recente do que no conjunto discursivo masculino. No conjunto masculino, apesar de a História Colonial ocupar quase a metade do espaço dos discursos, os períodos seguintes também tem uma entrada considerável; destaca-se o fato de a História Indígena ter espaço significativamente menor do que no discurso feminino, e de a História das Ditaduras e a História Monárquica gozarem de um espaço maior, o que já havíamos antevisto na análise das categorias mais significativas de cada conjunto discursivo, na Tabela 12 e na Tabela 13.

Tabela 16: Espaço destinado aos tempos históricos (em porcentagem).

Conjunto Feminino		Conjunto Masculino	
História Colonial	52,5	História Colonial	45,7
História Recente	14,5	História Monárquica	15
História Indígena	11,5	História Recente	13,3
História Republicana	8,9	História Republicana	11,7
História Monárquica	8,3	História Indígena	6,8
História das Ditadura	3,5	História das Ditadura	6,2

Fonte: Dados do projeto *O país e o mundo em poucas palavras*, 2018.

Se voltarmos aos grafos 12 e 13 é possível notar que a categoria de identidade está situada, em ambos os casos, no grupo modular que agrega elementos relacionados ao presente e à temporalidade mais recente da história, assim como no grafo geral, analisado no capítulo anterior. A categoria que demarca alteridade encontra-se – também nos dois casos – em meio a nós que fazem referência à história colonial, que é, como já dissemos, o momento ao qual é reservada a maior parte dos discursos. Também é possível notar pelos dois grafos que o nó que representa a categoria de alteridade é significativamente maior do que o de identidade, representando, numericamente, 2,7 vezes mais marcações no caso feminino, e 2,3 vezes mais no conjunto masculino.

Adentrando às diferenças entre os dois conjuntos, é significativo que entre as jovens existam, proporcionalmente, mais referências de identidade – não obstante o que havíamos suposto no capítulo anterior, sobre a falta de representação, ao menos no que tange aos personagens que compõem e que agem na história –, mas também há mais referências relativas à alteridade, esta última, inclusive, mais acentuada (o primeiro cerca 1,2 e este 1,4 vezes mais). Para que possamos nos aprofundar na natureza dessa diferença (se é que esse é um exercício possível), precisamos compreender melhor quais são os elementos que são mobilizados nos

discursos de identidade e de alteridade praticados pelas e pelos jovens. Entretanto, na medida que a marcação dos referenciais de identidade é limitada por elementos discursivos específicos, imaginamos que muito dessa diferença tem a ver com os elementos que viemos destacando como mais característicos em cada um dos discursos.

Além deles, adentrando agora às categorias de identidade e alteridade, podemos ver que no discurso feminino existem 19 referenciais de identidade. A maior parte, referente a 43%, diz respeito a “país”; outros 33% a coletivos, desde coletivos indefinidos, mas também povo, brasileiros, jovens, humanos e sociedade; 10% fazem referência à terra e às riquezas e recursos naturais da terra; e por fim, outros 13% referem-se aos outros 10 referente de identidade, a saber, tia/vó, casa, cidade, Brasil, representantes, negro, história, índios, imigrantes, colonizadores. No discurso masculino existem 12 marcos de identidade: 39% refere-se a coletivos indefinidos ou povo (este último diz respeito a apenas 3%), 35% a país, 16% à terra e a recursos naturais, e outros 9% são relacionados aos demais: Brasil, portos, costumes, império, língua e história.

É curioso que o estabelecimento de identidade para com os elementos discriminados acima na maior parte das vezes é realizado de duas formas: em termos de posse ou de pertencimento. A relação da categoria de identidade para com o país, por exemplo, que na maior parte das vezes se dá no caso de posse, traduz mais o pertencimento à nação e ao coletivo nacional, do que à identificação propriamente dita para com o Estado-nação. É possível perceber isso na evocação do pronome possessivo “nosso” que antecede a palavra “país”, e que traz implícito tanto a noção de que há um nós, como a de que há um nós em um lugar específico, que nesse caso é o país, ou, em outras palavras, o Estado-nação. Nesse sentido, em ambos os conjuntos vemos frases como, no discurso feminino: “nosso país foi descoberto por uma colonização de brancos”, “Bom, nosso país, o Brasil, foi descoberto pelo português Pedro Álvares Cabral no ano de 1500”, “A história do nosso país foi bem longa”; e no masculino: “A história que conhecemos de nosso país começa com a chegada dos portugueses”, “Já no início do século XVIII após o desbravamento de nossas terras descobriu-se jazidos de metais preciosos em nosso país”, “Antes do ‘descobrimento’ do Brasil pelos portugueses já existiam nativos habitando nosso país, dessa forma, o temo descobrimento torna-se incorreto”. Dentro disso, um elemento curioso é a utilização do pronome possessivo na primeira pessoa do singular, “meu”, que é mais comum entre os jovens. Das frases que fazem referência ao país, entre as jovens, 71% utiliza nosso, enquanto entre os jovens isso acontece 59% das vezes, o que dá mais um sinal de uma relação mais forte com o coletivo por parte das jovens.

Esse fenômeno, que pode ser entendido como uma alienação do coletivo acontece de maneira parecida com as frases cujo referencial de identidade é o próprio coletivo. A maior parte das menções ao coletivo não traduz necessariamente uma relação de identificação, mas o reconhecimento da existência do coletivo e de sua inclusão nele por meio de experiências passadas compartilhadas. Esse reconhecimento algumas vezes é deslocado temporalmente, o que nos diz que há o reconhecimento, por partes dos e das jovens, de pertencimento a um coletivo alheio temporalmente a si. Não se trata da nação como comunidade de destino, nesse caso (e em especial porque a prospecção de futuro é colocada à margem, como já destacamos anteriormente), mas como uma comunidade de passado. Podemos destacar as seguintes frases que são recorrentes, de novo, em ambos os conjuntos: no feminino: “Vai passando o tempo o Brasil passa a ter uma república oligárquica onde temos figuras importantes”, “Passamos por um período de Ditadura, em que um golpe de Estado privou muitas pessoas de seus direitos básicos”, “Ainda tivemos dois presidentes depostos FHC e Dilma que sofreu um golpe”; no masculino: “Nosso primeiro produto era o açúcar”, “Vou pular para 1888 quando por pressões internacionais abolimos a escravidão e foi só isso mesmo porque os ex-escravos continuaram a se foder”, “Depois temos a eleição de Getúlio Vargas e em 1964 o Golpe Militar que durou 21 anos”.

Isso coloca ênfase sobre outros dois pontos curiosos de diferença substancial entre o discurso feminino e o masculino. Primeiro que, conforme pode ser percebido pelos próprios exemplos destacados por nós no parágrafo anterior, os jovens fazem mais menções a um passado mais distante. O segundo é que na maior parte das vezes em que os coletivos são referenciados textualmente não se trata da referência a um coletivo-como-personagem, mas a uma ideia de participação coletiva na história – seja assumindo a figura do coletivo nacional ou do próprio país na utilização de verbos na primeira pessoa do plural – que não é acompanhada de um sentido de agência, indo mais ao encontro de um compartilhamento de experiências passadas com o coletivo, conforme já havíamos ressaltado. Mas enquanto esse segundo fenômeno está presente em 40% dos discursos identitários das jovens onde há a menção ao coletivo, dividindo espaço com outras figurações do coletivo daí sim enquanto personagem, seja passivo, afetado ou ativo em relação aos acontecimentos, para os jovens ele diz respeito a todos os discursos, menos um, onde há menção ao coletivo como afetado mediante acontecimentos alheios a ele. Dessa maneira, se para os jovens há mais menções ao coletivo nos discursos identitários, é apenas no discurso praticado pelas jovens onde há a vinculação desse coletivo como personagem, e então como agente da história, conforme podemos ver, por

exemplo, nas seguintes frases: “Passamos por um período de Ditadura, em que um golpe de Estado privou muitas pessoas de seus direitos básicos”, “É errado achar que somos melhores superiores aos nossos antecedentes pois fazemos atrocidades sobretudo políticas até hoje”, “Atualmente, vivemos em uma República democrática, em que os governantes são eleitos pelos votos da população”.

Nessa acepção, comum apenas no discurso feminino, o coletivo deixa de ser apenas uma figura que marca a experiência coletiva – ou seja, o passado comum aos jovens e o coletivo nacional – e passa a ser agente, mesmo que não necessariamente ator, mas também (na maior parte dos casos) afetado ou meramente passivo aos acontecimentos. Esse fenômeno tem relação com o primeiro ponto que havíamos destacado: a dimensão temporal. A maior parte dos marcos de identidade encontrados estão localizados, como dimensão da estrutura discursiva, num período temporal passado, tanto de maneira absoluta, como também proporcionalmente, isso em ambos os discursos. Mas para os jovens o passado tem mais espaço. Antes de colocarmos os dados em números é importante esclarecer que nesse ponto tivemos que analisar os discursos de identidade em dimensões temporais que vão para além de simplesmente passado, presente ou futuro, na medida que boa parte deles estabelecia uma ordem que vinculava passado-presente, presente-futuro ou passado-presente-futuro. Como ilustração podemos ver nas frases destacadas no parágrafo anterior, por exemplo, que a primeira faz referência exclusivamente ao passado, a segunda ao passado-presente, e a terceira ao presente.

No caso dos jovens 60% dos marcos identitários referem-se ao passado, 28% a frases que fazem referência a relação entre presente-passado, e 11% ao presente. No discurso praticado pelas jovens a distribuição é mais diversa e traz algumas menções à esfera temporal do futuro: 42% referem-se ao passado, 29% a presente-passado, 21% ao presente, 5% ao presente-futuro, e existe ainda uma frase onde é feita menção exclusivamente a uma prospecção do futuro, e outra onde é possível encontrar um encadeamento entre passado-presente-futuro. O que é mais interessante de destacar, para não nos delongarmos na análise de cada uma dessas dimensões, é que a maior parte das menções ao futuro são relacionadas ao coletivo nacional, e em todas elas o coletivo é agente ativo, protagonista do acontecimento narrado, como nas seguintes frases: “Nós ainda temos esperanças que o país vai melhorar e isso que faz com que o povo continue lutando para sobreviver”, “Sorte a nossa que a história é contínua e podemos nós jovens dar um novo rumo a ela, com consciência e responsabilidade”, “O Brasil tem uma história marcada por lutas e corrupção, o que não podemos é perder as esperanças em um Brasil melhor para todas as pessoas”, “Esses problemas enraizados em nossa sociedade tem sido

discutidos com mais abertura nos últimos anos, através de redes sociais e outros tipos de movimentos, porém ainda existe muito a se discutir”.

De maneira parecida acontece com presente, ao que é dedicado mais espaço no discurso de identidade praticado pelas jovens, e que em várias passagens é feita referência ao coletivo nacional como agente, mesmo que não necessariamente como protagonista, mas também passivo ou afetado. O que merece destaque é que apesar de a maior parte desses discursos identitários trazerem como pano de fundo o passado, eles não correspondem ao espaço que é dedicado ao passado no contexto geral dos discursos, em que mais de 80% fazem referência a ele, tanto no discurso feminino, como no masculino, conforme já apontamos anteriormente. O que isso parece afirmar é que o estabelecimento de identidade tem mais expressão na relação entre os tempos, em especial no presente, que é a dimensão espacial de quem enuncia o discurso. Mas não poderíamos afirmar que ele não esteja presente naqueles discursos onde não há o estabelecimento dessa relação, já que nossa análise acaba sendo limitada pela existência ou não de elementos textuais que sinalizam identidade/alteridade, quando essa ligação certamente os extrapola.

Outro ponto que diferencia os dois os conjuntos, são os demais referenciais de identidade, a maior parte deles referentes ao passado. De maneira geral, enquanto no discurso feminino existem alguns outros coletivos e personagens, no masculino existem elementos mais abstratos – no sentido do “ideal” que havíamos destacado na discussão do capítulo passado –, como costumes e língua, e império e porto, estes últimos fazendo referência a elementos materiais constituintes do passado. Soma-se a isso a pequena diferença na relação com a terra e os recursos naturais, que também aparecem nesse sentido, como já comentamos. Mas antes de traçarmos alguns comentários sobre a agência, que está relacionada a essa discussão, é pertinente passarmos à análise da categoria de alteridade. Elas são constituídas de maneira mais simplificada – apesar de terem maior expressão – haja vista que tanto no discurso feminino quanto no masculino os marcos de alteridade estão todos relacionados a personagens. Nesse sentido, na medida que o coletivo ao qual os jovens se sentem pertencentes em diversas vezes não é definido textualmente para além do “nós”, é na negação do outro que ele se constitui. Esse outro na maior parte das vezes diz respeito aos portugueses e aos indígenas, somando 81% das vezes no discurso feminino e 79% no discurso masculino. Com relação à esfera temporal, a maior parte das evocações dizem respeito ao passado. No discurso feminino isso condiz a 95% dos discursos, e no masculino a 98%, não havendo nos discursos de alteridade praticados por estes últimos a dimensão temporal futura. Como pontuamos no capítulo anterior, a agência

desses coletivos do passado assume traços diferentes entre si. O português, por exemplo, é o mais frequente antagonista do passado, mas também o coletivo que mais vezes assume o papel de protagonista, enquanto o indígena é, na maior parte das vezes, figurante, passivo ou afetado.

A agência, nesse sentido, parece ser mais significativa nos discursos identitários: há mais frases nos discursos de identidade praticados pelos jovens onde fica explícita a ideia de pertencimento ao coletivo nacional, mas elas não são acompanhadas de um sentido de agência na medida que esse coletivo não personifica um personagem específico e não assume agência. No discurso de identidade praticado pelas jovens há menos menções ao coletivo, mas mais momentos onde o coletivo – onde estão incluídas – é agente. Assim, se há, proporcionalmente mais marcos de identidade no discurso feminino podemos relacioná-lo com esse reconhecimento do coletivo nacional não apenas como entidade abstrata que acompanha o desenvolvimento da história, mas como personagem da história, e mais do que isso, agente em alguns casos. Não podemos deixar de mencionar o presente e o futuro, dimensões às quais é dedicada mais atenção por parte das jovens – ao futuro, mesmo que ainda ocupe um espaço pequeno, foram feitas mais do que o dobro de menções do que no discurso masculino.

O que chama a atenção é que isso vai em direção oposta ao que havíamos suposto anteriormente, sobre as jovens se identificarem menos com a narrativa mestra da história por não haver nela personagens que as representem. Uma hipótese que podemos estabelecer é a de que, na inexistência de personagens que as representem dentro da narrativa mestra da história – seja aquela veiculada por espaços formais, como a escola, por espaços informais, ou a partir de outras formas de representação do passado que não necessariamente a historiografia – é na afirmação da diferença – no caso dos negros e indígenas – e da coletividade que elas encontram o espaço de pertencimento e de identificação em seus discursos, apesar de não haver um personagem ou um conjunto que recorte especificamente o sexo¹⁹³. Mas, se as jovens estabelecem mais marcos de identidade parece que isso se deve ao fato desses marcos estarem relacionados a um passado mais recente do que aquele ao qual os jovens fazem referência, tendo como elemento central a figura do coletivo-como-personagem. Quando se trata de um passado mais longínquo onde inexistente a figura definida do coletivo nacional, e onde o coletivo é a figuração da coletivização da experiência e do passado, são os jovens quem estabelecem mais

¹⁹³ Ocorre o contrário, entretanto: é apenas no conjunto discursivo feminino que a categoria Homens entra no recorte do grafo, com quase o dobro de evocações do que no discurso masculino. Entre os marcos de alteridade, o personagem “homens” é o sexto mais evocado pelas jovens, representando 1,7% dos discursos, dando a entender que não se trata substancialmente da referência a esse léxico como forma de se referir à coletividade universal, como, por exemplo, humanidade. O mesmo não aparece nos discursos de identidade.

marcos de identidade. Com isso queremos dizer que talvez o que observamos não vá necessariamente em direção oposta, como acabamos de afirmar (estamos tratando de hipóteses nesse momento, afinal), mas que a existência de mais marcos de identidade entre as jovens é sintoma da relação entre o pedagógico e o performativo que discutimos no capítulo anterior, mas que fica limitada, nesse caso, à dimensão do presente e do passado recente, onde as jovens incluem-se como parte constituintes da história na figura do coletivo nacional, que inexistia no passado.

Esses dados se aproximam daqueles resultantes da análise na seção anterior. Entretanto, há, aqui, uma diferença mais demarcada entre os dois conjuntos. Essa diferença se assenta em três categorias centrais: identificação, pertencimento e agência. Apesar de haver uma diferença nítida no que diz ao estabelecimento da identidade nacional entre os dois conjuntos, não há como saber especificamente ao que ela se deve. Existem dois elementos internos aos discursos e um externo que fornece possibilidades de compreensão. A começar pela dimensão temporal intrínseca aos discursos, que, entretanto, não se limita à temporalidade deles, mas que diz respeito também às relações estabelecidas para com a história e o discurso histórico. O outro ponto é a aproximação com eixos temáticos específicos: exploração e diversidade, no caso das jovens, e política, no caso dos jovens. Por fim, poderíamos supor que, dado os contornos que cada conjunto discursivo apresenta, pode haver uma relação com temas relacionados ao sexo, em específico no que diz respeito ao tema da virilidade e das masculinidades, haja vista que a história política, mais presente no discurso masculino, é uma história centrada nos grandes heróis – quase todos masculinos –, em grandes acontecimentos e em enredo com contornos épicos e míticos¹⁹⁴. Voltaremos a essas questões na próxima seção, onde os resultados dessa seção e da anterior serão contrastados e discutidos.

4.3 QUEM CONTA O ESTADO-NAÇÃO?

Em “Quem canta o Estado-nação”, Judith Butler e Gayatri Spivak¹⁹⁵ escrevem sobre aquelas pessoas cujas categorias normativas as qualificam na condição de sem-estado, mesmo que vivam dentro de um Estado, sob o controle do poder de um Estado, e, além disso, tendo sua condição reproduzida por esse mesmo Estado. No caso das análises que foram estabelecidas nas seções anteriores, estivemos investigando sujeitos “qualificados” na condição de cidadãos

¹⁹⁴ COLOM GONZÁLES, 2013, p. 117.

¹⁹⁵ Ibid., p. 17-25

do Estado-nação, mas desqualificados do discurso da nação; do ponto de vista da nação como discurso, podemos dizer que as/os jovens contam o Estado-nação, mas que nem todos/as são contados por ele, assim como também não são plenamente encantados por ele, no sentido de que o estabelecimento da identidade nacional assume contornos irregulares, ao menos a contar a pelos discursos sobre a história da nação que foram analisados.

Para entender as faces da identidade nacional nos discursos praticados pelos/as jovens, brancas/os e negros/as, vamos nos ater a dois tipos de informações, um de ordem externa, e outro de ordem interna aos textos, começando pelo primeiro. Não podemos deixar de levar em consideração o efeito de estruturas elementares da pesquisa, como o próprio instrumento utilizado para coleta dos textos, que de certa forma enquadra os discursos em uma estrutura narrativa, que, além disso, tem seu desenvolvimento limitado por condições de espaço e tempo. Outra questão, que relaciona-se à coleta, é a atmosfera formal das instituições de ensino, pautada por uma dimensão cognitiva enquanto discurso de autoridade da prática escolar, possivelmente alijada, nesse sentido, de aspectos estéticos e afetivos; em outras palavras, nos referimos às estruturas de limitação do discurso que estão relacionadas a ordens do discursos específicas inseridas no contexto da prática discursiva, que têm relações intrínsecas à cultura escolar e à narrativa mestra que baliza a construção do discurso nacional sobre a história disciplinar.

Outro elemento, também de ordem externa, está relacionado especificamente aos jovens, no sentido de sua identidade; estamos nos referindo àquelas características utilizadas para a organização dos subconjuntos discursivos, a saber, as informações sobre sexo e pertencimento étnico-racial. Para dissertar sobre as implicações desses elementos, entretanto, vamos amarrar essa discussão com a análise dos elementos de ordem interna. No que diz respeito ao produto da análise de conteúdo, existe uma diferença nas características que distinguem os subconjuntos discursivos de cada uma das seções anteriores: no primeiro caso, entre jovens brancas/os e negros/as, existe uma diferença que convém chamarmos de quantitativa, enquanto no segundo, entre jovens do sexo feminino e masculino, a diferença é qualitativa.

No primeiro caso, o conteúdo dos discursos praticados por jovens brancos/as e negras/os é, de maneira geral, heterogêneo. A diferença mais significativa reside na quantidade: o conjunto discursivo dos jovens brancos/as é mais complexo quanto ao conteúdo, havendo mais menções a personagens, acontecimentos e atribuições de sentido e valor específicas, em especial aqueles mais tradicionais. Não é que não exista diferença qualitativa, mas ela não tem

expressão, já que se limita a alguns casos pontuais. Nesse sentido, no discurso praticado pelas/os jovens negras/os é possível visualizar uma variedade maior de eventos e personagens, mas que são muito periféricos no conjunto. Esses eventos e personagens, entretanto, não estão relacionados necessariamente a uma reorganização da história, ou a uma contestação da narrativa mestra tradicional.

A menor complexidade do conjunto discursivo dos/as jovens negros/as, entretanto, parece estar relacionada justamente no caráter da história, e, nesse sentido, a um ceticismo, cinismo, desinteresse, desconfiança ou rejeição, que, apesar de serem canalizadas no sentido de uma reorganização do discurso histórico, são também meios de contestação. Nesse primeiro caso, a diferença entre os conjuntos discursivos parece estar relacionada especificamente à subjetividade dos/as jovens negros/as, que, não representados no discurso da nação, estabelecem estratégias de rejeição desse discurso. Apesar disso, como vamos comentar na sequência, essa rejeição não está relacionada diretamente à identificação, já que entre as/os jovens negros/as é que são encontrados mais marcos de identificação, que, entretanto, se estabelecem para com o coletivo no presente, e não o coletivo no passado, nem necessariamente para com essa narrativa da nação homogênea.

No segundo caso, entre as jovens e os jovens, a diferença no conteúdo dos discursos é de caráter qualitativa, apesar de, novamente, haver diferenças quantitativas, mas que são menos expressivas, e que estão relacionadas às diferenças do conteúdo dos discursos, e, possivelmente, às subjetividades das e dos jovens, em específico, nesse caso, ao sexo e a questões correlatas. No que diz respeito à diferença quantitativa, há mais palavras, categorias, personagens e acontecimentos no discurso masculino, mas mais categorias de identidade e atribuição de valor no feminino. Esse quadro, entretanto, se localiza no interior da diferença qualitativa existente: enquanto no discurso feminino há uma ênfase em aspectos que poderíamos definir como sociais, como relações de exploração e diversidade, no discurso masculino a ênfase é em uma história política, assentada em eventos e personagens associados à narrativa mestra da história.

Diferente do caso dos discursos praticados por jovens negros/as e brancas/os, esta construção da história está diretamente relacionada aos marcos de identificação. Entretanto, a forma como a história é mobilizada em termos do enredo e das relações entre as esferas temporais, também assume importância significativa nesse caso. Mas o que importa nesse momento é que essa estruturação da história, seja no que diz respeito especificamente ao conteúdo, mas também ao sentido dado à história e ao tempo, também está relacionada a este elemento de ordem externa, que é o sexo dos jovens: enquanto entre os jovens há uma

reprodução sintonizada com a narrativa mestra da história, que é construída sob aspectos ligados às masculinidades e às virilidades, entre as jovens há indícios de contestação, mas certamente de afastamento dessa história; são, nesse essas relações de gênero que entendemos estar no centro da mobilização e da construção dos discursos históricos nos dois casos.

Em um aspecto geral, os conjuntos constituídos de jovens brancos e de jovens do sexo masculino são aqueles cujos discursos apresentam relativamente maior conformidade com a narrativa mestra da história, e que, por conta disso, teoricamente estão mais representados, haja vista o fato de que a nação, bem como o discurso da nação, se organiza sob o signo da masculinidade e da branquitude¹⁹⁶. Esses mesmos conjuntos, entretanto, apresentam menos marcos de identificação com a história. De outro lado, os grupos que apresentam contestações à história tradicional são aqueles que mais estabelecem marcos de identificação, e nos quais os grupos com quem se identificam mais assumem agência. Uma explicação para isso é que a narrativa mestra da história não pode ser entendida apenas sob a lógica do conteúdo¹⁹⁷, da exclusão de determinados grupos em detrimento de outros. Outro elemento a ser considerado é o próprio sentido do discurso histórico, que, na manifestação da narrativa mestra é caracterizada por ser factual, personalista e passadista.

Nesse sentido, existem alguns pontos que sobressaíram da análise do grupo geral, no capítulo anterior, que a nosso ver são significativos, e que se tornam ainda mais na análise desses subconjuntos, mas que devem ser separados em dois tópicos: o conteúdo e a forma. No sentido da discussão que estamos estabelecendo, estes dois pontos têm um lugar central no contexto da ADC, enquanto dimensões da prática social e discursiva do discurso. Com relação ao conteúdo, é significativo que subjetividades historicamente não contempladas pela narrativa mestra da história ainda sejam – se não marginalizadas ou relegadas a um segundo plano – efetivamente excluídas. Se isso já é por si só objeto de profunda reflexão, ganha mais centralidade no momento em que essa ocorrência se repete em grupos onde os sujeitos que representam, as jovens e os/as negros, compartilham traços em comum com os sujeitos que (não) são representados.

¹⁹⁶ MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX. São Paulo: Annablume, 2013.

¹⁹⁷ CARRETERO; VAN ALPHEN, 2014, p. 292-293 escrevem sobre quatro características que constituem um modelo para investigação da produção e do consumo da narrativa mestra ligada às narrativas históricas nacionais: 1. inclusão/exclusão de assunto históricos; 2. estabelecimento de identidade entre o narrador e o passado a partir da utilização dos pronomes nós/eles; 3. simplificação da narrativa a partir de temas específicos que podem assumir caráter teleológico; 4. uma visão romântica da nação e da nacionalidade, que podem assumir sua condição de inexistência.

Essa questão faz retornar àquela relação entre a representação e a agência, em especial no fato de que não obstante a ausência de mulheres no discurso construído pelos jovens sobre a história do Brasil – e, em sentido contrário, os discursos serem loteados por personagens masculinos – serem as jovens quem mais se colocam como agentes no presente. Voltamos à questão do sentido da narrativa mestra da história quando contrastamos esse dado com o fato de que a agência com a qual os jovens, no geral, compartilham, é uma agência quase sempre coletiva, o que se dá quase exclusivamente no presente, a partir do coletivo nacional. Existe uma diferença de tom, já demarcada, na relação para com o coletivo nacional: enquanto jovens brancos/as e jovens do sexo masculino costumam se relacionar com o país na primeira pessoa do singular, “meu”, na expressão de um discurso individualista, as jovens do sexo feminino e jovens negras/os usam da primeira pessoa do plural, “nosso”. Com relação a isso, Butler escreve que “se há algum agenciamento que é efetivo, só pode ser o agenciamento do ‘nós’”¹⁹⁸.

Nesse ponto, parece ter especial relevância a dimensão temporal. Se no passado não há menções a um coletivo nacional como personagem, no presente o coletivo nacional organizado em torno do povo é definido e recebe em alguns casos a atribuição de agente histórico. A hipótese que estabelecemos é que o coletivo nacional não existe no passado porque a história não dá ênfase ao “povo”, às “pessoas” e/ou à “população” no discurso sobre o passado, enquanto esses mesmos coletivos são enfatizados como agentes no interior do discurso democrático no presente das e dos jovens. O fato de serem as jovens quem mais se identificam e quem mais sentem-se pertencentes ao coletivo nacional no presente, pode ter relação com a centralidade da discussão sobre a desigualdade de gênero e os direitos que têm logrado em decorrência disso no debate público.

O que é interessante é que enquanto o entendimento das jovens como agente pode estar relacionado a um mecanismo de contestação da história que envolve uma reestruturação do discurso, a negação da história, por parte dos/as jovens negros/as é acompanhada da negação de sua própria agência. São duas estratégias diferentes que parecem estar relacionadas a resultados diferentes no que diz respeito às relações entre identificação, pertencimento e agência. No que diz respeito aos marcos de identidade entre os/as jovens, vale destacar a diferença que é estabelecida em termos temporais. Enquanto no discurso praticado pelos jovens do sexo masculino e dos/as jovens brancos/as esse traço identitário tem grande relevância no que se refere ao passado, incluindo-se um passado mais distante temporalmente do presente, as

¹⁹⁸ BUTLER; SPIVAK, 2018, p. 55.

jovens do sexo feminino fazem referência quase que exclusivamente a um passado mais recente e ao seu próprio presente, onde assumem parte na construção da história nacional como pertencentes ao coletivo nacional, este último, tomado como agente mediante os acontecimentos.

Essa modalização, inclusive, parece estar relacionada a uma quantidade maior de prospecção de futuro, por parte das jovens, o que tem relação com a maior quantidade de encadeamentos estabelecidas entre os tempos, no sentido de que o passado não é narrado por si mesmo, mas como nexos de entendimento do presente e de prospecção do futuro. De outro lado, os jovens do sexo masculino, em linhas gerais, estabelecem identificação maior com o passado, o que foi por nós confirmado através da análise das categorias de identidade, em especial na maior evocação do coletivo, no passado, enquanto mediador da coletivização de experiências, e não como agente, mediador entre os tempos, mas também na evocação de elementos políticos, eventos e personagens em específico, numa associação mais próxima com um passado meramente disciplinar. No sentido oposto, mesmo que haja também uma relação estreita com o passado enquanto passado por parte das jovens, elas ligam-se mais ao passado modalizando elementos emergentes em seu presente (como os elementos ligados à diversidade, à exploração, ou mesmo o próprio coletivo) como personagens e temas do passado.

Essas relações reavivam alguns pontos presentes no interior da discussão que vínhamos estabelecendo. Primeiro que a questão da identidade entre os jovens do sexo masculino e dos/as jovens brancos/as tensiona o entendimento de que a mera existência do elemento pedagógico no discurso sobre o passado não é o suficiente enquanto dimensão de uma história prática, já que a existência de personagens masculinos e brancos/as não parece ser o bastante para que seja estabelecida uma relação de identificação e pertencimento, estes últimos mais atrelados ao próprio passado enquanto experiência compartilhada, daí sim talvez uma experiência restrita, mesmo que universalizada. De outro lado, o reconhecimento e a inclusão das jovens como parte constituinte do coletivo nacional tomando-se como agente, mesmo que aparentemente não gendricado¹⁹⁹, e ainda que sem menção direta a mulheres, é um elemento que faz com que haja mais marcos de identidade e de pertencimento, que nesse caso está relacionada a um sentido de agência específico.

No que diz respeito à forma, queremos destacar dois pontos, que estão relacionados à colonialidade do saber. O primeiro diz respeito à forma de representação do passado, em

¹⁹⁹ Apesar de as palavras “população” e “pessoas”, que são duas das três palavras utilizadas para definir o coletivo nacional serem substantivos femininos.

específico à dimensão narrativa inerente ao discurso praticado pelos jovens, que carrega uma ideia de “atualização”, mas dessa vez entendida como a presentificação do passado mediante a estrutura da colonialidade do tempo²⁰⁰. É verdade, como dissemos, que o presente é o espaço de mediação entre os tempos, mas essa presentificação do passado – que tem reflexos no horizonte de futuro, formatando a ideia de agência mediante futuros sempre preconcebidos e nunca imprevisíveis – é estabelecida em termos eurocentrados. A começar pela própria ideia de civilização, construída no limiar da modernidade, no contexto de enraizamento político do Estado-nação, e que deixou de fora do discurso nacional não apenas elementos constitutivos da população, como mulheres e negros, mas também subjetividades alheias ao modo narrativo que configura a história enquanto conceito moderno, tomando a perspectiva de Reinhart Koselleck²⁰¹.

No sentido de que essas subjetividades demandam formas específicas de representação do passado, seria natural que, se essas outras subjetividades que não foram incorporadas ao discurso o tivessem sido, elas acabassem sendo reduzidas pela própria estrutura e formato narrativo. Aliás, é possível que seja nessa perspectiva – fazendo jus a uma construção de história quase bicentenária, se pensarmos o marco que representa 1822 para a construção da história nacional – que os indígenas, por exemplo, sejam sempre “outros” no discurso praticado pelos jovens, já que seus costumes e práticas são sempre tomados como alheios, mas também que suas caricaturas fiquem restritas a isso, já que são codificadas a partir de uma lógica guiada pela Razão nos termos de sua configuração histórica²⁰². Comentamos sobre indígena nesse momento como um exemplo da lógica, a partir de tradições de pensamento específicas, que o discurso foi construído.

O mesmo se dá com relação a outras estruturas que circunscrevem os jovens, como o próprio momento do “entre-lugar” que representa a emergência da modernidade – no nosso presente – em direção a um além – como coloca Bhabha²⁰³ –, que não significa nem abandono do passado, nem a existência de um novo horizonte, mas um momento de trânsito, de distância temporal em direção ao progresso e ao futuro. É nesse sentido que pode ser observado, por exemplo, a atualização de categorias como as de desenvolvimento, progresso e evolução, que são sentidos característicos da modernidade. Também é nesse sentido que a existência de um

²⁰⁰ PEREIRA, 2018.

²⁰¹ KOSELLECK, 2013.

²⁰² SETH, 2013.

²⁰³ BHABHA, Homi. Introdução – Locais da Cultura. Em: **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998c, p. 19-42.

passado pelo passado significa uma noção de história como consumo, dentro da perspectiva de um tempo – ou um regime de historicidade – do neoliberalismo²⁰⁴, que não deixa de se relacionar também à noção de individualismo estabelecida para com a nação, por parte dos grupos que veiculam uma história passadista.

Na perspectiva do Estado nação (não) contar o jovem, e, nesse sentido, do texto produzir o enunciador, destaca-se a centralidade que assume a narrativa mestra da história, não apenas na expressão dos conteúdos da história, mas também dos seus sentidos e representações. Nos caminhos da história, diferentes identidades são mobilizadas: para com a nação, os passados, os coletivos e a própria história. Pode ser esse ponto que mobiliza diferentes agências relacionadas à identidade nacional: os patriotismos, os conservadorismos, os coletivismos, os revisionismos. É entre estes diferentes espaços que parece estar colocada a brecha resultante do encontro entre o pedagógico e o performativo. Existem discursos que significam, mas não representam, que representam, mas não agenciam, ou que agenciam e não significam nem representam. As relações entre identificação, pertencimento e agência não são claras – no sentido do discurso nacional – se não tomadas em relação à própria história como produtora dessas relações, e não apenas produto delas.

Com relação a isso, no sentido da investigação que viemos realizando, é válido destacar essa relação que é estabelecida pelos jovens com a história enquanto um repositório de passados. Quanto a isso, Carla Beatriz Meinerz²⁰⁵ identifica em seu estudo que para os jovens, “a História parece, em geral, como passado distante, remoto, dissociado do presente. Um passado que, em contraposição ao presente, valorativamente, sempre é pior. [...] Como se o passado fosse um esboço, e o presente, o desenho final”, e que o historiador “possui a capacidade de explicar tudo, do passado ao presente, inclusive, de prever o futuro. Ele é, portanto, um mágico, com capacidades sobrenaturais”. Na perspectiva do agenciamento, essa ideia não se distancia de uma esterilização do futuro. A concepção de História dos jovens é um outro elemento que engrossa o caldo da história, e que alarga a necessidade de alargamento das fronteiras.

²⁰⁴ TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Coleção pequenos ensaios. Zazie, 2019.

²⁰⁵ MEINERZ, Carla Beatriz. **História viva**: a história que cada aluno constrói. 2a ed. Porto Alegre: Editora Meditação, 2012, p. 53-54.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de terminar da mesma maneira que começamos: fazendo referências aos caminhos, fronteiras e obstáculos. Os caminhos que tomamos desde o início, e aqueles aos quais a pesquisa nos levou; as fronteiras postas desde o início, e as fronteiras e obstáculos com que nos deparamos ao longo dessa jornada. Caminhos e fronteiras, que, como essa pesquisa, não chegam ao fim junto com as últimas palavras desse documento. Caminhos que se encerram e se ramificam, mas nunca terminam, fronteiras que aspiramos se tornarem flexíveis e se expandir. De início, o caminho natural desta pesquisa foi o caminho da fronteira, entre campos distintos do conhecimento, que trouxeram obstáculos diversos, mas também, e principalmente, novos horizontes de possibilidade, assim como resultados fecundos.

Nesse sentido, parece ser pertinente começar essa suspensão que significa as considerações finais, pelo início. Nosso objetivo geral nessa pesquisa foi investigar as relações entre a identidade nacional e os discursos sobre a história do Brasil construídos por jovens de 12-24 anos da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, tendo em conta as variáveis de sexo e pertencimento étnico-racial. É um objetivo que, como já comentamos, está situado na fronteira: parte da História, a partir do Ensino de História, e, mais especificamente, do campo da Didática da História, e tem como itinerário retornar a ela a partir de outra área do conhecimento e de outro campo do saber. Voltados os olhares a este objetivo, a ADC nos possibilitou o desvelamento de múltiplas dimensões da relação entre a identidade nacional e os discursos sobre a história do Brasil praticados pelos jovens.

A começar pelo conteúdo, pelo fato existir uma significativa manutenção da narrativa mestra da história nos discursos praticados pelos jovens e pelas jovens, brancos e brancas, negros e negras. Essa narrativa mestra é o quadro onde os sentidos atribuídos à história, a relação com o tempo, com o coletivo, com a nação, e com a história são pintados. Essa narrativa mestra carrega o que Beatriz Vieira²⁰⁶ chama de uma dor social, que se transforma em trauma, e assim o fazendo, tem efeito sobre a vivência da temporalidade e sobre os modos de construção, entendimento e compreensão dos tempos e da história. Esta dor está diretamente relacionada à perplexidade, à despolitização, que resultam da ausência de agência e de identificação. A

²⁰⁶ VIEIRA, Beatriz. Geleia, medula e ossos: reflexões sobre experiência histórica dolorosa e conhecimento histórico ético-político. Em: PEREZ, Rodrigo; PINHA, Daniel (orgs.). **Tempos de Crise**: ensaios de história política. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, p.23-62.

história do Brasil é *uma* história, cujos sujeitos, eventos, cenários, sentidos remetem a um mesmo caminho.

Podemos pensar na narrativa mestra no mesmo sentido que Beatriz Vieira propõe pensar sobre o trauma: fragmentando-a em camadas ou estratos²⁰⁷ menos ou mais profundos. O primeiro deles, sua geleia, sendo composto pelos elementos mais nítidos e mais superficiais de qualquer discurso sobre a história, elementos como personagens, eventos e acontecimentos. O segundo diz respeito aos sentidos atribuídos a cada um dos elementos constituintes da história, e aos sentidos que esses elementos despertam no sujeito do discurso. O terceiro, por fim, os ossos, a coluna vertebral, bem da verdade, é a concepção de História, onde estão subscritos os regimes de historicidade, mas também a relação dos indivíduos do discurso para com a história que constroem, não apenas na esfera da representação e da identificação, que ficam a cargo dos primeiros níveis, mas da maneira como se entendem diante da narrativa.

Daí portanto que isso implica na percepção de si do sujeito que se dispõe a praticar o discurso. A narrativa mestra da história tensiona a relação estabelecida por esse sujeito com a identidade nacional. Essa configuração ilustra a relevância que teve o estudo do texto, mas não de maneira isolada, nem apenas a partir dos elementos textuais que o compõem, mas também tendo em vista as demais dimensões que constituem os discursos, e os sentidos implícitos a eles. Nesse sentido, o lugar central da concepção de que o discurso não apenas representa, mas significa o mundo, e, assim o fazendo, se constitui também como modo de ação no mundo. Uma significação do passado, do presente, do futuro, do coletivo, de si mesmo, e da história.

Dessa maneira, mesmo que os discursos praticados pelos jovens representem e signifiquem uma história cujo passado é uma ilha, apartada de seu próprio presente e da agência dos sujeitos que compõem o país ao qual faz referência, existe uma ação, que se concretiza como ausência. Uma história voltada ao consumo, cujos passados não sejam práticos, está em dissonância para com a noção de cidadão, que significa o avesso do mero consumo de passados históricos. Não que o passado não possa ser alvo de fruição estética, mas ele não deve ser alienado dos direitos e dos deveres éticos inerentes à história enquanto ciência da sociedade²⁰⁸. O tempo evocado no discurso praticado pelos jovens parece ser colonizado mais de uma vez.

²⁰⁷ “Estratos da narrativa”, para fazer referência aos estratos do tempo, sobre os quais escreve KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014, p. 19-26.

²⁰⁸ Direitos e deveres que estão muito bem organizados na primeira versão do documento “Compromissos éticos da docência em história”, que tem circulado e sido discutido nos últimos meses com a mediação dos membros e das membras da Comissão de compromissos éticos da docência em História, da Associação Brasileira de Ensino

Não apenas pelas estruturas de Razão ocidental moderna, que aliena o sentido da história, mas também por um tempo do neoliberalismo, que transforma a história em mercadoria, alienando a história de sentido. Daí o oxímoro que significa a relação entre cidadão e consumo, nesse caso, na medida em que a formação do cidadão/da cidadania supõe a agência e a formação humana, qualidades distantes da ideia de história enquanto souvenir, qual se colecionar, voltada ao “treino técnico”, como colocaria Paulo Freire²⁰⁹. O caráter da história, enquanto uma das bases de formação e de sustentação do discurso da nação, do sentimento nacional, da memória coletiva, mobiliza afetos e desafetos, identificações, pertencimentos e agências, cujas relações não são necessariamente harmônicas.

Assim como não parecem ser os dois conjuntos de resultados a que nos convém sistematizar como resultados provenientes da análise de conteúdo (que agrega o primeiro estrato da narrativa) e da análise de discurso (o segundo e terceiro estratos). Se as identificações, os pertencimentos e as agências não são necessariamente organizadas em um sentido encadeado, as relações entre esses elementos que compõem a identidade nacional e os discursos sobre a história do Brasil são mais precisos, apesar de variarem externamente, junto aos sujeitos que praticam os discursos. É nesse sentido que uma diferença quantitativa entre os discursos praticados por jovens negros e brancos parece se estabelecer, mas que essa diferença não está relacionada, neste caso, à qualidade do conteúdo que compõem a história praticada em seus discursos, mas à negação da história, especificamente no caso dos primeiros, e à relação com a identidade nacional no sentido da identificação dos sujeitos do discurso nacional.

Entre os jovens e as jovens a diferença é de caráter qualitativo, e os efeitos disso para a relação entre a identidade nacional e os discursos sobre a história do Brasil parecem mais claros, na medida em que esta diferença extrapola os referentes da vida em comunidade, indo em direção à própria relação entre os tempos e o sentido que é dado a eles, esfera que se relaciona ao sentido da história. O resgate das minorias no discurso praticados pelas jovens, especificamente, parece ser um combustível para a transformação da dor da história em potência, superando a dessubjetivação, a despolitização, a perplexidade, como sublinha Beatriz Vieira, na medida que é no discurso praticado por elas em que os sujeitos do discurso mais se colocam como agentes, e que mais existem menções ao futuro.

de História (ABEH). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE HISTÓRIA. **Compromissos éticos da docência em História**, 2021.

²⁰⁹ Freire, 2016.

Estes resultados apontam em direção à necessidade de traçar novos caminhos, o que envolve a superação de obstáculos, no sentido da subversão da narrativa mestra da história; de reestruturação dos eventos, personagens, cenários, sujeitos e sentidos da história, e de subversão da coluna vertebral da narrativa mestra, de maneira a inverter a concepção de uma história como repositório de passados e campo de atuação do outro, em direção à uma história como integrante da vida presente-futura e reflexo da atuação individual-coletiva dos sujeitos que entram em contato ela. Superação de obstáculos que, no que diz respeito à pesquisa, está relacionada à expansão de fronteiras. Os caminhos da História e os caminhos dos Estudos do Discurso coexistem em paralelo, afinal, compartilhando mais do que as direções.

REFERÊNCIAS

- 1 MARQUES, Ana Martins. Um café com a Medusa. Em: **Risque esta palavra**. Companhia das Letras, 2021.
- 2 HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 230 p.
- 3 KLÜPPEL, Giuvane de Souza. Aprendizagem Histórica nas narrativas sobre a Nação. Em: XXVII Encontro Anual de Iniciação Científica; IV Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior, 2018, Ponta Grossa, PR. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2018, p. 1-4; Disponível em: < https://www.academia.edu/50280397/Aprendizagem_historica_nas_narrativas_sobre_a_nacao >. Acesso em: 26 jul. 2021.
- 4 KLÜPPEL, Giuvane de Souza. A história do Brasil na narrativa de jovens do Ensino Médio pontagrossense: sujeitos, cenários e acontecimentos. Em: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; ZARBATO, Jaqueline (orgs.). **Aprendendo História**: Ensino. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019, p. 211-214. Disponível em: < https://www.academia.edu/38896267/APRENDENDO_HISTORIA_ENSINO >. Acesso em: 26 jul. 2021.
- 5 KLÜPPEL, Giuvane de Souza. O processo de construção de narrativas de jovens do Ensino Médio sobre sua nação e o mundo. Em: XVI Encontro Regional de História – ANPUH PR: Tempos de Transição, 2018, Ponta Grossa, PR. **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa: UEPG, 2018, p. 1-8. Disponível em: < <http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czoZNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjM6IjQzNSI7fSI7czoXOiJoljtzOjM5OiI1NWMyY2JhMjgyOTZkZjg3OTM2ZjRiNjc4Yzg0ZjliZSI7fQ%3D%3D> >. Acesso em: 26 jul. 2021.
- 6 KLÜPPEL, Giuvane de Souza. **O Estado contra a Sociedade**: nação e democracia na narrativa de jovens ponta-grossenses graduandos em História. 2018, 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: < https://www.academia.edu/50280947/O_Estado_contra_a_Sociedade_nacao_e_democracia_na_narrativa_de_jovens_ponta_grossenses_graduandos_em_Historia >. Acesso em: 26 jul. 2021.
- 7 BAUMAN, Zygmunt. **Identidade** – entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, 110 p.
- 8 ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 330 p.
- 9 MARINS, Cosme Freire. As representações do Brasil entre alunos de uma escola pública paulista. Em: Seminário Internacional Escola e Cultura, 3. 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2008.

- 10 MARINS, Cosme Freire. O Brasil dos estudantes: as representações da identidade nacional entre alunos de uma escola pública. Em: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5. 2008, Aracaju. **Anais** [...], Aracaju, 2008.
- 11 CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma geografia do saber histórico na sociedade. Disponível em: < <http://www.oocities.org/br/lfcronos/texDH1geogr.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- 12 MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.
- 13 SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132-154, jan./jul. 2016.
- 14 SILVA, Edson Armando et al. Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 401-425, ago./dez. 2017.
- 15 MAGALHÃES, Maria Izabel. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 2, p. 181-205, 1986
- 16 MAGALHÃES, Maria Izabel. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A.**, v. 21, n. 3, p. 1-9, 2005a.
- 17 MAGALHÃES, Maria Izabel. Teoria Crítica do Discurso e Texto. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2005b.
- 18 FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001, 316 p.
- 19 VAN DIJK, Teun. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, London, Newbury Park and New Delhi, v. 4, n.2, 1993, p. 249-283.
- 20 RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006, 158 p.
- 21 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p.
- 22 SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, 133 p.
- 23 BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, 271 p.

- 24 ROVISCO, Maria Luís. Reavaliando as narrativas da nação – identidade nacional e diferença cultural. Em: Congresso Português de Sociologia, 4., 2003, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, dez. 2003, p. 1-16.
- 25 BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento.** Tradução de Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora UnB, 2018. 102 p.
- 26 ORTIZ, Renato. Anexo: imagens do Brasil. Em: **Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo.** São Paulo: Boitempo, 2015, p. 139-164.
- 27 MARINS, Cosme Freire. Identidade nacional e cultura brasileira no Ensino de História. Em: Semana da Educação: ensinar e aprender – formação, percursos e projetos, 4. 2006, São Paulo, **Anais [...]**, São Paulo, 2006;
- 28 MARINS, Cosme Freire. A construção da identidade nacional e o ensino de História. Em: Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, 8. 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2008.
- 29 MARINS, Cosme Freire. As representações do Brasil entre alunos e professores: uma comparação. Em: Semana de Educação: Identidade e Diversidade, 6. 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2008.
- 30 MARQUES, Cecília Baruki da Costa; DOMINGUES, Eliane. A identidade nacional brasileira em teses e dissertações: uma revisão bibliográfica. **Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 465-480, set./dez. 2014.
- 31 OLIVEIRA, Francis Fonseca; SANTOS, Claudiene. Entrelaçando masculinidades e juventudes no Portal de Periódicos CAPES entre 2000 e 2017. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 105-128, jul./dez. 2019.
- 32 SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, mai./ago. 2011, p. 561-572.
- 33 OLIVEIRA, Angela Maria et al. (orgs.). **Manual de normalização de bibliográfica para trabalhos científicos.** 4 ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019.
- 34 CARVALHO, José Murilo de. **Nação Imaginária: memória, mito e heróis.** Em: artepensamento, 2003. Disponível em: <<https://artepensamento.com.br/item/nacao-imaginaria-memoria-mitos-e-herois/>>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- 35 BHABHA, Homi. Disseminação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. Em: **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998a, p. 198-238.
- 36 BAUER, Otto. A nação. Em: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-83.

- 37 SMITH, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. Em: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.
- 38 BHABHA, Homi. Introduction: narrating the nation. Em: BHABHA, Homi (edi.). **Nation and narration**. Routledge, 1998b, p. 1-7.
- 39 RENAN, Ernest. Que é uma nação?. Tradução de Samuel Titan Jr. **Revista Plural**, São Paulo, v.4, 1 sem. 1997, p. 154-175.
- 40 NADAI, Elza. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”. Em: PINSKY, Jaime (org.). **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 23-30.
- 41 COLOM GONZÁLEZ, Francisco. A nação como relato: a estrutura narrativa da imaginação nacional. Tradução de Rubem Barboza. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun. 2013, p. 107-118.
- 42 BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. **Obras escolhidas**, vol. 1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3a. ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- 43 JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, 2000, p. 389-440.
- 44 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Estado sem nação**: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. Em: *artepensamento*, 2003. Disponível em: <<https://www.artepensamento.com.br/item/estado-sem-nacao-a-criacao-de-uma-memoria-oficial-no-brasil-do-segundo-reinado/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- 45 HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. Em: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.
- 46 FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 119 p.
- 47 KOSELLECK, Reinhart. “História” como conceito mestre moderno. Em: **O conceito de História**. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 185-222.
- 48 WHITE, Hayden. The practical past. Em: **The practical past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 3-24.
- 49 AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à cultura. **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.
- 50 SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.11, p.173-189, abr. 2013.



- 51 KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Careli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, 126 p.
- 52 MORENO, Jean Carlos. Didática da História e currículos para o Ensino de História: relacionando passado, presente e futuro na discussão sobre eurocentrismo. **Transversos: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 16, ago. 2019a, p. 125-147.
- 53 KOPENAWA, David Yanomami. Descobrimos os brancos. Tradução do francês de Maria Lucia Machado. Em: NOVAES, Adalto (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 15-22.
- 54 CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. Em: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, 2005.
- 55 FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, 79 p.
- 56 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016, 143 p.
- 57 PEREIRA, Nilton Mullet. O que se faz em uma aula de história? Pensar sobre a colonialidade do tempo. **Revista Pedagógica**, v.20, n. 45, p. 16-35, set./dez. 2018.
- 58 CUESTA, Raimundo. El código disciplinar de la historia escolar en España: algunas ideas para la explicación de la sociogénesis de una materia de enseñanza. **Encounters on Education**, v. 3, p. 27-41, 2002.
- 59 DAMATTA, Roberto. **O que faz do brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- 60 ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 64 p.
- 61 FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 5a ed. Campinas: Papirus, 1993, 169 p.
- 62 CARRETERO, Maria; VAN ALPHEN, Floor. Do master narratives change among high school students? A characterization of how nation history is represented. **Cognition and Instruction**, n. 32, v. 3, 2014, p. 290-312.
- 63 MORENO, Jean Carlos. O tempo colonizado: um embate central para o ensino de História no Brasil. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 25, n.49.1, p. 97-117, 2019b.
- 64 CERRI, Luis Fernando. Interfaces entre a cultura histórica e a cultura política. **Topoi (online): revista de história**, v. 22, p. 55-76, 2021.

- 65 CASSAB, Latif Antonia. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 55-63, 2007.
- 66 PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. A cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n.40, p. 122-137, dez./fev. 1998-99.
- 67 BRASIL. Decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial da União – Edição Extra**, Brasília, n. 249-D, 29 dez. 2017, p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9255.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- 68 BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais. Em: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p. 157-183.
- 69 GINGER, Gilles-Gaston. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance scientifique. **Sociologie et sociétés**, v. 14, n. 1, p. 7-13, abr. 1982.
- 70 CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, set./dez. 2012, p. 94-119
- 71 MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.
- 72 BUFREM, Leiah Santiago. Complementaridade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação. **Transinformação**, v. 13, n. 1, p. 49-55, jan./jun.2001.
- 73 THE DOCUMENT FOUNDATION. **LibreOffice**, [s.l.: 4.3.], 2014. Disponível em: <<https://www.libreoffice.org>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- 74 HUYNH, David. **OpenRefine**. [s.l.]: Open-Source Community, 2014. Disponível em: <<https://openrefine.org/>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- 75 BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. **Gephi: an Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks**, [s.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<https://gephi.org/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- 76 KUCHAR, Jaroslav. **Multimode Networks plugin for Gephi**. [s.l.]: Open-Source Community, 2014.
- 77 SANT, Edda et al. How do catalan students narrate the history of Catalonia when they finish primary education. **McGill Journal of Education**, Montréal, v. 50, n. 2/3, 2015, p. 341-362.
- 78 BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia: Reflexão Crítica**. Porto Alegre, v. 16, n. 3, 2003, p. 525-535.

- 79 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Sobre alguns regimes de signos. Em: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995.
- 80 TUFTS University. **VUE: Visual Understanding Environment** [s.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<https://vue.tufts.edu/>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- 81 HUANG, Ronggui. **RQDA: R-based Qualitative Data Analysis** [s.l.: s.n.], 2016 (R package version 0.2-8). Disponível em: <<http://rqda.r-forge.r-project.org/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- 82 R Core Team (2019). **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Disponível em: <<https://www.R-project.org/>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- 83 MAGALHÃES, Maria Izabel. Discursos e Identidades – exotismo e domínio do violento. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 1, 2010, p. 13-37.
- 84 PAGANO, Adriana; GUIMARÃES, Célia. Análise Crítica do Discurso e Teoria Culturais: hibridismo necessário. **D.EL.T.A.**, v. 21, n. esp., 2005, p. 28.
- 85 CAMPOS, Mayã Polo de. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais: teu corpo é o espaço mais teu possível**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- 86 SANTANA, Crislane Dias. **Ensino de história e pertencimentos nacionais: narrativas de alguns jovens sergipanos sobre a história do Brasil**. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- 87 JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Porque gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- 88 CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e nação na propaganda do “milagre econômico” – Brasil: 1969-1973**. 200, 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- 89 SAFATLE, Vladimir. Conferência e debate sobre “O Circuito dos Afetos” com o autor Vladimir Safatle. Conferência concedida pelo autor durante o “I Ciclo de Estudos: Modos de existência e a contemporaneidade em debate. Reflexões transdisciplinares à luz de diferentes obras” organizado pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU realizada em 15 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XBLEv5zjYc4>>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.
- 90 VIEIRA, Liszt. Morrer pela pátria? Notas sobre identidade nacional. **Política & Sociedade**, n. 9, out. 2006, p. 71-90.
- 91 RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão Rezende Martins. Curitiba: Editora UFP, 2015, 323 p.

- 92 HARTOG, François. Ordens do tempo, regimes de historicidade. Em: **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 17-41.
- 93 THERBON, Göran. After Dialectics: Postmodernity, post-Marxism and other post and positions. Em: DELANTY, Gerard (Ed.). **Handbook of contemporary European social theory**. Routledge International, 2005, p. 185-202.
- 94 KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativas’: duas categorias históricas. Em: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2006, p. 306-327.
- 95 PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdeci Lopes de. Reconfigurações do tempo histórico: Presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.
- 96 MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX. São Paulo: Annablume, 2013.
- 97 BHABHA, Homi. Introdução – Locais da Cultura. Em: **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998c, p. 19-42.
- 98 TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Coleção pequenos ensaios. Dansk: Zazie edições, 2019.
- 99 MEINERZ, Carla Beatriz. **História viva**: a história que cada aluno constrói. 2a ed. Porto Alegre: Editora Meditação, 2012, 120 p.
- 100 VIEIRA, Beatriz. Geleia, medula e ossos: reflexões sobre experiência histórica dolorosa e conhecimento histórico ético-político. Em: PEREZ, Rodrigo; PINHA, Daniel (orgs.). **Tempos de Crise**: ensaios de história política. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, p.23-62.
- 101 KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo. Em: **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014, p. 19-26.
- 102 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE HISTÓRIA. **Compromissos éticos da docência em História**, 2021.
- 103 PIACENTINI, Maurício; RAVANINI, Ravanini; MILTNER, Jens; MORGAN, Pete; PEINTHOR, René; KLEUSBERG, Martin; CLIFT, Justin; HALLER, John. SQLite Browser. (n.d.). **DB Browser for SQLite**. Disponível em: <<http://sqlitebrowser.org/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

 Continuação do Parecer: 2.132.527	UFRGS - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO	
--	--	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PAÍS E O MUNDO EM POUCAS PALAVRAS: NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE SEUS PERTENCIMENTOS - IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS - PROJETO PILOTO

Pesquisador: Caroline Pacievitch

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 64625316.2.1001.5347

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.132.527

Apresentação do Projeto:

Trata-se de estudo piloto de projeto multicentrico, a ser realizado em quatro IES brasileiras, que pretende analisar narrativas, a serem solicitadas por escrito, de 80 jovens em quatro faixas etárias (isto é, 320 jovens em cada centro) a respeito da história de seu país de nacionalidade. Na UFRGS, o estudo é proposto pela Profa. Caroline Pacievitch, da Faculdade de Educação.

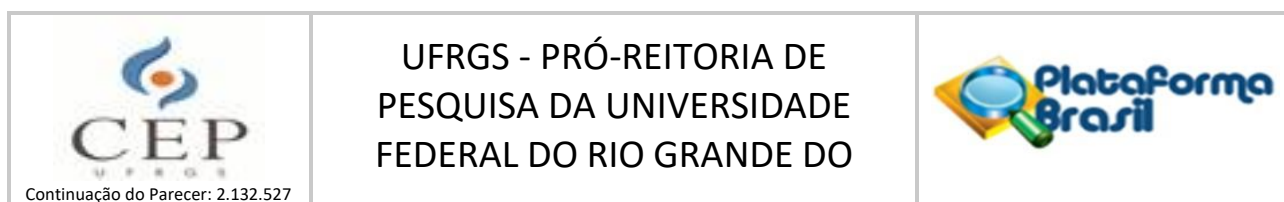
A cada participante, serão solicitados, por escrito, "dados pessoais básicos (sexo, idade, nível de escolarização e renda familiar) e a produção de duas narrativas ... conte a história do seu país ... escreva o que você sabe sobre o desenvolvimento da democracia em seu país." O tempo estimado para produzir as narrativas "será de, no mínimo, 45 minutos," podendo a tarefa "ser dividida em duas etapas para os participantes mais jovens, caso necessário." Preve-se o início da coleta de dados para 01/07/17.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral do projeto é "construir um panorama abrangente e crítico sobre as formas como jovens em idades entre 12 e 24 anos (aproximadamente), de diferentes lugares do Brasil, constroem narrativas históricas sobre seus países e histórias que envolvem outros países".

Os objetivos secundários são "coletar e descrever narrativas de jovens sobre a história de seu lugar" e "sobre a construção da democracia, classificando-as e analisando-as conforme categorias

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farrroupilha CEP: 90.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



pré-definidas (cronologia, tipos de eventos citados e sentidos adotados) e outras que poderao emergir da confrontacao das narrativas entre si e com o referencial teorico-metodologico (tais como forma de geracao de sentido e presenca ou nao de sentidos utopicos), e ainda "problematizar implicacoes dessas análises e comparacoes para a didatica da história, incluindo a compreensao sobre conhecimentos historicos de jovensiniciantes e egressos do ensino medio e do Ensino Superior, de diferentes areas de conhecimento."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

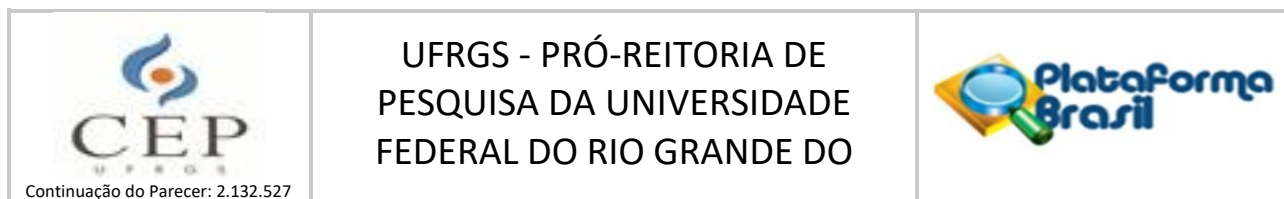
Na segunda submissao, foi apresentada discussao sobre riscos e beneficios para os participantes da pesquisa no projeto completo, atendendo a solicitacao feita em parecer anterior.

Quanto a riscos, afirmou-se que a "pesquisa nao apresenta, a priori, riscos e consequencias aversivas aos seus participantes. No entanto, caso se detecte, no decorrer no processo de investigacao, algum risco para os participantes e para os pesquisadores envolvidos, a pesquisa podera ser interrompida, a partir da necessidade especifica. Desse modo, aos participantes sera assegurada a garantia de assistencia integral em qualquer etapa do estudo. O participante tera acesso aos profissionais responsaveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais duvidas." Esse mesmo texto aparece nos termos de registro de consentimento, nos quais, contudo, consta ainda que há risco de fadiga.

Quanto aos beneficios, segue-se afirmando que "os beneficios da participacao na atividade sao diversos: estimulam a reflexao sobre a historia do pais e o desenvolvimento da democracia. Além disso, a pesquisa podera gerar dados que serao devolvidos as instituicoes e individuos participantes." Nos TCLEs, consta também que a participacao não traz beneficios diretos para os participantes.

Nesta (terceira) submissao, apresentou-se termo de registro de assentimento para os estudantes menores de idade. Além disso, em resposta a solicitacao de que informasse se a abordagem dos candidatos a participacao e a aplicacao dos questionarios estariam previstas para periodos de aulas e para que discutisse possiveis riscos de constrangimento dos participantes e de transtorno das atividades letivas regulares, a pesquisadora informou que "A coleta das narrativas acontecera em data, local e horario sugeridos pela instituicao, quando sera proposto aos jovens que respondam as duas questoes em 45 minutos, com assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido e de termo de assentimento por parte dosresponsaveis e dos jovens (no caso de menores de idades) e do termo de consentimento livre e esclarecido dos jovens (no caso dos maiores de idade)." Informou ainda que "a organizacao das turmas disponiveis, o local e o horario em que acontecera a coleta de dados ficara a criterio da instituicao de ensino, em dialogo entre

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro	
Bairro: Farroupilha	CEP: 90.040-060
UF: RS	Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738	Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



pesquisadores, professores, estudantes e equipe gestora. Assim, será previamente negociada a compensação do tempo despendido para a escrita das narrativas (se necessário), bem como provido espaço alternativo para estudantes que não queiram participar da pesquisa."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

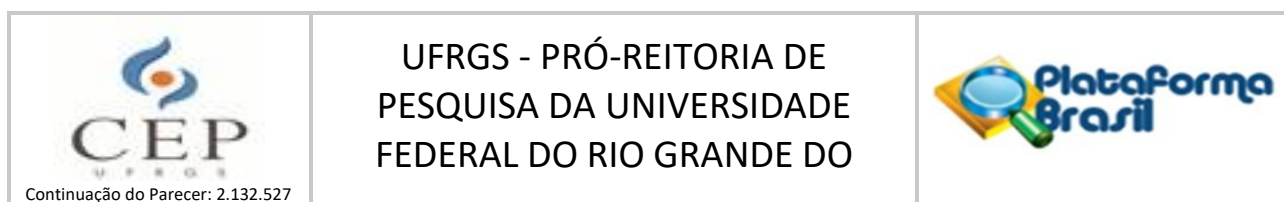
A pesquisa trata de tema relevante e atual, o nacionalismo, e esta formulada com base em revisão de literatura pertinente e atual. Tem potencial de produção de conhecimento importante para a área de História e outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais (CHS). Destaque-se positivamente o enfoque nas percepções de jovens contemporâneos e a articulação da pesquisa em rede nacional. A sustentação teórico-metodológica da pesquisa e informativa em linhas gerais.

Para a segunda avaliação, foram prestadas informações adicionais acerca de procedimentos de recrutamento e abordagem dos candidatos a participação. Informou-se que "A abordagem dos participantes ocorrerá conforme os seguintes passos: 1) solicitar autorização às diretoras ou diretores de escolas e coordenadores de curso; 2) solicitar autorização da professora ou do professor de uma disciplina (no caso das escolas, de preferência docente de História), que será indicada pela direção ou coordenação, a fim de apresentar a proposta de pesquisa aos jovens; 3) propor aos jovens que respondam as duas questões em 45 minutos, com assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido por parte dos responsáveis e dos jovens (no caso de menores de idades) e apenas dos jovens (no caso dos maiores de idade). As instituições envolvidas também assinarão, previamente, o termo de concordância."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os documentos exigidos para análise: folha de rosto, parecer da Compesq/Faced, FIBPna PB, projeto completo e termos de registro de consentimento dirigidos a estudantes maiores de idade e para pais de alunos menores de idade. Na segunda submissão, foram apresentadas cartas de solicitação de anuência de duas escolas públicas estaduais do RS e de Comissões de Graduação de quatro cursos da UFRGS, devidamente visadas por diretores e coordenadores, respectivamente, manifestando ciência e concordância com a realização da pesquisa entre os estudantes sob sua responsabilidade. O parecer da Compesq/Educação não apresenta cabeçalho, nem nome de responsável ou assinatura. Contém frase incompleta ao final e faz menção expressa à informação relevante no projeto que não consta no documento equivalente submetido para avaliação ao CEP/UFRGS, a saber, as instituições de pesquisa estrangeiras que participam da pesquisa. A esse respeito, em primeira carta de resposta ao parecer anterior, a pesquisadora responsável informou que o estudo piloto sob análise será realizado apenas no Brasil.

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



Naquela ocasião, a pesquisadora esclareceu ainda que a menção a estudos pilotos anteriores dizia respeito a revisão bibliográfica. Esclareceu também que o número total de participantes em cada centro é 320, 80 em cada faixa etária, dado que foi uniformizado na documentação. O projeto submetido inicialmente previa "conversas informais com professores de história durante a aplicação dos instrumentos" que "podem orientar a construção de um sumário para o caderno pedagógico sobre narrativas, prática e ensino de história, a ser produzido e distribuído para as escolas participantes no final do projeto." Os professores, contudo, não eram tratados como participantes da pesquisa. Na segunda submissão, a pesquisadora afirmou que isso foi "um lapso", que "a colaboração dos professores não será solicitada" e que, portanto, retirou menção a isso no projeto. Em resposta ao parecer anterior do CEP/UFRGS, que negou a solicitação de dispensa de registro de consentimento e assentimento, na segunda submissão, foram apresentados termos de registro de consentimento, que são informativos em linhas gerais. Para esta (terceira) submissão, foi apresentado termo de registro de assentimento para os participantes menores de idade e os dados completos para contato com o CEP/UFRGS foram incluídos em todos os termos de registro de consentimento e assentimento.

Recomendações:

Informar no termo de registro de assentimento, tal como nos TCLEs, que não há benefícios diretos para os participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os esclarecimentos solicitados em pareceres anteriores foram prestados e as alterações necessárias foram executadas. O projeto está em condições de ser aprovado.



Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_840051.pdf	19/06/2017 10:34:09		Aceito
Outros	CartaResposta16Jun2017.pdf	19/06/2017 10:33:41	Caroline Pacievitch	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMaior.pdf	19/06/2017 10:33:17	Caroline Pacievitch	Aceito

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farroupilha **CEP:** 90.040-060
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 **Fax:** (51)3308-4085 **E-mail:** etica@propesq.ufrgs.br

 Continuação do Parecer: 2.132.527	UFRGS - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO	
--	--	---

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento.pdf	19/06/2017 10:33:07	Caroline Pacievitch	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEResponsavel.pdf	19/06/2017 10:32:57	Caroline Pacievitch	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoConclnstituicao.pdf	19/06/2017 10:32:47	Caroline Pacievitch	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto20172018v3.pdf	19/06/2017 10:32:27	Caroline Pacievitch	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoAssinada.pdf	12/05/2017 18:01:27	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	CartaResposta.pdf	11/05/2017 10:20:54	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	Julinho.pdf	11/05/2017 10:20:20	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	Massot.pdf	11/05/2017 10:19:50	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	ComgradMed.pdf	11/05/2017 10:19:28	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	ComgradMat.pdf	11/05/2017 10:19:00	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	ComgradHist.pdf	11/05/2017 10:18:30	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	ComgradPedago.pdf	11/05/2017 10:17:57	Caroline Pacievitch	Aceito
Outros	ParecerCompesqEdu.pdf	08/02/2017 10:07:26	Caroline Pacievitch	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 22 de Junho de 2017

Assinado por:
MARIA DA GRAÇA CORSO DA MOTTA
(Coordenador)

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

ANEXO C – TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE PESQUISA

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**PESQUISA: O PAÍS E O MUNDO EM POUCAS PALAVRAS: NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE SEUS PERTENCIMENTOS - IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS – PROJETO PILOTO**

COORDENAÇÃO: Caroline Pacievitch

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar processos de construção de narrativas de jovens sobre sua nação e o mundo, a partir da consideração do papel do ensino de História escolar e da percepção de que este é permeado por um conjunto de saberes escolares, assim como, por elementos da cultura contemporânea que circulam em espaços extraescolares. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante.

Participarão desta pesquisa em torno de 1580 jovens de 12 a 24 anos de idade, nos estados do Paraná, do Sergipe, do Rio Grande do Sul e de Goiás. A coleta de dados envolverá a escrita de duas narrativas sobre a história do seu país e a história da democracia, por parte dos estudantes. É previsto em torno de quarenta e cinco minutos para a escrita das narrativas.

Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme

Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da pesquisadora coordenadora do estudo e após cinco anos será destruído. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas, mas poderá ser realizada uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para a Instituição, se for assim solicitado.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para a compreensão da forma como jovens de diferentes idades narram a história do seu país e da democracia.

Agradecemos a colaboração dessa instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável é a Prof^a Dr^a Caroline Pacievitch do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS, cujo telefone é (51) 3308-3993.

Maiores informações no Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS: (51) 3308-3629.

Concordamos que jovens estudantes desta instituição participem do presente estudo.

Instituição: _____

Responsável: _____

Coordenação da pesquisa

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**PESQUISA: O PAÍS E O MUNDO EM POUCAS PALAVRAS: NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE SEUS PERTENCIMENTOS - IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS – PROJETO PILOTO**

COORDENAÇÃO: Caroline Pacievitch

1. NATUREZA DA PESQUISA: Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar processos de construção de narrativas de jovens sobre sua nação e o mundo, a partir da consideração do papel do ensino de História escolar e da percepção de que este é permeado por um conjunto de saberes escolares, assim como, por elementos da cultura contemporânea que circulam em espaços extraescolares. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno de 80 jovens de 18 a 24 anos de idade, nos estados do Paraná, do Sergipe, do Rio Grande do Sul e de Goiás.

3. **ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Ao participar deste estudo você será convidado a escrever duas narrativas sobre a história do seu país e a história da democracia. Tal tarefa será realizada no local de sua preferência, sozinho ou junto com outras pessoas que aceitem participar da pesquisa. É previsto em torno de quarenta e cinco minutos para a escrita das narrativas. Você tem a liberdade de se recusar a participar sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que quiser mais informações sobre este estudo podem entrar em contato diretamente com os responsáveis pela pesquisa pelo telefone (51) 3308-3993.

4. **SOBRE O QUESTIONÁRIO:** Serão solicitadas algumas informações básicas para contextualização das respostas. Nenhuma delas implica em identificação da pessoa. Em seguida, você será convidado a contar, por escrito, a história do seu país e a história da democracia no seu país.

5. **RISCOS E DESCONFORTO:** Esta pesquisa não apresenta, a priori, riscos e consequências adversivas aos seus participantes, para além de possível fadiga ao final da escrita das narrativas. Caso se detecte, no decorrer no processo de investigação, algum risco para os participantes e para os pesquisadores envolvidos, a pesquisa poderá ser interrompida, a partir da necessidade específica. Desse modo, aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. O participante terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

6. **CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo, interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada jovem. Todas as narrativas serão anônimas.

7. **BENEFÍCIOS:** Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros jovens. Além disso, a reflexão sobre a história do seu país e da democracia é um exercício de cidadania interessante em qualquer etapa da vida.

8. **PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____

Participante

Coordenadora

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável é a Prof^{ra} Dr^a Caroline Pacievitch do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS. Caso queiram contatar a equipe, podem entrar em contato diretamente com a professora Caroline pelo telefone (51) 3308-3993.

Maiores informações no Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS: (51) 3308-3629.